

Carto gráfica

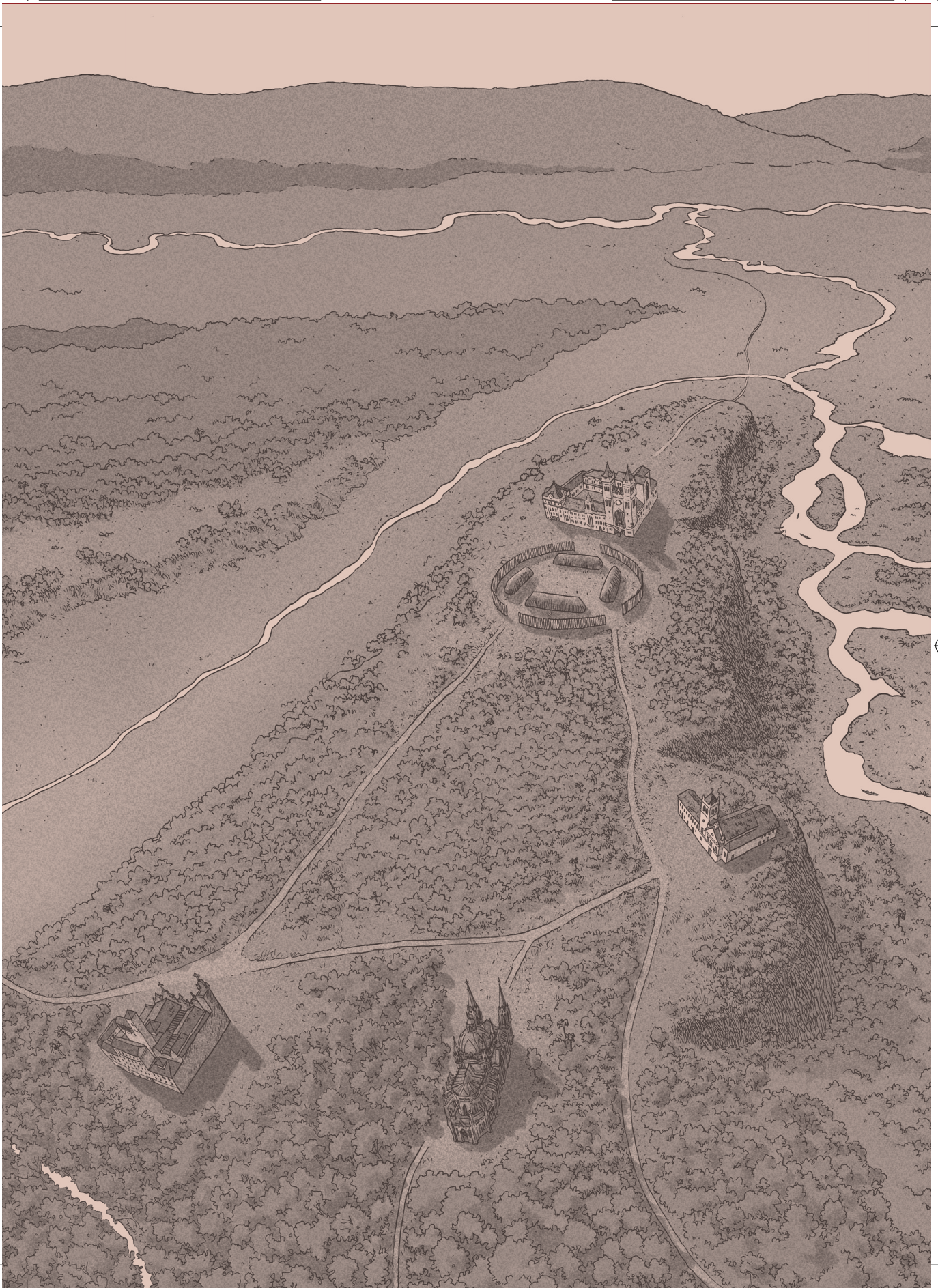


poética

de São Paulo

◀ Triângulo Histórico ▶

RAIZ.SP







Carto poética grafia de São Paulo

◀ Triângulo Histórico ▶





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cartografia poética de São Paulo : triângulo
histórico. -- 1. ed. -- São Paulo :
Associação Raiz, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-78832-6

1. São Paulo (Estado) - Aspectos sociais
2. São Paulo (Estado) - História 3. São Paulo
(Estado) - Política e governo - História.

25-314736.0

CDD-981.61

Índices para catálogo sistemático:

1. São Paulo : Estado : História 981.61

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

© Todos os direitos reservados à Associação Raiz





Carto poética grafia de São Paulo

◀ Triângulo Histórico ▶

RAIZ.SP





SUMÁRIO

08



INTRODUÇÃO:
CARTOGRAFIA POÉTICA DE SÃO PAULO -
TRIÂNGULO HISTÓRICO

09



UMA CIDADE NO CAMINHO DO PEABIRU
LINCOLN PAIVA

18



OS CAMINHOS QUE DERRUBAM HISTÓRIAS
LARA MIRANDA

24



TESOUROS DO TRIÂNGULO SP
CRISTINA ASTOLFI

ENTRE
40 E 41



OUTRAS IGREJAS DO TRIÂNGULO HISTÓRICO
EDGARD STEFFEN JUNIOR

41



ORA ET LABORA
JOÃO ROSSI

50



ESPAÇOS INDEPENDENTES DE ARTE
LARA MIRANDA

57



SÃO PAULO PARA QUEM?
LINCOLN PAIVA

63



OS MUITOS CAMINHOS DE SÃO PAULO
THEREZA DANTAS


68



VAMOS COMER CAETANO?
THEREZA DANTAS





- 75  A CASA DE ADONIRAN — BOTEÇO DO 28
CÁSSIO PARDINI
- 78  SUBSIDIARIEDADE NO CORAÇÃO DA CIDADE
MARCONE MORAES
- 81  REFUGIADOS AFRICANOS E SUA RELAÇÃO COM O
CENTRO PAULISTANO
PAULO CHAVONGA
- 84  O BRIGADEIRO SAIU DA BICICLETA E
FOI PARA A LOJA
ENTREVISTA COM GILMAR ALVES
- 88  O CASO DA JACINTA
ENTREVISTA COM LÍVIA MARIA TIEDE
- 96  A ECOLOGIA DO CERRADO PAULISTANO
ENTREVISTA COM DANIEL CABALLERO
- 102  POSFÁCIO
EDGARD STEFFEN JUNIOR
- 104  MAPA DO TRIÂNGULO
HISTÓRICO
- 106  AUTORES
- 109  ASSOCIAÇÃO RAIZ — FAZER VER E CONSUMIR A
CULTURA POPULAR BRASILEIRA



INTRODUÇÃO

CARTOGRAFIA POÉTICA DE SÃO PAULO - TRIÂNGULO HISTÓRICO

O Triângulo Histórico de São Paulo é uma região central da cidade, reconhecida por sua importância histórica e cultural. Oficialmente, é delimitada pelas ruas que conectam o Largo São Bento, o Largo São Francisco e a Praça da Sé, como a Rua Direita, a Rua XV de Novembro e a Rua São Bento.

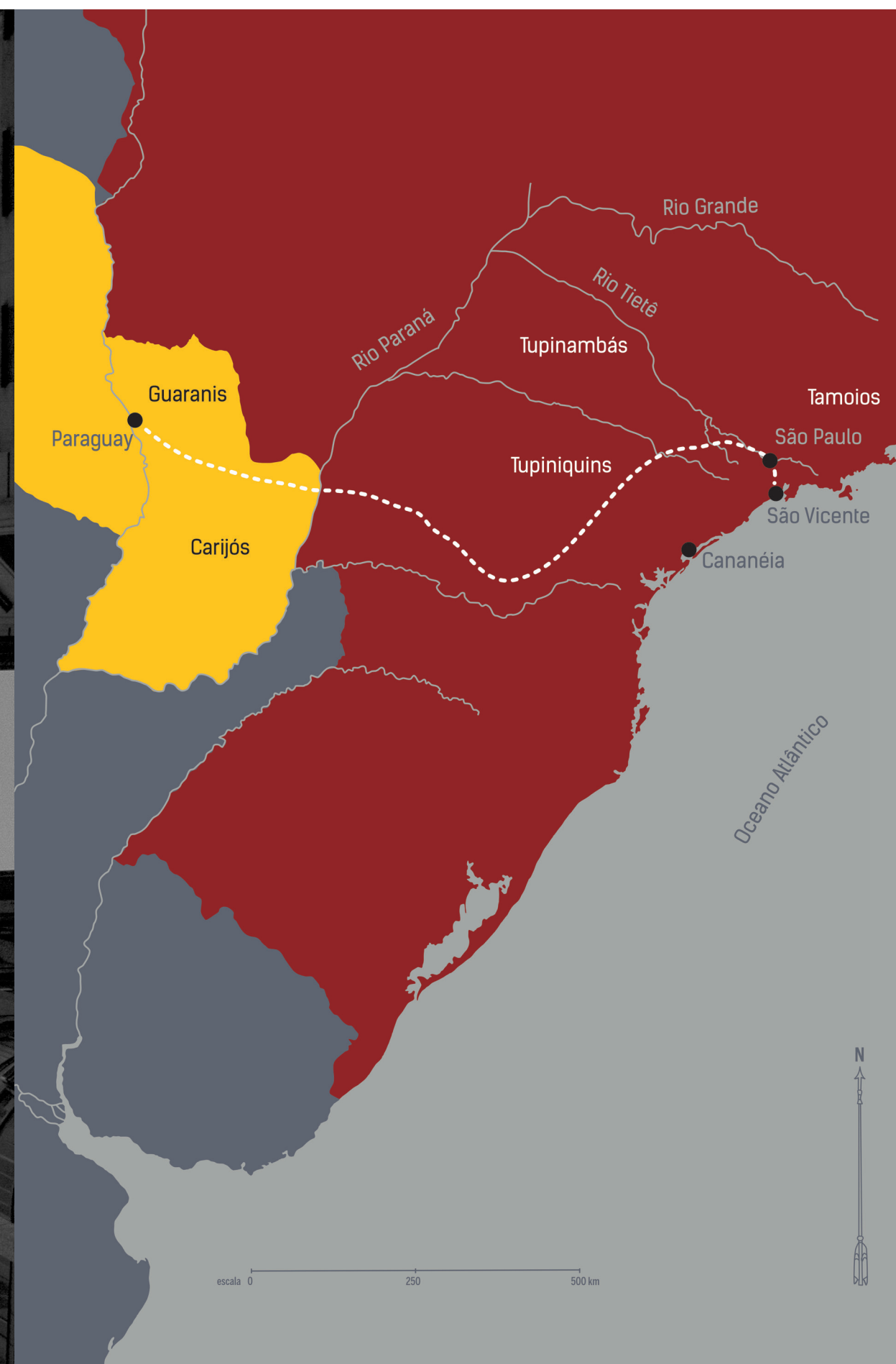
É esse território, e adjacências, que esta publicação se propõe a cartografar poeticamente: edifícios, personagens, habitantes e histórias.

Com sua força centenária e uma identidade construída entre aldeias e igrejas, o Triângulo Histórico manteve relevância na cidade, atravessando, com resiliência, ciclos de abandono e tentativas de revitalização por parte do poder público. Sempre esteve sob o olhar atento – ora afetuoso, ora crítico – dos paulistanos e daqueles que se deixam conduzir por sua história e cultura singulares.

Muito antes da chegada dos colonizadores, foram os povos originários que traçaram os primeiros caminhos que convergiam para essa região. Por aqui passavam rotas indígenas como o Peabiru e o antigo Caminho do Mar, que conectava o litoral ao planalto. Mais tarde, esse território ancestral se tornaria ponto de partida das bandeiras – expedições que subiam o Rio Tietê a partir do Porto Geral, no final da atual Ladeira do Porto Geral – um movimento que alterou profundamente o território, impondo novos caminhos e modos de ocupação. Também por ali passavam as tropas de muares que vinham de Sorocaba, abrindo rotas comerciais rumo ao interior do país. O Triângulo, assim, foi sendo moldado como um lugar de convergências, deslocamentos e permanências – antes de tudo, território ancestral.

Circular pelo Centro de São Paulo é experienciar as rugosidades de um território histórico, cuja cultura chegou a desenvolver até mesmo um idioma próprio: a Língua Geral Paulista, um português-tupi. Um espaço onde se cruzam vozes e culturas, em uma diversidade que acrescenta, a cada dia, novas nuances à sua história.

Ao longo do tempo, edifícios foram demolidos, outros assumiram novas funções. Mais recentemente, com a migração de usos, os prédios do Centro passaram a abrigar não só o peso dos negócios, mas também as ofertas culturais. Sedes de bancos, tribunais e empresas hoje dão espaço à história, alimentação, *shows*, cafés, brechós, bares, sebos, cinemas, centros culturais, museus e galerias independentes, dentre outras potencialidades – espaços onde a cidade reinventa sua memória e seu presente.



Nos cânions formados pelos edifícios, o centro respira a grandeza da cidade por meio de sua arquitetura. Construções que atravessam estilos e épocas, formando um mosaico que reúne o colonial, o neoclássico, o moderno, o improviso e a diversidade. Seu território, sua cultura e organização espacial e viária revelam uma formação milenar, fundada nos povos originários e transformada pelas dinâmicas da colonização católica portuguesa e por mudanças frenéticas e crescimento exponencial vivenciados pela cidade entre os séculos XX e XXI. A partir dessa base, configura-se um painel que abriga uma das multiculturalidades mais notáveis.

A localização geográfica, no alto do Planalto de Piratininga, oferece uma posição privilegiada para defesa e observação, como ensinaram os povos indígenas que habitavam originalmente a região. Não por acaso, do Triângulo Histórico sempre descemos, seja para a Avenida 23 de Maio, a Rangel Pestana, o Vale do Anhangabaú, a 25 de Março...

Essa geografia foi cercada por diferentes ordens religiosas católicas, como os franciscanos, na Igreja de São Francisco, no largo de mesmo nome; os beneditinos, no Mosteiro de São Bento — construção que se sobrepôs às habitações indígenas, verdadeiros fundadores da capital; a Igreja da Sé, de 1598, onde hoje está o relógio da praça — marco zero da cidade a partir de 1745; e os jesuítas, representados pelos dos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, que, em 1554, construíram a capela que deu origem ao Pateo do Collegio, o início oficial do que viria a ser a Vila de Piratininga.

Diferentes aspectos da transformação de uma vila de 150 habitantes, no século XVI, em uma metrópole de 12 milhões, em 2025, são o que procuramos percorrer nesta **Cartografia poética de São Paulo: Triângulo Histórico**, cientes de que se trata de um tema vasto, aberto a inúmeras leituras e explorações. Nosso olhar atua como quem folheia um álbum de fotografias sobre um mapa, onde o tempo e o espaço se entrelaçam, imprimindo dimensão e sentido à história.

Com o olhar voltado para os dias atuais e para quem movimenta o centro, nos perguntamos: o que mudou, o que permaneceu, quais funções, novas e antigas, assumem os edifícios, o que está por trás da programação cultural, da empada da Mercearia Godinho, do brigadeiro do Gil, do *kebab* da esquina, do cafezinho do Girondino? O que torna esses detalhes tão especiais?

Esta cartografia poética não é uma enciclopédia, mas um convite para explorar as camadas de significado desse universo central.

Assim, saindo do chão, chegamos ao *rooftop* do Martinelli, onde, a mais de 100 metros de altura, observamos a cidade que se estende a 762 metros acima do nível do mar — um panorama de histórias e vidas entrelaçadas.

Vamos nessa!



FEDERICO VE AQUINO



UMA CIDADE NO CAMINHO DO PEABIRU

LINCOLN PAIVA

COMO AS TRILHAS INDÍGENAS MOLDARAM O TRIÂNGULO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Muito antes de existir a cidade de São Paulo, havia aldeias e caminhos – trilhas abertas pelos pés de povos indígenas, que, há milhares de anos, cruzavam o Planalto de Piratininga em busca de sustento, de encontros e de conexão com outros povos, nem sempre amistosos. Caminhos que seguiam o curso das águas, os contornos dos morros e a lógica da vida nômade.

Entre as trilhas, destacava-se o Peabiru, que não era apenas um caminho regional, mas uma via intercontinental: conectava o Oceano Atlântico às cordilheiras andinas, integrando o litoral paulista às rotas que levavam até o território do atual Peru. Para os povos Guarani, o Peabiru era mais que uma rota de deslocamento: era um caminho sagrado, que seguia a trajetória do sol – do nascer ao poente – e que simbolizava também a jornada espiritual rumo a *Yvy MarãEy*, a Terra sem Males, um lugar ideal onde não existiam fome, doenças, guerras ou qualquer tipo de sofrimento.

Estima-se que o Peabiru tenha mais de 3 mil anos, cruzando florestas, serras, rios e campos, passando pelas atuais regiões de Sorocaba, Botucatu, Curitiba, Assunção e, claro, pelo Planalto de Piratininga – onde, mais tarde, nasceria São Paulo. Estimativas variam e baseiam-se em indícios etno-históricos e arqueológicos (Gonçalves, 1998, p. 50–52).

Os indígenas não caminhavam por acaso. Seus deslocamentos obedeciam ao ciclo das águas, da caça, da pesca e da coleta. Eram jornadas periódicas, sincronizadas com o tempo da natureza e com as trocas culturais entre aldeias. Mais do que simplesmente percorrer espaços, esses povos teciam territórios – costurando vínculos, histórias e cosmologias.

MAPA 1 - MOSTRA UM DOS POSSÍVEIS TRAÇADOS DO CAMINHO DO PEABIRU ATÉ O PARAGUAI. O CAMINHO TERIA TRILHAS PRINCIPAIS, RAMIFICAÇÕES E TRILHAS CURTAS, SEGUIRIA EM DIREÇÃO AO PERU, EM VÁRIAS OUTRAS RAMIFICAÇÕES ATÉ O LITORAL PERUANO. MAPA POR FEDERICO AQUINO.





Da aldeia ao povoamento

Foi nesse território já intensamente ocupado e trilhado que, em 1553, chegaram os padres da Companhia de Jesus, como Manuel da Paiva, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, conduzidos por indígenas que sabiam se localizar, vencer obstáculos e perigos naturais do percurso, identificar espécies alimentícias, dentre outros conhecimentos necessários à sobrevivência, adquiridos ao longo de milhares de anos.

A escolha do planalto para a instalação do núcleo de catequese se deveu à sua posição estratégica: um terreno alto que oferecia barreiras naturais e permitia observar os arredores, com cursos de água próximos, cruzados por trilhas que conectavam litoral, interior e sul do continente.

Houve ainda outro fator, pouco enfatizado: um grupo de indígenas Tupiniquim (tronco linguístico Tupi), liderados pelo cacique Tibiriçá, apoiavam a presença dos jesuítas. As cartas de Nóbrega e Anchieta indicam que Tibiriçá, sogro do português João Ramalho e batizado como Martim Afonso, promoveu a concentração de aldeias tupiniquins no Planalto de Piratininga, formando um núcleo coeso na colina de Inhapuambuçu, onde seria fundado o Colégio de São Paulo em 1554. A medida tinha dupla finalidade: facilitar a catequese e reforçar a defesa diante de adversários regionais – Tupinambás (tronco linguístico Tupi, que viviam no litoral paulista), Guaianás (tronco linguístico Macro-Jê, que viviam no interior paulista) e Carijós (tronco linguístico Tupi, falantes de língua Guarani, que viviam mais ao sul). Esse arranjo político-linguístico mostra que Tibiriçá atuava como mediador entre diferentes povos e línguas do território (Leite, 1943, v. 1, p. 112–114; Petrone, 1995, p. 44–46).

Em 25 de janeiro de 1554, data da conversão do apóstolo São Paulo, foi celebrada a primeira missa no que se tornou o Colégio de São Paulo de Piratininga. Nascia, assim, a semente da futura cidade colonial, evento que se tornou um mito de fundação da perspectiva europeia, representando a aliança entre a Igreja Católica e o Império português colonizador, que tanto impactaria o futuro dos povos originários, com epidemias, escravização, mortes e mudanças em seus modos de vida.

MAPA 2 - O TRIÂNGULO HISTÓRICO EM 1560: OS CAMINHOS, RELEVOS E FUTUROS TRAÇADOS DO TRIÂNGULO HISTÓRICO. MAPA POR FEDERICO AQUINO.

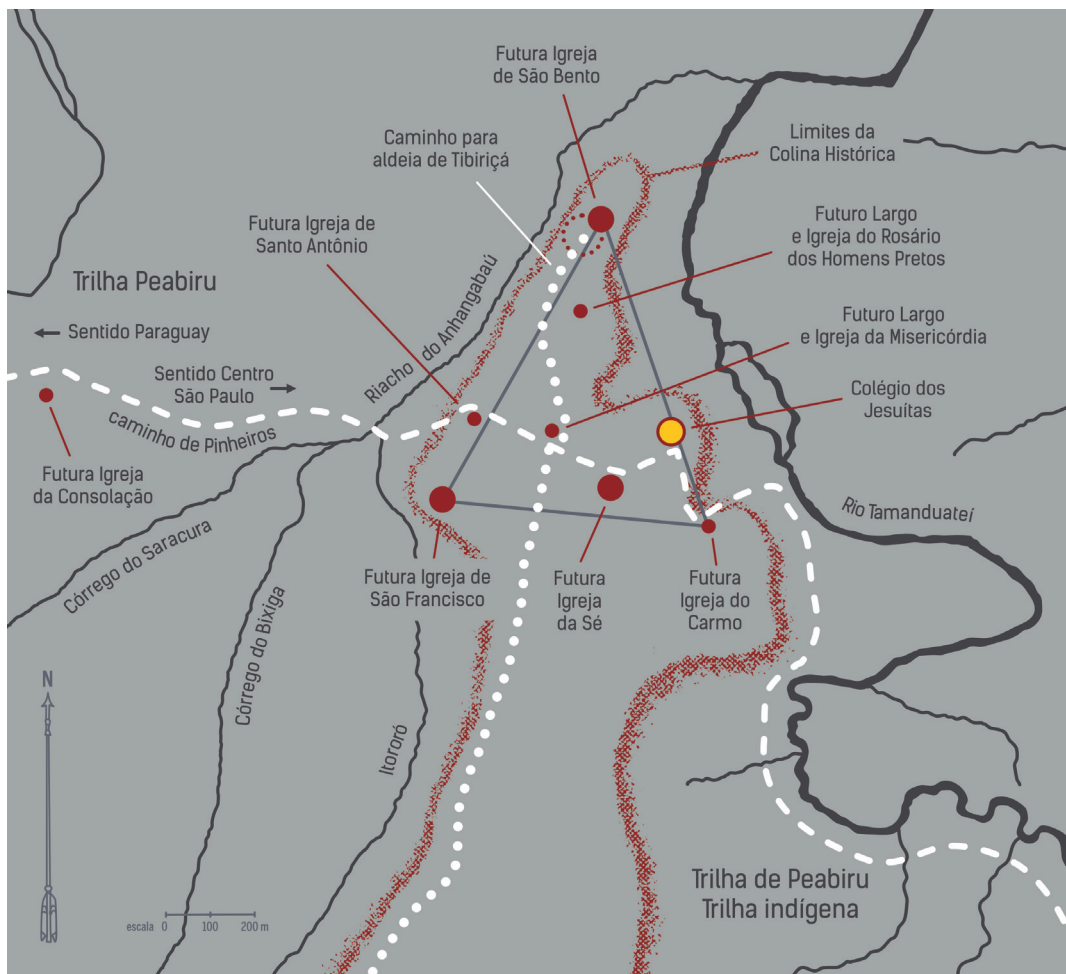




São Paulo do Campo de Piratininga: a vila que surgiu entre caminhos

A transformação de aldeamento em povoado e, depois, em vila, foi rápida. Em 1560, atendendo a um pedido dos próprios moradores de Santo André da Borda do Campo, que sofriam constantes ataques, o Governador-Geral Mem de Sá autorizou a transferência do título de vila para o núcleo de Piratininga. Estava oficialmente criada a Vila de São Paulo do Campo de Piratininga.

A escolha do nome é simbólica. São Paulo, o apóstolo convertido numa estrada em Damasco, capital da Síria, localizada no Oriente Médio, representava, na visão jesuítica, a conversão dos povos indígenas no “caminho da fé”. Uma analogia precisa, considerando que aquela cidade surgia, literalmente, como um espaço de catequização sobre tantos caminhos.





MAPA 3 - O TRIÂNGULO HISTÓRICO E A TRILHA DO PEABIRU. MAPA POR FEDERICO AQUINO.

O Triângulo Histórico no compasso das trilhas indígenas

Ao caminharmos pelas atuais Rua Direita, Rua XV de novembro e Rua São Bento, nossos passos ecoam trilhas abertas, séculos antes, por povos originários. O próprio Triângulo Histórico de São Paulo, formado pelo encontro dessas três ruas, nasceu no cruzamento de dois grandes eixos indígenas: o Peabiru e a trilha que vinha da atual região de Santo Amaro, que era chamada pelos indígenas de Ibirapuera, pelos portugueses, de Virapoeira e, mais tarde, passou a ser chamada de Caminho de Santo Amaro. Como Santo Amaro se desenvolveu inicialmente a partir de uma aldeia que ficava à margem do Rio Jurubatuba ou Jeribatiba, ela também às vezes foi chamada de Caminho de Jeribatiba.

O Peabiru chegava pela atual região de Pinheiros. Não há um consenso do caminho exato a partir dali, mas o caminho que mais aparece nos estudos é o que atravessava a Avenida Rebouças, seguia pela Consolação até o Largo da Memória, cruzava a Praça da Bandeira (Rio Anhangabaú), subia pela Doutor Falcão Filho, passava pela Rua Direita até o Pátio do Colégio, seguia a Rua do Carmo, a Rua Tabatinguera, passava pelo Rio Tamanduateí, Mauá, São Bernardo e, por fim, descia a Serra do Mar.





Já a trilha que vinha do sul, da região do Rio Jeribatiba (Santo Amaro), cruzava onde hoje está a Rua Vergueiro, passava pela Liberdade, subia até o atual Largo da Misericórdia e seguia em direção ao norte, rumo ao Piqueri, ao Guaré (bairro da Luz) e às várzeas do Tietê.

Esses eixos se cruzavam no coração do atual Centro Histórico, onde os jesuítas ergueram seu colégio – e hoje se encontra o reconstruído Pateo do Collegio.

Como a Câmara Municipal oficializou os caminhos indígenas

A transformação das trilhas indígenas em caminhos oficiais da cidade de São Paulo não foi um processo informal ou espontâneo. A partir da criação da Vila de São Paulo de Piratininga, em 1560, essas trilhas passaram a ser formalmente reconhecidas como vias públicas, com obrigações legais de manutenção, passando a figurar em documentos, inclusive como referências territoriais.

Esse reconhecimento está amplamente registrado nas *Atas da Câmara de São Paulo* (1562–1700) e nas *Cartas de Datas de Terra* (do século XVI ao XIX), documentos que regiam a administração da vila e as concessões de terras. Nessas *Atas*, aparecem deliberações recorrentes sobre a necessidade de limpar, conservar, ampliar ou reparar os caminhos – uma responsabilidade imposta aos próprios moradores que tinham terras ou atividades nas margens dessas rotas.

Os caminhos que antes serviam às populações indígenas – como o Caminho de Pinheiros, o Caminho do Guaré (Luz), o Caminho de Ibirapuera (Virapoeira, Santo Amaro) e o Caminho do Mar (Ipiranga) – tornaram-se, por ato da Câmara, infraestrutura pública essencial para o transporte de pessoas, mercadorias, tropas e para a expansão territorial da vila.

De trilhas a vias públicas: as provas documentais

As trilhas aparecem sistematicamente nas *Atas* – Caminho de Pinheiros, Caminho da Ponte Grande, Caminho de Virapoeira, Caminho do Mar – sempre acompanhadas de decisões sobre sua conservação ou sobre sua utilização como marcos de divisa em concessões de terra (*Cartas de Datas da Terra*).

Por exemplo, na medição do rossio¹ da vila, em 1598, um dos marcos oficiais é exatamente o Caminho de Virapoeira, comprovando que ele já fazia parte da malha viária reconhecida formalmente.

Atas de 1584, 1593 e 1598 registram a construção de pontes, como a “Ponte Grande sobre o Tietê”, e delegam aos moradores a responsabilidade de abrir picadas, consertar trechos alagados e garantir a trafegabilidade – ações que só aconteciam sobre caminhos oficialmente reconhecidos pela Câmara.

1 - Área pública; historicamente, um terreno de uso comum que se transformou em uma praça ou largo no centro de uma cidade, usado para feiras, mercados e outros eventos.





O Caminho do Mar ou Trilha indígena pelo Caminho das Lágrimas e Caminho de Anchieta

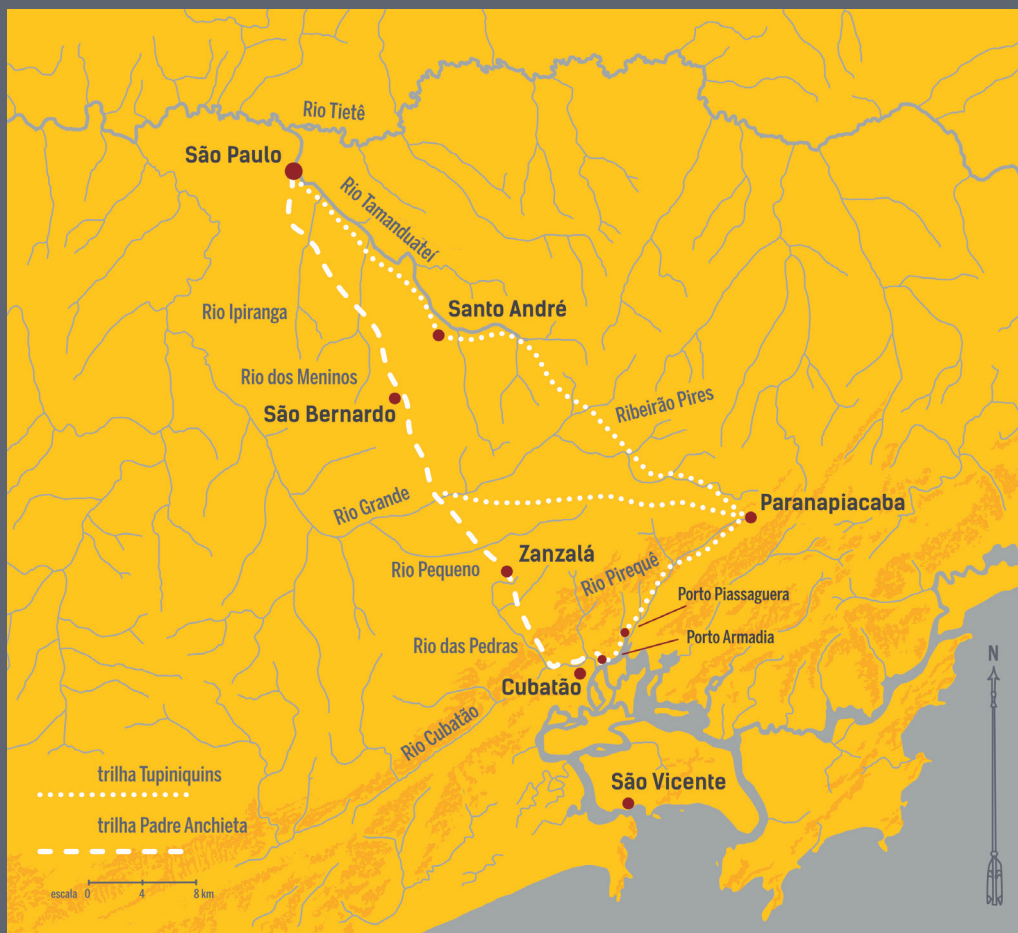
O Caminho do Mar ou Trilha Indígena² pelo Caminho das Lágrimas começava no coração do aldeamento de Piratininga, na atual região do Triângulo Histórico, próximo ao Largo da Misericórdia, Pateo do Collegio, Rua Direita e Praça da Sé. Descia pela Rua do Carmo e pela Rua Tabatinguera, que já eram os principais eixos de saída em direção ao Sudeste, segundo os registros das *Atas da Câmara* do século XVI.

O caminho que Nóbrega e Anchieta utilizavam para chegar ao mar, comumente nomeado de “Trilha de Anchieta”, partia do núcleo jesuítico pela Rua do Carmo e pela Rua Tabatinguera, cruzava o Rio Tamanduateí, na Ponte Grande do Tamanduateí, e seguia pelo fundo do Vale do Córrego Lavapés (afluente do Tamanduateí), trecho que mais tarde ficou conhecido como “Caminho das Lágrimas” (nas proximidades da antiga Figueira das Lágrimas).

A trilha dos Tupiniquins que embora longa, mas de inclinação bastante suave, foi abandonada a partir de 1560, por ordem de Mem de Sá (...). Para tanto Mem de Sá encarregou o Padre José de Anchieta de cuidar de buscar outra opção. A respeito, Petrone (1965a) escreveu: ‘O fato de ficar conhecido por caminho do Padre José não pode deixar de ter relação com os primórdios de seu aproveitamento, o que não significa, necessariamente, que tenha sido o jesuíta a construí-lo. Pode significar, entretanto, que foi o jesuíta a valorizá-lo’. E o novo caminho foi lançado por um trilho feito também pelos índios e conhecido por Anchieta, utilizando a margem direita do Rio Perequê, a partir do porto das Armadias, 1.250 m acima da barra deste rio, no Cubatão (Andrade, 1991, p.2).

2 - “A primeira trilha a ser utilizada, que se tem notícia, foi a dos Tupiniquins. Também conhecida como Caminho de Piassaguera (piaçaba + aquera = porto velho, porto antigo), o antigo trilho dos Goianases partia dos Campos de Piratininga e descia pelo vale do então Rio Ururáí, hoje Rio Moji” (Andrade, 1991, p. 2).





MAPA 4 - TRILHA DOS TUPINIQUINS E TRILHA PADRE ANCHIETA. MAPA POR FEDERICO AQUINO.





Os caminhos tornam-se elementos estruturais da vila

As trilhas não só passaram a integrar a logística urbana, como também foram usadas para definir os limites de propriedades, áreas públicas (rossios), localizar marcos, igrejas e até para criar os muros de defesa da vila. O Caminho de Pinheiros, por exemplo, era citado constantemente nas *Atas* como fundamental para a conexão da vila com o sertão e para o abastecimento de recursos.

A região do Guaré, em torno das margens do Tietê, também aparece frequentemente como ponto de referência nas concessões de terra – um indício claro de que a trilha ali existente já estava plenamente incorporada ao sistema urbano e administrativo da cidade.

Quando uma trilha vira rua: os efeitos jurídicos

Para ser legalmente reconhecido, um caminho precisava ser registrado nas *Cartas de Datas de Terra* como linha de divisa ou referência de localização. Ou seja, ele tinha que ser oficialmente usado como um marco de delimitação.

Ao ser citado nas *Atas da Câmara* com obrigações específicas de construção, manutenção ou alteração, o caminho adquiria *status* de bem público, patrimônio comum da vila e passava a ser regido por normas administrativas e comunitárias. Assim, essas trilhas passavam de caminhos informais a elementos legais da infraestrutura urbana.

A urbanização segue o traçado dos povos originários

Podemos, então, afirmar que a malha viária inicial do Centro Histórico de São Paulo – ruas, becos e largos – foi estruturada a partir das trilhas indígenas que vinham do Rio Pinheiros (Caminho de Peabiru) e do Rio Jeribatiba (Caminho de Ibirapuera, Virapoeira ou Santo Amaro), passando pelo Vale do Anhangabaú, recebendo, ao longo do tempo, elementos de infraestrutura urbana, como pontes, edifícios e definição de marcos urbanos.

A urbanização de São Paulo não foi resultado de planejamento urbano específico, como ocorreu em outras cidades brasileiras. Aqui, as trilhas ancestrais se tornaram ruas por força da prática, da necessidade e da oficialização praticada pela Câmara Municipal, que documentou, legalizou e consolidou esses caminhos como parte integrante da cidade em formação.

São Paulo foi uma cidade improvisada, orgânica, que cresceu a partir dos caminhos previamente abertos pelos povos indígenas. Suas trilhas viraram ruas. As clareiras viraram largos. As encruzilhadas, pontos de encontro. E o que hoje é metrópole nasceu, literalmente, do chão pisado por povos que entendiam o território não como posse, mas como parte da vida.





Bibliografia

Fontes primárias

CAMPOS, Eudes. *A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, v. 204, p. 11-34, 2006.

DEUS, Frei Gaspar da Madre. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. v.5 e 6. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953. (Coleção Paulística)

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1938-1950. SÃO PAULO (Cidade).

Atas da Câmara da cidade de São Paulo: 1562-1700. Publicação fac-similar. 4 v. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal, 1930.

Fontes secundárias

ANDRADE, W. J. de. Serra do Mar: caminhos de ontem e de hoje. *IF Série Registros*, Instituto Florestal, São Paulo, n. 7, p. 1-19, 1991.

CLASTRES, Helene. *A terra sem mal*. O profetismo tupi-guarani. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

GONÇALVES, Daniel Issa. O Peabiru na cidade de São Paulo: vestígios urbanos do caminho indígena. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 184, p. 49-60, jul. 1998.

JORGE, Cecília Helena de Salles Oliveira. *A formação da sociedade colonial paulista*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PETRONE, Pasquale Cosenza. São Paulo no século XVI. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1995.

_____. Povoamentos e caminhos nos séculos XVI e XVII. In: *A Baixada Sentista; aspectos geográficos*. São Paulo, EDUSP, p. 11-73 (Povoamento e População, v. 2), 1965a.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2004.

SILVA, Ana Paula Torres da. Piratininga: um aldeamento indígena? Reflexões sobre a formação da cidade de São Paulo. *Revista de História da USP*, n. 147, p. 71-88, 2002.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé: a Companhia de Jesus e a escravidão indígena na América colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Documentação cartográfica consultada

CEPSPEDES XERIA, Luis de. Mapa da Capitania de São Vicente e São Paulo. c. 1628. Biblioteca Nacional da Espanha.

MASSAI, Alessandro. Desenho da vila de São Paulo. c. 1608. Arquivo da Real Academia de História, Madrid.

Arquivos consultados

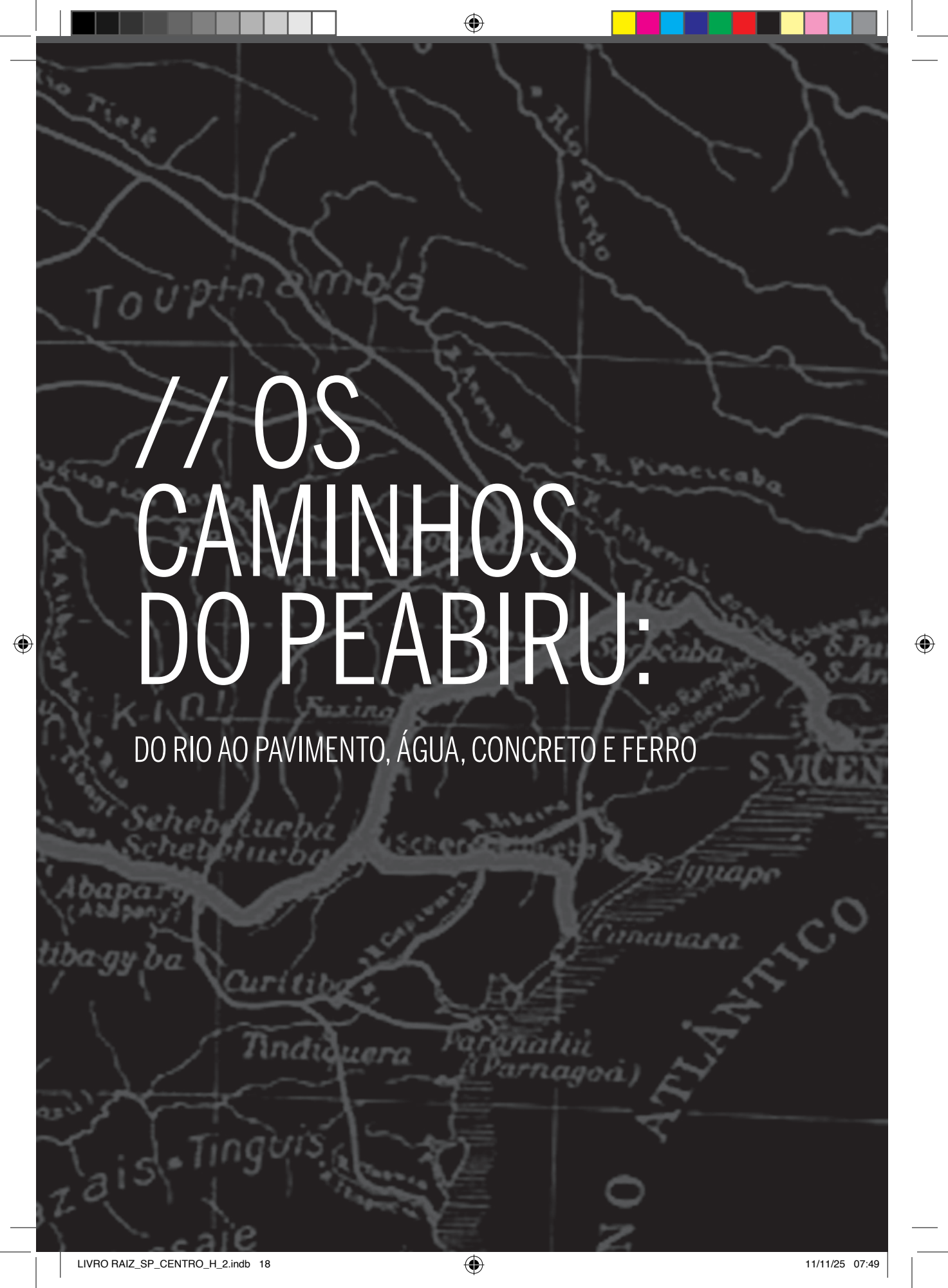
Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM-SP)

Biblioteca Nacional do Brasil (BN)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Real Academia de História da Espanha (Madrid)





// OS CAMINHOS DO PEABIRU:

DO RIO AO PAVIMENTO, ÁGUA, CONCRETO E FERRO



// Se pensarmos agora na forma como esta cidade está habitada e ocupada, fica a dúvida: os inúmeros caminhos pavimentados estão aqui para unir pontos ou para segregar espaços?

LARA MIRANDA

Se os caminhos indígenas, antes, eram linhas cuja fisicalidade delimitava uma história cultural, levando e trazendo de lugares que se integravam em uma topologia mitológica de cada grupo, hoje, os movimentos que unem a arte e a cultura periférica permitem que, para além do concreto, nossa história original reapareça como potência que responde ao ambiente.

Quando há resignificação, o trajeto já dado – as rotas percorridas – ganha novos significados de destino e de traslado, trazendo, em mão dupla, de volta ao Centro, as culturas e histórias da cidade, que só podem ser expressas pela luta e que só podem se servir da arte para se comunicar com o todo.

São Paulo é um tecido improvável, uma malha de tramas emaranhadas – estamos falando da maior metrópole do Brasil –, cujos milhões de habitantes vão passar a vida sem conhecê-la de ponta a ponta. Talvez nem tanto pela dimensão, mas pelo entroncamento dos acessos.

Existe uma ideia geral de que as vias de acesso à cidade dizem respeito àqueles que vêm de fora para dentro, das bordas para o centro – e, até certo ponto, faz algum sentido, pois o Centro da cidade é, para grande parte das pessoas, o local de trabalho. Acessar a cidade se torna mais fácil conforme nos aproximamos da região central; as vias diminuem nas regiões mais afastadas. E isso faz sentido, se pensarmos que é no Centro onde se concentra a maior parte das atividades econômicas.

Mas já se formam 96 distritos, cinco grandes zonas geográficas (Central, Leste, Norte, Sul e Oeste), dada a complexidade crescente de unificar o todo sobre este solo esburacado. Se pensarmos agora na forma como essa cidade está habitada e ocupada, fica a dúvida: os inúmeros caminhos pavimentados estão aqui para unir pontos ou para segregar espaços?





Voltemos para trás agora, para quando nossos caminhos ainda eram potência. A história desse território integra a história geológica da Terra, quando os rios passam a cruzar o continente e quando, mais tarde, às suas margens, se instalam os primeiros seres humanos.

Onde há vida há água

Em um primeiro momento, os indígenas, acompanhando os rios, traçaram os primeiros caminhos brasileiros, que, em sua origem, eram trilhas: caminhos para percorrer a pé. Os traslados, respondendo aos efeitos da natureza, também foram demarcando histórias e mitos que organizavam geograficamente o território e o povoavam de símbolos.

O evento da colonização encontrou, no Brasil, uma terra já ocupada na qual diferentes culturas e sociedades já haviam sido organizadas, o que, para a exploração, era de extrema utilidade. Afinal, não era necessário desbravar o novo continente totalmente às escuras, mas apropriar-se de conhecimentos e domesticar rotas já calcadas em função do interesse colonizador.

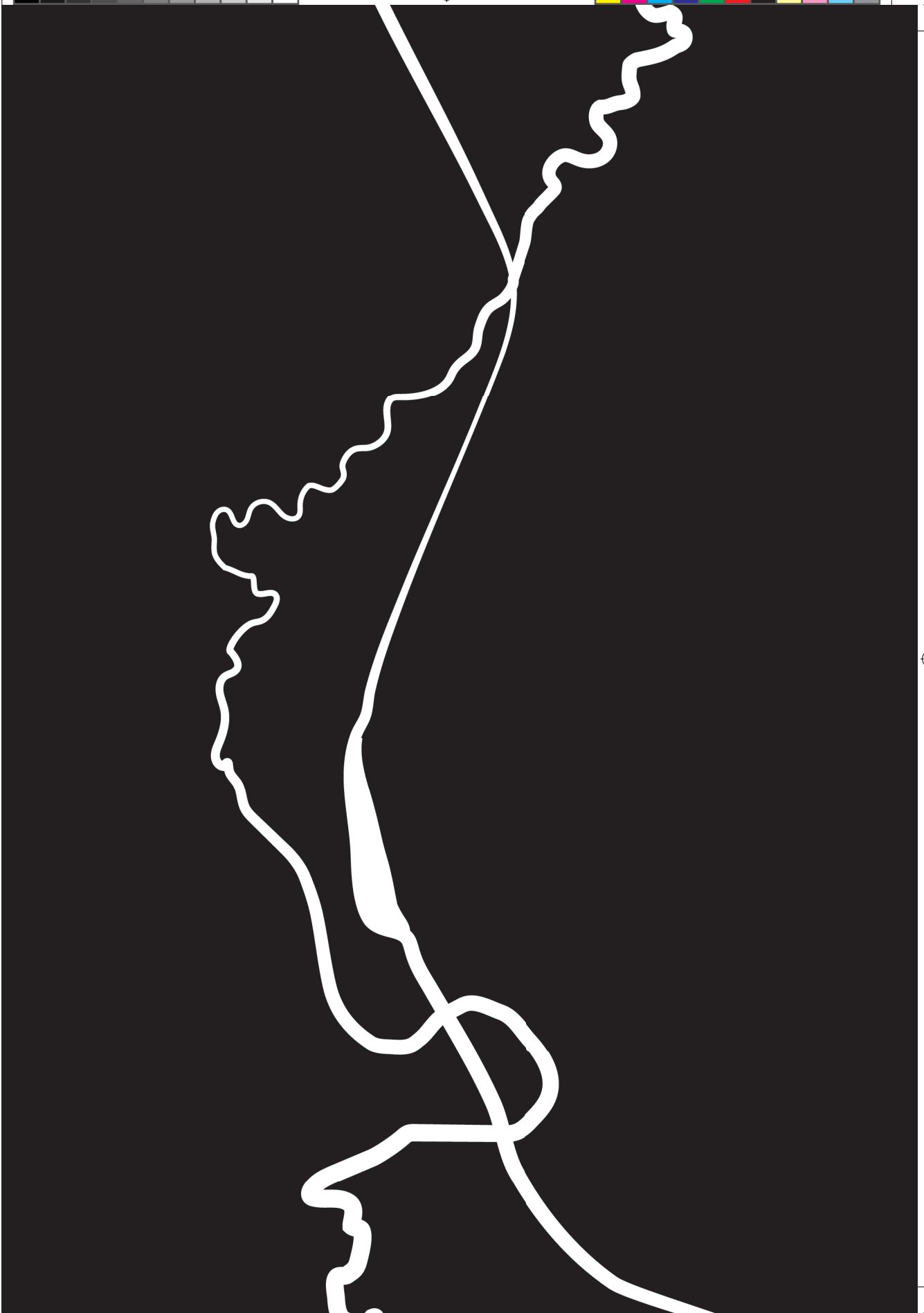
Foi aí que mitos e histórias foram sendo reaproveitados fora de seu contexto, e a sabedoria indígena transformada em utilidade, já que nela estava contido o conhecimento de como chegar às maiores riquezas – não as que eram expropriadas da Terra ou comercializadas, mas as que orientavam a vida, dando-lhe contornos.

Como exemplo, podemos citar o Rio Pinheiros, que, quando vivo, corria em direção ao interior do território – no contrafluxo do habitual, que seria correr para fora, para o mar. A história conta que os indígenas acreditavam que esse rio levaria a grandes riquezas, e, de fato, levava: para os sertões, as vastas regiões interiores do Brasil de onde habitações indígenas, trilhas e saberes se expandiam na direção do planalto e das matas, constituindo uma rica rede de conexões territoriais e simbólicas.

Na mitologia e no cotidiano indígena, rios como o Pinheiros (antigo Jurubatuba) não eram apenas cursos d'água; faziam parte de uma paisagem culturalmente orientadora. O nome *Jurubatuba*, em línguas do tronco Tupi, significa “lugar de muitos jerivás” – palmeiras típicas de várzea. Com a chegada dos jesuítas, no século XVI, essa paisagem foi renomeada como “Pinheiros”, em referência às araucárias que dominavam o cenário. Bem mais tarde, seu curso seria brutalmente alterado para atender à ocupação urbana.

OS TRAÇADOS AO LADO REPRESENTAM O RIO TAMANDUATÉ ANTES (1850), E DEPOIS DA RETIFICAÇÃO (1928).







A transformação material do rio se fez acompanhada pela reorientação das trilhas indígenas. Trilhas múltiplas e maleáveis foram convertidas em caminhos fixos e lineares: artérias da colonização. O Caminho de Peabiru é um exemplo emblemático – rota que conectava o litoral ao interior e que para alguns povos Guarani estava ligada à busca da “Terra Sem Males”.

Com o tempo, esses caminhos passaram a servir sobretudo à circulação de bandeirantes, comerciantes e colonizadores, apagando outras leituras indígenas do território. O rio que “corria para dentro da terra”, nesse contexto, deixou de ser vetor de vida para se tornar parte da malha urbana e viária em formação.

Foi nesse mesmo movimento que as trilhas originárias, que cruzavam o Brasil, foram reformuladas em rotas. O caminho é mais do que uma passagem: ele é polivalente e leva a diferentes lugares a depender de quem o percorre e de como interpreta os fenômenos do mundo.

Desses tempos para cá, houve uma completa deformação de nosso território original. No século XX, os rios, grandes precursores da fundação da cidade de São Paulo, começam a se tornar empecilhos para a expansão e conurbação desenfreada, e a gestão pública acaba por optar pela retificação dos cursos d’água e pela drenagem das várzeas que corriam soltas pelas terras sem dono. Os rios foram canalizados e soterrados para servirem aos interesses expansionistas das cidades; seus recursos levados ao limite – na crença de que seriam infinitos. Por isso, degradados e cobertos, o que temos hoje são vestígios pequenos do que um dia foi nosso solo.

Hoje, vemos essa São Paulo hipertrofiada e embaralhada, com problemas complexos de mobilidade urbana, de enchentes e de segregação espacial. Mesmo assim, indo no contrafluxo dos grandes poderes, o povo vem conseguindo transformar esses fluxos urbanos ao longo de nossa história, e alguns eventos refletem como a força dessa abertura geomórfica se recria quando as bases – ou o povo – retomam aquilo que têm por direito, abrindo, com a precisão da luta, esse deságue necessário daquilo que, de outra forma, inundaria: o Refugo.

Deságues

Uma história pouco contada, e que pode exemplificar a transformação de fluxos urbanos na cidade de São Paulo, é o caso do Viaduto do Chá, que só pôde ser construído após uma batalha judicial extensa e um movimento de revolta popular.

A proposta era a construção de um viaduto ligando a Rua Direita (o Centro Histórico) à Barão de Itapetininga, atravessando a região do Morro do Chá, onde se produziam hortaliças e chás. Para isso, seria necessário demolir o casarão onde morava o Barão de Tatuí e sua esposa, a baronesa Cerina de Souza e Castro, viúva do Barão de Itapetininga, que fora o proprietário de toda essa área antes de falecer. O casal não queria perder parte de sua propriedade para o bem comum, e as obras foram pausadas.



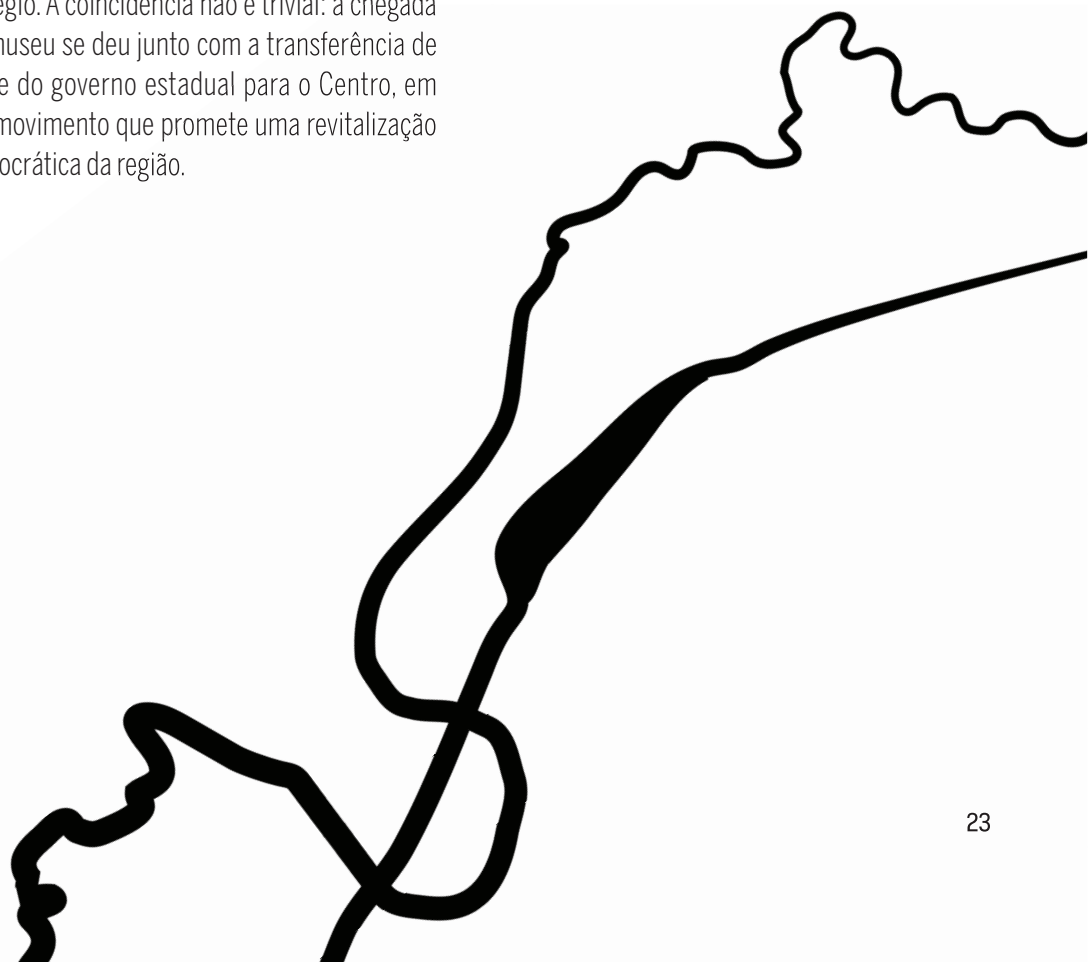


O viaduto facilitaria a circulação do povo que morava no Morro do Chá e trabalhava nas lavouras, tornando o trajeto mais rápido. Fina a batalha judicial que deu ganho de causa ao Município, foi o povo que, em revolta, armados de picaretas e marretas, iniciou a demolição do sobrado, desalojando seus moradores. Esse foi o primeiro grande caso de desapropriação noticiado na imprensa e a obra, iniciada em 1889, só foi inaugurada em 1892. O Viaduto do Chá segue sendo um dos grandes eixos de conexão e importante marco urbano da cidade de São Paulo.

Em 2022, um novo deságue simbólico se abriu: o Museu das Favelas, que, instalado no Palácio dos Campos Elíseos, trouxe para o Centro da cidade as narrativas, artistas e públicos das periferias. Em 2024, ele foi transferido para um lugar ainda mais central, ao lado do Pateo do Collegio. A coincidência não é trivial: a chegada do museu se deu junto com a transferência de parte do governo estadual para o Centro, em um movimento que promete uma revitalização democrática da região.

Nesse mesmo sentido, outros projetos de ocupação artística do Centro vêm se mostrando comprometidos a se tornarem polos, antenas que canalizam a dispersão generalizada das minorias, refletindo a cultura periférica para a periferia e iluminando seus entornos com acolhimento – como a Casa 1, que ampara a população LGBTQIAPN+, ou a Ocupação Nove de Julho, constituída na luta do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), que no seu texto/manifesto para a exposição *Refundação*, de 2023, nos diz:

Se, num passado não tão distante, as rotas eram traçadas de forma estratégica, que rotas de vazamento cultural e econômico poderíamos identificar hoje em uma sociedade híbrida, que une a precariedade material e a constante manipulação dos fluxos de informação?





TESOUROS DO TRIÂNGULO SP

CRISTINA ASTOLFI

HÁ 10 MIL ANOS, ESSE TERRITÓRIO PAULISTANO JÁ ERA TUPI.

Apenas no século XVI, chegaram os primeiros exploradores e degredados europeus, guiados por nativos na travessia da intrincada Serra do Mar e no percurso até o Planalto de Piratininga.

A Aldeia de Inhapuambuçu (“Grande Cume” ou “Grande Ponto do Rio”), também conhecida como Aldeia de Piratininga, era formada por comunidades tupiniquins, da família linguística tupi-guarani, localizadas na região do morro Inhapuambuçu. Este alcançava 35 metros do topo às várzeas do Tamanduateí (“Rio dos Tamanduás Verdadeiros”), e de seu afluente Anhangabaú (“Rio de Anhangá”). Naquele trecho, o Tamanduateí era chamado de Piratininga (“Rio dos Peixes Secos”).

Foi naquela colina, entre esses dois rios, no território da aldeia tupiniquim e sob proteção do cacique Tibiriçá, que se iniciou o desenho do nosso célebre **Triângulo**, tendo como marco e referência o Colégio de São Paulo de Piratininga, fundado pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil, em 1554.

O projeto colonial português tomava forma e, nesse contexto, os jesuítas, muitas vezes contrários à atuação de seus compatriotas, fundaram o colégio para catequizar os nativos da Capitania de São Vicente em um local mais distante, procurando evitar as interferências dos colonos europeus.

Tendo como marco de fundação o Pateo do Collegio, o Triângulo foi formado ao longo do tempo e pode ser identificado a partir de três vértices que representam as ordens religiosas dos beneditinos, dos carmelitas e dos franciscanos, e ainda estão marcados na paisagem:





FOTOGRAFIA: RUBENS CHAVES



FOTOGRAFIA: RUBENS CHAVES

- o Mosteiro de São Bento (1598), refeito entre 1910 e 1922, com suas torres góticas;
- a igreja da Ordem Terceira do Carmo (1632), a única remanescente do conjunto arquitetônico do Carmo, e, fechando a figura;
- o Largo São Francisco, onde ficava o antigo Convento de São Francisco (1647), que, posteriormente, abrigou a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, sendo demolido em 1933 para dar lugar à nova sede da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Entre tais edifícios, em ruas estreitas, como a Direita, a XV de Novembro e a São Bento, concentrou-se a vila, elevada a cidade apenas no século XVIII.

Por um longo período, São Paulo se manteve pequena, mas importante como local de passagem, reunindo várias trilhas e entroncamentos, sendo terra de tropeiros e bandeirantes. No entanto, entre o fim do século XIX, com a expansão do café e das ferrovias, e o século XX, com a industrialização, ela passou por um crescimento vertiginoso, no qual o Triângulo Histórico protagonizou um importante papel comercial e financeiro, que se refletiu em demolições, construções e reconstruções de seu patrimônio material.

Aos poucos, no entanto, a região foi perdendo sua centralidade econômica, ao mesmo tempo em que seus cursos d'água, como em outras regiões da cidade, foram sendo brutalmente drenados, retificados, canalizados e enterrados.

Na virada para o século XXI, muitos de seus edifícios ganharam novas funções, com destaque para as sedes de grandes bancos e da bolsa de valores, que se transformaram em complexos culturais; e dos edifícios religiosos, que assumiram também papéis de difusão histórica, artística e de atração turística.

A riqueza cultural e histórica da região passa a ser reconhecida e ganha atenção do poder público, sendo intitulada *Triângulo SP*, e delimitada por decretos municipais (2020 e 2022) como um recorte especial do centro histórico paulistano, que estabelecem várias disposições com o objetivo de preservar seu patrimônio de diferentes épocas e incentivar em seu território atividades culturais e o entretenimento 24 horas.

Ao caminhar por suas camadas de tempo, podemos sentir o espírito de Anhangá, o aroma dos seus cafés, ouvir os sinos de suas igrejas e os discursos inflamados de suas passeatas, frequentar exposições as mais diversas, aprender histórias, observar monumentos, painéis, esculturas, obras artísticas de diferentes estilos, murais, grafites, pichações, elevar nossa visão nos arranha-céus, provar os sabores da culinária multicultural, paulista e internacional, observar os estudantes da Faculdade do Largo São Francisco, imaginar as tantas personalidades que ali viveram, no passado, e as que ainda a habitam, costurando as nossas lembranças individuais à memória coletiva da nossa querida, múltipla e cosmopolita cidade.

Conheça a seguir alguns dos tesouros do Triângulo SP.



ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ



ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ



FOTOGRAFIA: RIBEIRO OLIVEIRA



FOTOGRAFIA: RIBEIRO OLIVEIRA



ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ



ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ



ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ



PATEO DO COLLEGIO

“Nós, os irmãos mandados para esta aldeia no ano do Senhor de 1554, chegamos a 25 de janeiro e celebramos a primeira missa em uma casa pobrezinha e muito pequena no dia da conversão de São Paulo, a quem a dedicamos.” – assim escreveu em seu diário o jovem José Anchieta. Nesse dia, Manoel da Nóbrega, responsável pela Companhia de Jesus no Brasil, e treze padres, incluindo Anchieta, fundaram o Colégio de São Paulo de Piratininga, nos arredores da aldeia tupiniquim.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil. Mas, muito tempo depois, no quarto centenário da fundação de São Paulo (1954), essa ordem religiosa católica recebeu do governo de São Paulo a missão de cuidar do sítio arqueológico do Pateo do Collegio, que, então, só abrigava escombros, vestígios, pois o governo estadual acabara de demolir todos os edifícios que ali ainda resistiam.

O atual Complexo do Pateo do Collegio foi reconstruído enquanto um edifício-monumento, visando o resgate histórico e cultural do sítio. É formado pelo Museu Anchieta, pela Biblioteca Padre Antônio Vieira, pelo Café do Pátio e pela Igreja São José de Anchieta, assumindo a missão de ser um espaço múltiplo de espiritualidade, história, religião, educação e arte. Em Embu das Artes, a instituição também mantém o Museu de Arte Sacra dos Jesuítas.

O Museu Anchieta abriga arte sacra, artefatos históricos, documentos, mapas, pinturas, objetos litúrgicos e itens indígenas, datados a partir do século XVI, e possui remanescentes arquitetônicos do período colonial: uma parede de taipa de pilão com datação entre 1560 e 1580, e paredes da antiga cripta de pedra assentada em barro de 1670. Reconta a história da fundação de São Paulo e a atuação dos jesuítas no Brasil por meio de maquetes, imagens e reconstruções de cenários da época colonial, como uma sala de aula jesuítica.

A Biblioteca Padre Antônio Vieira é especializada em teologia e na história de São Paulo, dos indígenas e dos jesuítas, com acesso gratuito. O Café do Pátio é localizado em um dos claustros com vista para um jardim interno. Já a Igreja São José de Anchieta foi reconstruída no estilo colonial jesuítico e oferece missas aos fiéis.

Quer conhecer mais?

Entrevista com Larissa Maia Artoni
Coordenadora de Comunicação



MOSTEIRO DE SÃO BENTO

O complexo beneditino do Centro de São Paulo tem uma história longa, que remonta ao ano de 1598, quando foi construída a primeira capela dedicada a São Bento sob o comando do monge Mauro Teixeira.

O seu cerne, resistente às idas e vindas dos séculos, é a vida monástica baseada no lema de São Bento – *ora et labora* – que indica o quanto a vida dos monges é dedicada à oração, também entoada em cantos gregorianos, e ao trabalho, tanto o manual (cultivo da terra, preparação de alimentos, artesanato, manutenção do mosteiro), quanto o intelectual (estudo das escrituras, filosofia, língua grega e latina). Os monges paulistanos acrescentaram a esse lema *et legere*, como preconizava São Bento, destacando a leitura como parte fundamental de suas vidas no mosteiro, em busca do equilíbrio entre momentos de trabalho (corpo), leitura (alma) e oração (espírito).

Atualmente, o complexo é formado pelo Mosteiro, pela Basílica Abacial Nossa Senhora da Assunção, pelo Colégio de São Bento e pela Faculdade de São Bento, que ministra as graduações de Filosofia e Teologia. As edificações mais recentes foram realizadas entre 1910 e 1922, em estilo neorromânico, com esculturas e pinturas ricamente adornadas.

Fruto da parceria entre a Faculdade e o Mosteiro São Bento, destaca-se o ateliê de restauro que, além de cuidar do patrimônio, das edificações, decorações e obras de arte, oferece cursos teóricos e práticos, abrangendo diversas áreas de conservação e intervenção em obras de arte.

Saiba mais sobre a história do Mosteiro de São Bento na p. 41



LARGO E MOSTEIRO DE SÃO BENTO, JOSÉ WASTH RODRIGUES, 1830 - ACERVO DO MUSEU PAULISTA DA USP.



LARGO DE SÃO FRANCISCO

No Largo, atualmente, encontram-se a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), a Igreja São Francisco de Assis e a Igreja da Ordem Terceira da Penitência de São Paulo, também conhecida como Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco.

Seu nome remete aos franciscanos que, em 1640, criaram a capela de São Antônio, ao lado da Igreja de Santo Antônio, no atual Largo do Patriarca; e, em 1647, receberam da Câmara o terreno do atual Largo, onde construíram o Convento de São Francisco e São Domingos.

Tempos depois, em 1827, o imperador Dom Pedro I promulgou a lei que criou o Curso Jurídico em São Paulo. Para sediá-lo, foi escolhido o edifício do antigo convento. A dinâmica da faculdade e o estilo de vida dos estudantes transformaram a vida da pequena cidade de São Paulo, incentivando a abertura de tavernas, livrarias, cafés, dentre outros estabelecimentos.

As caçadas, a prática da natação, a boemia, as produções artísticas, as discussões filosóficas e políticas dos estudantes moldaram novos costumes e maneiras de pensar. Pela Faculdade se formaram escritores como Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Esther de Figueiredo Ferraz. A primeira mulher a ingressar na Faculdade foi Maria Augusta Saraiva, em 1898.

Em 1933, o prédio do Convento foi demolido e, por meio de decreto estadual, a Faculdade de Direito, que era federal, foi incorporada à estatal e, então, recém-criada Universidade de São Paulo (USP). Um novo prédio foi construído em estilo neocolonial com autoria do engenheiro e arquiteto Ricardo Severo.

A Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco destaca-se por ser um exemplar arquitetônico remanescente do século XVIII em São Paulo e por ter sido projetada pelo arquiteto afro-brasileiro Joaquim Pinto de Oliveira, conhecido como mulato Tebas (1733-1811), especialista na técnica de talhar pedras. Nascido em Santos, filho de escravizados, foi para São Paulo com o mestre-pedreiro Bento de Oliveira Lima, que tinha a propriedade dele e de sua mãe. Obteve a sua alforria aos 57 anos de idade. Criou outras obras importantes, em São Paulo, como o Chafariz da Misericórdia e a fachada da Igreja da Ordem Terceira do Carmo.





SOLAR DA MARQUESA DE SANTOS — MUSEU DA CIDADE

O Solar da Marquesa de Santos, a Domitila de Castro do Canto e Melo (1797-1867), embora tenha sido bastante alterado, é um dos poucos exemplos de arquitetura residencial do século XVIII na cidade de São Paulo.

Ainda que tenham relegado à Marquesa a “história única” de que ela fora amante de Dom Pedro I, estudos nos revelam a sua trajetória de mulher forte e inteligente que exerceu influência considerável na história do Brasil e da cidade de São Paulo.

Conseguiu se desvencilhar de um primeiro casamento abusivo, no qual gerou três filhos, e chegou a ser esfaqueada. Seu relacionamento com o imperador durou sete anos, mais de 200 cartas trocadas e resultou em cinco gestações. Ela chegou a receber os títulos de Viscondessa e Marquesa de Santos e conseguiu acumular uma fortuna que lhe permitiu uma vida independente e autônoma, deixando aos seus descendentes uma herança equivalente a 120 milhões de reais.

Após o rompimento com o amante real, ela se mudou para o Solar, que comprou da herdeira do Brigadeiro Joaquim de Moraes Leme e no qual viveu entre 1834 e 1867. Envolveu-se, então, com o presidente da Província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, com o qual se casou em regime de separação de bens, como exigido por ela, e teve mais seis filhos. Durante a eclosão da Revolução Liberal (1842), liderada por Tobias, ela viajou de São Paulo apenas com os filhos, no meio da movimentação dos exércitos, para se unir ao marido em Sorocaba. Com o término da revolta e fuga de Tobias para o Rio Grande do Sul, Domitila refugiou-se em um convento de Sorocaba, onde cavou uma vala no jardim para esconder os bens da família e do próprio convento. As tropas governamentais que invadiram a cidade não destruíram o local em respeito a ela. Quando Tobias foi levado preso para o Rio de Janeiro, ela usou de sua influência para cuidar do companheiro doente até o imperador conceder anistia aos revoltosos.

Dentre outras demonstrações de seus feitos e prestígio, podemos citar a grande doação que ela fez à Guerra da Cisplatina (1825-1828); o abrigo que concedeu às tropas que lutariam na Guerra do Paraguai (1864-1870), em sua fazenda do Mato Grosso; a ajuda na construção da sede da Casa de Misericórdia; e a doação de dinheiro para construção da capela do Cemitério da Consolação. Em São Paulo, seu Solar era lembrado como local de inesquecíveis comemorações, reunindo estudantes de Direito, artistas, políticos e intelectuais.

Sua casa foi adquirida em leilão, em 1880, pela Igreja católica, que instalou no local o Palácio Episcopal, residência de bispos, modificando o prédio. Entre 1909 e 1967, o imóvel foi utilizado pela The São Paulo Gaz Company, que fez outras mudanças no edifício. O Solar foi desapropriado pela prefeitura, em 1967, e, em 1971, tombado como monumento histórico do Estado de São Paulo, além de ser nomeado como Patrimônio Municipal. Em 1975, tornou-se sede da Secretaria Municipal de Cultura e, na década de 1980, passou a ser um dos espaços que integram o Museu da Cidade.





A estrutura do Museu da Cidade é formada por um logradouro – Beco do Pinto – e por uma rede de doze casas históricas, construídas entre os séculos XVII e XX, distribuídas nas várias regiões da cidade que representam remanescentes da ocupação da área rural e urbana da cidade de São Paulo, como a Casa da Imagem, a Capela do Morumbi, a Casa Bandeirante, a Casa do Grito, Casa Modernista, dentre outros.

O Solar abriga a sede do Museu da Cidade, com diversas atividades museológicas. As várias modificações realizadas em diferentes épocas, no edifício, levaram-no à descaracterização de sua arquitetura. O trabalho de recuperação iniciou-se em 1991, mas não foi possível reconstituir nenhum dos estágios da construção. O restauro procurou, seguindo normas internacionais, preservar elementos de suas várias etapas construtivas, destacando vestígios remanescentes, como a calçada e as paredes de taipa de pilão e pau-a-pique, todas do século XVIII; características ambientais das intervenções do século XIX, como forros apainelados, pinturas murais e artísticas e pisos assoalhados, dentre outros. Para a fachada, foi feita a escolha de conservar a sua feição neoclássica.

Quer conhecer mais?

Entrevista com
Lilian Damasceno e Vitor Cruz
Gestores



ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.



CAFÉ GIRONDINO

No século XIX, o Café Girondino se destacava na esquina da Rua XV de Novembro com a Praça da Sé como um efervescente espaço de encontro e discussão política dos cafeicultores, que ali negociavam as sacas do seu produto, além de jornalistas, estudantes, advogados e outros intelectuais.

Foram os jocosos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco que apelidaram o local “dos Girondinos”, em referência ao grupo político que, no contexto da Revolução Francesa, representava a alta burguesia e defendia uma república constitucional conservadora, em oposição aos jacobinos.

Em 1995, o Café Girondino foi recriado pela família de Felipe Nunes, seu atual administrador, tendo como inspiração a antiga cafeteria. Acabou cativando uma clientela fiel, ligada aos bancos e às instituições públicas da região, jornalistas, políticos e turistas.

A pandemia de Covid-19 afetou bastante o estabelecimento, levando ao seu fechamento, em junho de 2024. Comprado pelo Grupo Fábrica de Bares, ele reabriu em novembro de 2024, após uma reação exaltada de parte de seu público, que reivindicava a reabertura do Café Girondino, justificando que este não só guardava a memória da cidade, mas também era cenário das suas próprias lembranças e de suas famílias.

De certa forma, podemos dizer que o Café Girondino opera como um “lugar de memória”, pois atrai, incentiva e dá condições materiais – vestígios, fragmentos de memória, como fotografias, móveis, vestimentas, cardápio etc. –, para que as pessoas revisitem o passado, no caso, aquele do início da modernidade e da expansão cafeeira ocorrida na cidade de São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX.

Quer conhecer mais?
Entrevista com Felipe Nunes
Sócio-Administrador





ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.

CAIXA CULTURAL

A CAIXA Cultural São Paulo fica na Praça da Sé, no Edifício Sé, inaugurado em 1939 como sede da Caixa Econômica Federal. Tombado pelo CONPRESP, o prédio guarda joias arquitetônicas, como o vitral do artista italiano Henrique Zucca. No 6.º andar, está o Museu da CAIXA, um polo de arte e cultura com três galerias, sala de leitura, oficinas, auditório e o Grande Salão, palco de espetáculos de teatro, dança, música e outras manifestações culturais.

Quer conhecer mais?
Entrevista com William Souza
Arte-Educador



IHGSP

Sem fins lucrativos, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) tem como missão pesquisar e divulgar a história, a geografia e áreas afins, com foco na cidade e no estado de São Paulo. É uma das primeiras sociedades civis organizadas da capital, promovendo cursos, sessões públicas e publicações. Abriga vasto acervo acessível a visitantes e pesquisadores e já contou com governadores e presidentes da República em sua diretoria.



Quer conhecer mais?
Entrevista com João Tomas do Amaral
Presidente



ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.





EDIFÍCIO MARTINELLI

Marco do início da verticalização de São Paulo, o primeiro arranha-céu da cidade, com seus 130 metros e 30 andares, foi construído em concreto armado sob a direção do imigrante italiano Giuseppe Martinelli, entre 1925 e 1929.

Na época de seu lançamento, as pessoas tinham medo de subir, quanto mais viver, em um prédio tão alto. Pois o empresário se mudou com a família para o terraço, onde construiu uma moradia no estilo “Vila Toscana”, provando a todos que o edifício era seguro. Logo, suas 1267 dependências deram lugar a moradias e estabelecimentos comerciais, destacando-se os escritórios dos clubes de futebol Palestra Itália e do São Paulo, o Cine Rosário e o luxuoso Hotel São Bento.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil declarou guerra ao Eixo, do qual a Itália fazia parte. Nesse contexto, o governo brasileiro confiscou o prédio, então propriedade do governo italiano.

Nas décadas de 1950 a 1970, a ocupação desordenada e o abandono degradaram o edifício. Em 1975, a prefeitura desapropriou parte do prédio, reformou o imóvel e ocupou 18 andares com repartições públicas municipais.

O edifício foi tombado, em 1992, pelo Patrimônio Histórico, destacando seus elementos decorativos neoclássicos, cobertura de ardósia com mansardas falsas, palacete de três andares no terraço e roupagem de tijolos recobrimdo a estrutura de concreto. É considerado uma amostra do gosto eclético na arquitetura paulistana.

Em 2023, o terraço e parte de seus andares (25 a 28) foram cedidos à iniciativa privada, assumindo-os por 15 anos o Grupo Tokyo. Desde então, o edifício tem passado por *retrofit*, um tipo de reforma que busca preservar o imóvel, mas além do restauro, incluir elementos de inovação, investindo em tecnologia e acessibilidade. O terraço e alguns de seus andares têm sido espaço de festas noturnas, atividades gastronômicas, culturais e musicais.

Hoje, qualquer paulistano pode subir no seu topo e admirar uma vista privilegiada da cidade, identificando suas grandes regiões e principais pontos geográficos.



Quer conhecer mais?
Entrevista com Rafael Guedes
Sócio do Observatório Martinelli





FOTOGRAFIA: RUBENS CHAVES



FAROL SANTANDER

Com sua icônica arquitetura *art déco*, destacando-se feito “vela no bolo” na paisagem de uma cidade que, embotada de prédios, tem poucas referências geográficas no horizonte, o Edifício Altino Arantes foi construído entre 1939 e 1947 para sediar o Banco do Estado de São Paulo – o Banespão, como a gente paulistana o apelidou com carinho.

Em 2018, transformou-se no centro de cultura, turismo, lazer e gastronomia Farol Santander – nome oportuno, que combina com seu brilho e sua potência, já que tudo nele é superlativo: 161,22 metros de altura, milhões de visitantes e 35 andares que marcam a silhueta do Centro paulistano.

A entrada é espetacular: um grande *hall* com colunas monumentais e um lustre de 13 metros e 10 mil cristais. Dois lances de escada abaixo, funciona o Boteco do Cofre, no antigo caixa-forte do banco, misturando elementos tombados – como grades de aço, portas de 16 toneladas e 2 mil caixinhas de depósito – com iluminação moderna e coquetéis exclusivos.

No Café do 26, o olhar do visitante se alarga pelos 360 graus do mirante, com binóculos e indicações no vidro para observar a paisagem ao redor. No 31.º andar, a Academia Gastronômica oferece renomados cursos e experiências.

Já A Casa de Adoniran – Boteco do 28 serve comida típica paulista, inclusive a farofa de içá, feita com tanajura, fêmea da formiga saúva, herança indígena da família tupi-guarani. O bar abriga mais de mil itens de Adoniran Barbosa (1910–1982), como seu chapéu fedora, gravata borboleta, discos, fotos, documentos e até uma panela de polenta feita pelo próprio sambista.

Os andares 19, 20, 22, 23 e 24 recebem exposições de arte, tecnologia e história. O sexto abriga a Coleção Santander, com mostras alternadas de um acervo que ultrapassa 200 mil itens.

O 21.º andar surpreende com a pista de *skate* mais alta do mundo, segundo o *Guinness*. Destacam-se ainda o 5.º andar, tombado, que abrigava a Presidência do Banco; a obra permanente *Vista 360 Graus*, de Vik Muniz, feita com sobras das reformas; e a recriação fiel de uma agência bancária da década de 1940.

É um espaço múltiplo, de pompa e requinte, local e internacional, mas também inclusivo e acolhedor, acessível e preparado para receber pessoas de todas as idades, origens e interesses – dos passantes que o descobrem por acaso aos turistas, nacionais e estrangeiros, e aos cosmopolitas atentos.



Quer conhecer mais?

Entrevista com Bibiana Berg

Head Executiva de Experiências, Cultura e Impacto Social





MUB3 – Museu da Bolsa do Brasil

A [B]³, “Brasil, Bolsa, Balcão”, é a bolsa de valores oficial do Brasil, resultado da fusão da BM&FBovespa com a Cetip, em 2017. Trata-se de uma das principais bolsas de mercado financeiro e de capitais do mundo, além de uma empresa que cria infraestrutura de mercado. Ali são negociados diversos tipos de ativos: ações, títulos de renda fixa, derivativos e *commodities*. A instituição também realiza a liquidação e a custódia de títulos, garantindo a integridade das transações financeiras no país.

Se para você esses termos são difíceis de compreender, saiba que o Museu da Bolsa de Valores, o MUB3, foi criado justamente para ajudar as pessoas a entenderem esse jargão, além de aspectos do dinheiro, da gestão financeira e da importância do investimento na formação de patrimônio.

O Museu ocupa um edifício neoclássico construído na década de 1940 para o Banco do Comércio e da Indústria e adquirido pela Bovespa em 1986. Organizado em módulos cronológicos e temáticos, possui infraestrutura de acessibilidade e recursos interativos que mostram a evolução do mercado de capitais no Brasil, com foco nos aspectos históricos e nas transformações técnicas, culturais e econômicas.

O visitante se depara inicialmente com a seção “Praça do Comércio”: as praças públicas do final do século XIX, onde ocorriam as primeiras transações de títulos, apólices e produtos agrícolas. Já o “Escritório Mercantil” apresenta a organização dos primeiros escritórios de corretagem, os registros iniciais do mercado e a figura do corretor. Também é possível conhecer o surgimento do mercado agro e de títulos públicos, uma maquete representando um pregão de 1930 e objetos como a cadeira do corretor da década de 1940 e telefones de época.

Um dos módulos explica o que é a [B]³ e como ela integra o desenvolvimento econômico do Brasil, seu papel no cotidiano das pessoas e as ligações dela com políticas, infraestrutura e regulação. A sala “Transformações Tecnológicas” trata da evolução das bolsas: do uso do telégrafo e rádios, que transmitiam pregões antigos, aos painéis eletrônicos, ao sistema de pregão eletrônico, ao *Home Broker* e, por fim, ao uso de dispositivos móveis, computadores e redes.

Exposições temporárias dialogam com as demais temáticas e um centro de referência guarda e preserva mais de 100 mil itens relacionados às bolsas de valores brasileiras e ao mercado financeiro. Sua equipe educativa é interdisciplinar e voltada a democratizar a educação financeira, oferecendo formação, visitas guiadas, transporte e alimentação a grupos de crianças e jovens de comunidades periféricas da Grande São Paulo.

Quer conhecer mais?

Entrevista com Maria de Lourdes da Silva
Coordenadora





CCBB SP

Até 1867, o terreno onde se localiza a sede paulistana do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB SP), era ocupado pela Confeitaria do Leão. Neste ano, no entanto, aconteceu um incêndio.

O edifício atual foi construído em 1901 como um sobrado que servia de comércio, no térreo, e de moradia, no primeiro andar. Ele foi reformado em 1923, quando o Banco do Brasil, o primeiro banco do país (1808), atualmente uma sociedade de economia mista (com capital privado e público), comprou o prédio para instalar uma agência bancária.

O engenheiro-arquiteto Hippolyto Gustavo Pujol Junior foi responsável por sua reforma, que manteve elementos da arquitetura original e impôs ao edifício um estilo arquitetônico de origem francesa associado à ornamentação eclética. Ele é constituído por cinco andares, mais o torreão, construídos com estrutura de concreto armado e alvenaria de tijolos.

O CCBB de São Paulo foi inaugurado em 2001 e, desde então, tornou-se um dos grandes polos culturais da cidade, oferecendo ao público uma programação diversa que inclui teatro, exposições, arte-educação, filmes, oficinas, debates e outras atividades.

A entrada na esquina foi a solução encontrada para aproveitar melhor o espaço da construção, projetada com cinco pavimentos. O cofre, que ocupava todo o subsolo, também se tornou sala de exposição. Sua arquitetura é uma exposição à parte: na fachada, ricamente ornamentada, pilastras separam os caixilhos idênticos e simétricos das janelas. O *hall* de entrada desemboca no átrio central, com piso de mosaico, gradis de ferro, balcões de madeira trabalhada e vitrais.

Com atrações gratuitas e investimento em acessibilidade, o CCBB afirma seu compromisso em democratizar a cultura e os conhecimentos, oferecendo uma programação diversa voltada a crianças, jovens, adultos e idosos. Os catálogos de suas exposições estão disponíveis para *download* gratuito, em seu *site*, e sua programação é baseada em editais públicos bienais, nos quais qualquer pessoa pode apresentar um projeto dentro dos critérios estabelecidos por seus curadores e administradores.



Quer conhecer mais?
Entrevista com Cláudio de Mattos
Gerente Geral





CASA GODINHO

A Casa Godinho foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial da cidade de São Paulo pelo Conpresp, em homenagem à sua relevância histórica e afetiva. Fundada em 1888 pelo imigrante português José Maria Godinho, inicialmente na Praça da Sé, foi transferida em 1924 para a Rua Líbero Badaró, 340, onde permanece até hoje. Mais de um século depois, segue como ponto de encontro tradicional e símbolo da gastronomia paulistana.

Quer conhecer mais?
Entrevista com Miguel Romano
Sócio-Administrador



SMART SAMPA

O Smart Sampa é o maior sistema de monitoramento da América Latina, com mais de 40 mil câmeras e reconhecimento facial. Ajuda a identificar foragidos, danos ao patrimônio público e pessoas desaparecidas.

A Central de Monitoramento, inaugurada em 4 de julho de 2024, funciona 24h com 250 agentes da GCM e Defesa Civil, na Rua XV de Novembro, nº 268, no Centro Histórico de São Paulo, reforçando a segurança da capital com tecnologia de ponta.



Quer conhecer mais?
Entrevista com Orlando Morando Júnior
Sec. Mun. de Segurança Urbana de São Paulo



PREFEITURA DE SÃO PAULO	
PRISIONÁRIO	
FORAGIDOS CAPTURADOS	1851
PREÇOS NO ANO DE 2023	1534
PREÇOS EM SETEMBROS	99
DESAPARECIDOS LOCALIZADOS	87
TOTAL DE PREÇOS EM PLACARTE	3231
OCCORRÊNCIA COM VEÍCULO	89

ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.





EDIFÍCIO TRIÂNGULO, DESTAQUE MODERNISTA

No cruzamento entre as ruas Quintino Bocaiúva, José Bonifácio e Direita, está o Edifício Triângulo, projetado por Oscar Niemeyer para o Banco Nacional Imobiliário e inaugurado em 1955. Na sua entrada, tanto do lado de fora, como de dentro, destacam-se os painéis *Operários*, dois mosaicos feitos com pastilhas de vidro por Emiliano Di Cavalcanti. Inspirado nos muralistas mexicanos, como Diego Rivera, Di Cavalcanti retratou, nessas e em outras obras, o cotidiano dos trabalhadores, buscando tornar a arte mais acessível ao grande público.



EDIFÍCIO OURO PARA O BEM DE SÃO PAULO

Durante a Revolução de 1932, a população paulista doou joias e alianças para financiar a causa constitucionalista, na campanha Ouro para o Bem de São Paulo. Com o fim do conflito, a Associação Comercial de São Paulo, organizadora da campanha, doou o ouro para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em reconhecimento do apoio prestado por essa instituição aos feridos da guerra.

O prédio foi finalizado em 1939, com projeto de Severo & Villares Cia Ltda – Escritório Técnico Ramos de Azevedo. Construído em estilo *art déco*, sua fachada representa a bandeira paulista – cada andar corresponde a uma das 13 listras da bandeira. Do lado esquerdo, uma estrutura semelhante a um “mastro” lembra os anéis doados na campanha.





CATEDRAL DA SÉ

Antes dela, houve a igreja matriz da vila de São Paulo do Campo (ou São Paulo do Piratininga), dedicada a Nossa Senhora Assunção, em terreno determinado pelo cacique Tibiriçá, construída entre 1591 e 1612. Em 1740, a vila de São Paulo do Piratininga se tornou cidade e essa antiga igreja foi demolida, sendo substituída por uma nova, em estilo barroco, inaugurada em 1764 e demolida em 1911.

A catedral atual foi idealizada por Dom Duarte Leopoldo Silva, o primeiro arcebispo de São Paulo. Apelidada de Sé, a “cadeira do bispo”, ela nasceu importante e republicana, na próspera São Paulo do século XX, construída para ser Arquidiocese, a principal igreja católica da cidade.

Se é templo religioso, também se tornou palco da democracia. Dentre seus personagens, destaca-se Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo responsável pela Catedral na década de 1970, com atuação ligada à defesa dos Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar brasileira. A praça que abriga a Catedral reuniu, em 1975, 8 mil pessoas no ato ecumênico em memória a Vladimir Herzog, resistiu à ditadura civil-militar e gritou pelas Diretas Já! Ainda hoje congrega o povo em suas lutas.

O arquiteto alemão Maximilian Emil Hehl projetou-a em um estilo eclético, com destaque para o neogótico das fachadas elevadas e aberturas ogivais, dos vitrais coloridos e rosáceas, da grande ornamentação e do uso de arcos pontiagudos. Já a cúpula tem inspiração renascentista e seus capitéis surpreendem por certa influência modernista! A catedral gótica tem 111 m de comprimento, 46 m de largura e 65 m de altura (exceto as torres). O início de sua construção ocorreu em 1912, pelo então arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva. Foi inaugurada em 1954 por Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, no aniversário do 4.º centenário da cidade.

Ao levar seus olhos ao alto das colunas, o visitante descobre capitéis talhados em pedra: trigo e uva representando pão e vinho, sangue e corpo de Cristo, mas também cacau, café e milho, sapo-boi, garça, lagarto, mico, tatu e tucano.

Outros encantos podemos identificar, como oito portas de jacarandá da Bahia, sinos de bronze, tantos mármore, granitos, mosaicos, estátuas, baixos-relevos, quadros, vitrais, artes feitas por habilidosas mãos italianas e brasileiras. Seu órgão de tubos é o maior da América do Sul. Por fim, a sua cripta é reverenciada por abrigar os restos mortais do cacique Tibiriçá, do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão e do Regente Feijó, além de reunir esculturas de Francisco Leopoldo Silva, irmão de Dom Duarte e colega de Victor Brecheret.

Quer conhecer mais?
Entrevista com Fernando Meli
Administrador e restaurador





MUSEU DAS FAVELAS

Baile tá *on!*: conversa-cantada inspirada nas exposições em cartaz. **# Favela ocupa**: Plataforma para envio de projetos. **# Cria**: Centro de referência, pesquisa e biblioteca. **#Corre**: Centro de formação, trabalho, renda e empreendedorismo: espaço antirracista, com foco no público periférico, formação e treinamento de habilidades para futuros profissionais da área cultural, lazer, turismo e eventos. **#Núcleo de Educação do Museu das Favelas**.

Porque elas são muitas, o Museu já nasceu assim, em 2022, plural, batizado “Das Favelas”, levando a diversidade das bordas ao foco, das periferias brasileiras ao Centro de São Paulo.

Desde 2025, instalado em pleno marco zero, de cara com o Pateo do Collegio. Ali, esse jovem Museu entrou para o circuito cultural do Triângulo Histórico e tem alcançado reconhecimento internacional. O sucesso de público só mostra o quanto estavam reprimidas, marginalizadas e escondidas as artes feitas nas favelas, e o quanto elas reverberam.

Quatro pavimentos, duas exposições temporárias e uma exposição de longa duração desmancham lugares-comuns sobre as favelas, revelando uma arte múltipla e inovadora que transborda dos cantos quadros paredes acertando em cheio o espectador. O impacto gerado nos visitantes também volta para os territórios dos artistas, geralmente excluídos de outros espaços museais, beneficiando suas comunidades e moradores.

Mais do que um lugar de história e de arte, o Museu se funda na relação de pertencimento entre favelas, artistas e público, e busca tornar o Museu – instituição historicamente inacessível às populações periféricas – um espaço acolhedor.

Assim, seus trabalhadores são predominantemente pretos/as, pardos, jovens e das favelas. Seu público principal vem das favelas. Sua gestão, sua curadoria e sua linguagem são humanizadas e buscam um ambiente inspirado no modo de ser das quebradas, costuradas com afeto, improvisação, invenção, corpo, movimento, dança, música, brincadeira e oralidade.



Quer conhecer mais?
Entrevista com Natália Cunha
Diretora





IGREJA DO CARMO

A Igreja da Ordem Terceira do Carmo, situada no centro de São Paulo (Av. Rangel Pestana, 230), foi fundada no século XVII por um grupo de leigos — em sua maioria bandeirantes — como uma capela contígua ao antigo Convento do Carmo de São Paulo. A edificação atual foi construída em taipa de pilão entre os anos de 1747 e 1758, e posteriormente ampliada entre 1772 e 1802, momento em que recebeu um novo frontispício. No interior do templo encontra-se um conjunto notável da arte colonial paulista, com destaque para os tetos da capela-mor e do coro, pintados por Frei Jesuíno do Monte Carmelo, bem como um altar estilo rococó do século XVIII, rico em talha dourada. A igreja foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo órgão municipal competente, e continua sendo um marco histórico, artístico e religioso no centro de São Paulo.



IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos originalmente situava-se na Praça Antônio Prado, então conhecida como Largo do Rosário. Erguida por homens negros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, entre 1721 e 1722, o local funcionava como espaço de reunião para escravos e alforriados, que estabeleciam relações solidárias e celebravam ritos católicos mesclados a crenças de origem banto. A certa altura, a presença negra começou a incomodar e, usando como motivo o processo de urbanização promovido pelo prefeito Antônio Prado, a antiga igreja foi desapropriada e demolida em 1903. Como compensação, a Irmandade recebeu um terreno no Largo do Paiçandu, onde a nova sede foi reconstruída gratuitamente por pessoas negras. Ela foi consagrada em 1906, em cerimônia marcada por uma grande procissão acompanhada de banda, que trasladou as imagens do antigo templo.



// OUTRAS IGREJAS DO TRIÂNGULO HISTÓRICO



IGREJA DE SANTO ANTÔNIO

A Igreja de Santo Antônio, situada na Praça do Patriarca, no centro histórico de São Paulo, é considerada a igreja mais antiga remanescente da cidade, com registros documentais que remontam a 1592. No século XVII, recebeu a presença dos frades da Ordem dos Franciscanos, que se instalaram no local e assumiram parte de sua administração. Em 1774, foi assumida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, marcando uma nova etapa de reformas e mudanças. Ao longo dos séculos, sofreu diversas intervenções significativas: sua fachada foi totalmente renovada e reinaugurada em estilo eclético em 1919. Durante a restauração de 2005, foram descobertas no forro do altar-mor pinturas murais do século XVII, de elevada qualidade artística e técnica, consideradas as mais antigas conhecidas em São Paulo. A igreja também abriga um belo altar-mor em talha barroca, preservando seu valor histórico, artístico e religioso.



IGREJA DE SÃO GONÇALO

Com origem no século XVIII, a Igreja de São Gonçalo é hoje sede da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção e São Paulo e da Paróquia Pessoal Nipo-Brasileira São Gonçalo — uma igreja que realiza missas rezadas em japonês.

O relógio em sua fachada é o mesmo que pertenceu à antiga capela jesuíta do Pateo do Collegio, transferido para a Igreja de São Gonçalo durante a reforma daquele conjunto. Desde o final do século XIX, a igreja é administrada pelos jesuítas e frequentada, em grande parte, pela comunidade nipônica paulistana.

Construída ainda no período colonial brasileiro, apresenta como estilo dominante o barroco, com elementos rococó em sua decoração, que representa motivos da natureza.

IGREJA DO PATEO DO COLLEGIO

O Pateo do Collegio, considerado o marco oficial do nascimento da cidade de São Paulo, é um sítio arqueológico onde, em 1554, os padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta ergueram as primeiras construções do povoado de São Paulo de Piratininga: o Real Colégio de Piratininga e uma pequena igreja em taipa de pilão. Ao longo dos séculos, passou por diversas transformações, demolições e reconstruções, refletindo o crescimento urbano e as mudanças históricas da cidade.

O edifício atual da Igreja é uma reconstrução inaugurada em 1979, fiel aos moldes arquitetônicos da antiga igreja jesuítica do período colonial. Durante as obras, foram preservados vestígios da construção original, como uma parede de taipa de pilão do século XVI, preservada como testemunho material das origens de São Paulo.

Hoje, o Pateo do Collegio abriga também um museu, uma biblioteca e espaços dedicados a atividades culturais, educativas e religiosas, mantendo viva a memória da fundação da cidade e da presença jesuítica no Brasil.

IGREJA SÃO FRANCISCO DE ASSIS

O conjunto monumental do Convento de São Francisco e da Igreja de São Francisco de Assis situa-se no largo homônimo, no centro de São Paulo, onde hoje funciona a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo de São Francisco). O convento foi inaugurado, em 17 de setembro de 1647, por frades da Ordem Franciscana dos Frades Menores que ali se instalaram pouco antes, sendo erguido em taipa de pilão. A igreja, de propriedade da Ordem Franciscana, passou por diversas reformas ao longo dos séculos. Em 1982, recebeu o tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), garantindo sua preservação como bem histórico. Sob a liderança do Dom Paulo Evaristo Arns, o local foi elevado à categoria de Santuário de São Francisco, tornando-se ponto de visita importante para os fiéis e para a memória da cidade.

IGREJA DAS CHAGAS DO SERÁFICO PAI SÃO FRANCISCO

A Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco é uma construção colonial inaugurada em 1787, localizada no Largo de São Francisco, no centro histórico de São Paulo. É considerada uma edificação de grande importância, sendo o único exemplar arquitetônico remanescente do século XVIII no núcleo urbano da cidade, e um documento histórico valioso do período colonial.

O edifício, luxuosamente decorado, apresenta como estilo predominante o barroco, com elementos rococó na decoração que representam motivos da natureza.

A construção original da igreja teve início em 1783, com a demolição da antiga capela, e desde então passou a desempenhar um papel importante na vida religiosa e cultural da cidade.



ORA ET LABORA

JOÃO ROSSI

REZA E TRABALHA

Ao pesquisar a vida em Piratininga nos séculos XVI e XVII, distante do litoral e quase esquecida, deparamo-nos com um panorama de grandes dificuldades enfrentadas pelos seus moradores. Percebemos que o desenvolvimento, sobretudo na época colonial, deve muito ao empenho das ordens religiosas, em especial à dos beneditinos, orientados pelo lema *ora et labora* – reza e trabalha.

A história da Ordem de São Bento em São Paulo começa no ano de 1598, quando Frei Mauro Teixeira, vindo de Salvador (BA), construiu uma ermida dedicada ao Santo Patriarca dos monges do Ocidente: São Bento. O local designado para a capela foi o primeiro núcleo populacional indígena no Planalto de Piratininga, a taba do cacique Tibiriçá. Ali inicia-se o trabalho de assistência religiosa dos beneditinos no distante planalto.

Em 1634, houve melhorias na edificação, que se tornou Abadia com a nomeação de seu primeiro abade, Álvaro de Hinojosa y Carvajal, em 1635.

No ano de 1641, o Mosteiro protagonizou a aclamação de Amador Bueno, proprietário de terras e administrador colonial da Capitania de São Vicente, como “rei de São Paulo” sobretudo por colonos espanhóis que não reconheciam a legitimidade de Dom João IV, aclamado rei de Portugal em 1640, no contexto do fim da União Ibérica. Bueno recusou o pleito, temendo ser acusado de crime de lesa-majestade, o que provocou a revolta da população e levou Amador a refugiar-se no mosteiro até que se acalmassem os ânimos.

A capela, com suas modestas melhorias, durou até meados de 1650, quando o bandeirante Fernão Dias Paes Leme organizou a construção de uma nova igreja e celas para acomodar um número maior de monges. Grande benfeitor da Ordem Beneditina em São Paulo, ele colaborou com o desenvolvimento econômico do Mosteiro; seus restos mortais e os de sua esposa, Maria Betin, foram sepultados na igreja, onde permanecem até hoje.

Quer conhecer mais?
Entrevista com João Rossi
Restaurador e Mestre em Arte Sacra





LÁPIDE — BRONZE - NAVE — BASÍLICA ABBACIAL DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO. RESTAURADA EM 2016. ACERVO JOÃO ROSSI.

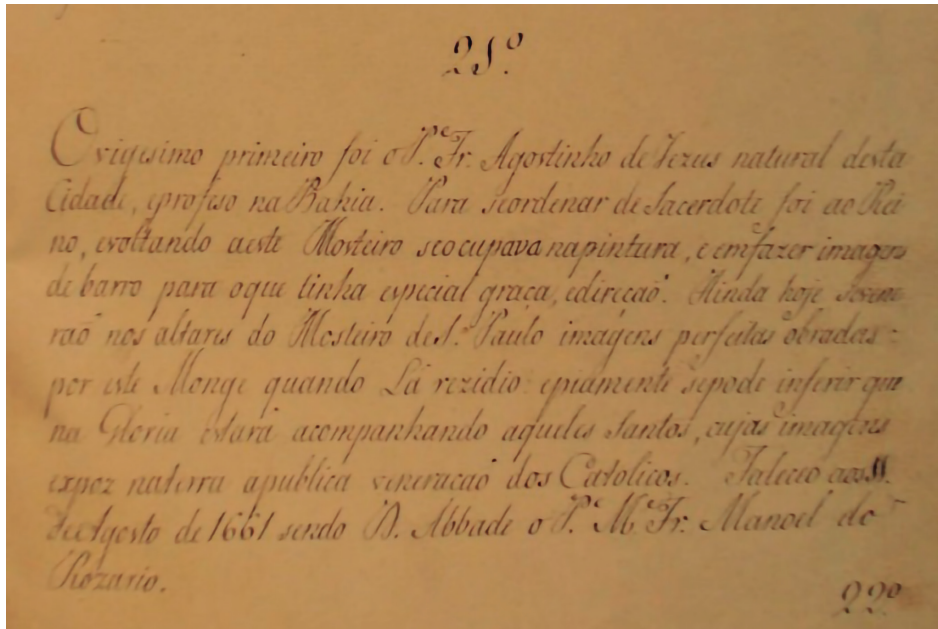
Sepultura de Fernão Dias Paes Leme, Governador das Esmeraldas, nascido em 1608 e falecido em 1681, e de sua mulher Maria Garcia Betin, falecida em 1691. Grandes benfeitores desta Abadia. Para este jazigo lhes trasladou os restos mortais a gratidão beneditina. Agosto de 1922 (Transcrição da lápide de Fernão Dias Paes Leme).

A nova igreja contava com nave, presbitério e coro. Dela restaram algumas relíquias, como as imagens de São Bento, Santa Escolástica, Santo Amaro e São Bernardo, todas em barro ressequido, elaboradas pelas consagradas e habilidosas mãos do monge Agostinho de Jesus, que nasceu no Rio de Janeiro, estudou na Bahia, foi ordenado sacerdote em Portugal e muito produziu em São Paulo.

Especula-se sobre a autoria da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, atribuindo-a ao monge; porém não existem subsídios suficientes para tal afirmação. Nota-se, por alguns atributos estéticos, que pode ter sido produzida por algum discípulo de sua escola artística.

Além dessas relíquias, o Mosteiro conta com outras de grande importância artística e histórica, como a imagem de Nossa Senhora do Monte Serrat (1635?), em barro cozido, trazida da Bahia — obra do escultor e ceramista português Frei Agostinho da Piedade — que assumiu como venerada padroeira da igreja, substituindo o orago anterior, São Bento.





[...] O vigésimo primeiro foi o Pe. Agostinho de Jesus natural desta cidade, e professo na Bahia. Para se ordenar sacerdote foi ao Reino, e voltando a este mosteiro se ocupava na pintura, e em fazer imagens de barro para o que tinha especial graça e direção. Ainda hoje se venerão nos altares do mosteiro de São Paulo imagens perfeitas obradas por este monge quando lá rezidio: e piamente se pode inferir que na glória estará acompanhando aqueles santos, cujas imagens expoz na terra a publica veneração dos Católicos. Faleceu aos 11 de agosto de 1661 sendo D. Abbade o P. M. Fr. Manoel do Rozario.

No século XVIII, outras obras foram incorporadas ao templo, como a imagem de Nossa Senhora da Conceição, em madeira dourada e policromada, adquirida em Portugal pelo governador Pedro Taques, constituindo a capela mortuária para os primogênitos da família. Em 1720, o orago da igreja foi novamente substituído, a pedido de José Ramos da Silva, passando de Nossa Senhora do Monte Serrat para Nossa Senhora da Assunção, de quem foi o doador da imagem.

Em 1766, foi abençoada a pedra fundamental da nova igreja, que substituiu a construída por Fernão Dias, agora mais ampla e ao gosto do barroco paulista, composta de nave única, presbitério e coro superior. Havia altares laterais dedicados a Senhora Santana, São João Batista, Santa Gertrudes, Nossa Senhora dos Remédios — que foi posteriormente transferida para a igreja onde se tornou titular, na Praça João Mendes — e Nossa Senhora do Pilar, cuja irmandade mantinha considerável patrimônio artístico, graças ao grande número de devotos e benfeitores. A imagem, em madeira dourada e policromada dos séculos XVII e XVIII, fora doada por Antônio de Oliveira Leitão, “por livrá-lo de um tiro de bacamarte no caminho das minas”.



TERCEIRA IGREJA DO MOSTEIRO, INICIADA EM 1766 E DEMOLIDA EM 1910.
ACERVO JOÃO ROSSI.

Com a “Lei do Fechamento dos Noviciados”, no século XIX, o governo dificultou a entrada de noviços, impedindo a renovação e, conseqüentemente, a continuidade das ordens religiosas a médio prazo. O envelhecimento dos religiosos e a falta de renovação fizeram com que as “ordens primeiras” fossem quase extintas no Brasil. No último quartel do século XIX, restavam no Mosteiro apenas o idoso abade e um funcionário, e a falta de manutenção comprometeu a estrutura da edificação, que chegou a um estado de precariedade.

Com a Proclamação da República, caíram as leis imperiais, e o Papa Leão XIII solicitou ao Mosteiro de Beuron, na Alemanha, ajuda para retomar a vida beneditina no Brasil. Foram designados novos monges para assumirem os mosteiros da Ordem em Salvador, Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo.





Passada a primeira fase da retomada dos mosteiros, já em um período historicamente mais estável, Dom Miguel Kruse foi escolhido como abade de São Paulo. Dinâmico e bem relacionado, preocupava-se com a igreja abacial e seu mosteiro, e em prestar serviços à educação na cidade, fundando o Colégio de São Bento, em 1903, e a Faculdade de São Bento, em 1908.

O conjunto arquitetônico passou por grandes transformações: da ermida do século XVI, à igreja de Fernão Dias, do século XVII, e desta à reedificação de meados do século XVIII. Solicitados pareceres técnicos sobre a edificação setecentista, por unanimidade condenou-se o imóvel, apontando graves problemas estruturais, optando-se pela demolição completa do conjunto – mosteiro e igreja abacial.

Para substituí-los, encomendou-se um projeto ao renomado arquiteto alemão e professor da Universidade de Munique, Richard Berndl. A edificação setecentista foi demolida em 1910, e muitos de seus bens móveis foram distribuídos para diversas igrejas da capital. Uma das beneficiadas foi a Venerável Ordem Terceira de São Francisco, onde é possível apreciar o altar joanino em madeira policromada que ostenta a imagem de São Miguel Arcanjo no transepto. Na cripta do mesmo templo está o antigo altar da sacristia.

Na igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, servindo como altar-mor, bastante modificado, está o antigo altar de Santa Gertrudes. Era comum a distribuição de bens móveis quando se tratava de reformas ou demolições – com a velha Sé paulistana não foi diferente; houve a dispersão do acervo para outros templos.

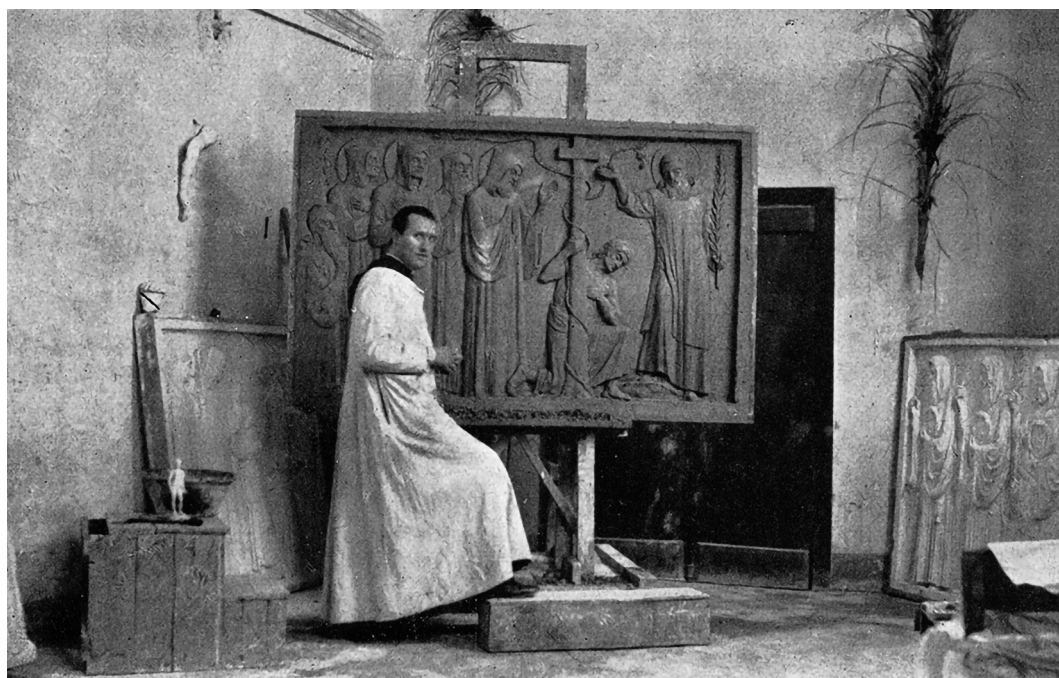
O novo mosteiro e a nova igreja foram edificadas entre 1910 e 1912 – uma construção rápida, considerando sua robustez e dimensão. O feito motivou o arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, amigo do abade Dom Miguel Kruse, a demolir e reconstruir a nova Sé de São Paulo; no entanto, esta não obteve o sucesso desejado, pois a previsão de dez anos de obras acabou ultrapassando quatro décadas.

Finalizada a construção, restava pensar na decoração interna do grandioso templo. Em uma peregrinação a Monte Cassino para visitar o túmulo do Patriarca São Bento, Dom Miguel conheceu o jovem e talentoso monge Dom Adelbert Gresnigt, que esculpia os baixos-relevos da cripta. Convidado a vir a São Paulo para elaborar o projeto interno da nova igreja abacial, Dom Adelbert aceitou a empreitada.

Foi escolhido o estilo artístico pouco conhecido denominado beuronense, nascido justamente no Mosteiro de Beuron, na Alemanha, na segunda metade do século XIX. Os criadores da escola artística beuronense foram Dom Desiderius Lenz e Gabriel Wüger, cuja arte enfatiza o uso da geometria nas formas, influenciada pelas artes egípcia e bizantina.

Com a vinda de Dom Adelbert – artista completo, que dominava arquitetura, escultura, pintura e música –, projetaram-se todos os elementos artísticos da igreja: murais, forro, metais, vitrais e alfaias. Durante a elaboração dos projetos, iniciaram-se os rumores da Primeira Guerra Mundial. O então abade de Maredsous, na Bélgica, Beato Columba Marmion, pediu que Dom Adelbert permanecesse no Brasil. Assim, ele acabou executando as pinturas da igreja com a colaboração de Dom Clemente Frischauf.





DOM ADELBERT EM MONTE CASSINO. ACERVO JOÃO ROSSI.

De 1914 a 1922, os projetos e a execução da decoração interna foram realizados. Os metais foram modelados e fundidos na Bélgica; os vitrais, confeccionados pela Casa Mayer, em Munique; as alfaias, bordadas em fios dourados e sedas, também na Bélgica. Tudo seguiu a criação artística de Dom Adelbert, compondo um conjunto plástico de grande beleza, estabelecendo uma ponte entre o ser humano e Deus – função maior da arte-sacra.

Ao atravessar a porta principal, ricamente entalhada e inspirada no calendário litúrgico, o visitante é conduzido pelo nártex, onde o zodíaco e os elementos da natureza recordam a harmonia da criação. A jornada culmina no monumental Calvário da capela-mor, revelando a grandiosidade espiritual da Basílica Abacial de Nossa Senhora da Assunção do Mosteiro de São Bento – um templo que impressiona e surpreende todos os que passam pelo Largo.

Cores díspares, magistralmente combinadas pela sensibilidade artística de Dom Adelbert, unem-se em perfeita harmonia, preenchendo o espaço sagrado de luz e simbolismo. Majestosos murais narram seis episódios da vida da Virgem Maria – a Apresentação no Templo, a Anunciação, os Esponsais, a Visita a Isabel, o Natal e a Dormição –, culminando no esplendor do vitral da Assunção. Outros vitrais, como o do Trânsito de São Bento e o do Espírito Santo com os Evangelistas, filtram suavemente a luz externa, envolvendo o interior da igreja em uma atmosfera de recolhimento e contemplação.





A DORMIÇÃO DA VIRGEM MARIA — PINTURA MURAL — CAPELA-MÓR — BASÍLICA ABACIAL DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO, RESTAURADA EM 2016. ACERVO JOÃO ROSSI.

O forro em caixotão de madeira, adornado com telas de linho, narra a vida de São Bento e apresenta santos diretamente ligados à trajetória e à tradição beneditina, conferindo ao espaço uma profunda dimensão histórica e espiritual.

Ainda na nave da igreja, destacam-se as esculturas dos doze apóstolos, realizadas entre 1919 e 1922 pelo escultor e pintor belga Adrien Henri Vital van Emelen, do Liceu de Artes e Ofícios.

Finalizada em 1922, a igreja é dedicada ao culto divino em 6 de agosto, quando o cardeal Francis Aidan Gasquet, monge e historiador beneditino inglês, preside a cerimônia. O movimento artístico de Beuron buscou uma ruptura com a arte clássica e, coincidentemente, a igreja em estilo beuronense é inaugurada em São Paulo no ano de maior efervescência cultural da cidade – 1922 –, quando os modernistas também buscavam uma ruptura.

Logo em 1924, ocorre na capital a Revolução Tenentista. Muitos edifícios da cidade foram bombardeados, e o Mosteiro não saiu ileso – ainda é possível verificar as marcas nas paredes laterais do Colégio de São Bento. Como promessa cumprida pelo abade Dom Miguel Kruse, foi erguido na igreja um altar dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, em agradecimento pela proteção perene do Mosteiro.





Na história contemporânea do Mosteiro, destacamos a vinda do Papa ao Brasil. Em maio de 2007, a comunidade beneditina recebeu um hóspede ilustre: o Papa Bento XVI, que permaneceu por alguns dias no Mosteiro. Ao ser eleito Papa, o cardeal Joseph Ratzinger escolheu o nome do santo padroeiro da Europa e pai dos monges do Ocidente.

Obras de arte espalhadas pela igreja podem ser contempladas pelos fiéis, como a imagem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição, datada de 1722, e o Santo Cristo Agonizante, de 1777, obra do primeiro escultor paulista, José Pereira Muttas, além de São Bento e Santa Escolástica, de Frei Agostinho, preservados das edificações anteriores.

Patrimônio religioso, histórico e cultural, o Mosteiro faz parte do cotidiano da metrópole. As cerimônias religiosas, dotadas de grande solenidade, são acompanhadas pelo canto gregoriano ao som do órgão Walker de 7000 tubos, inaugurado em 1954 durante os festejos do quarto centenário de São Paulo, substituindo o de 1922, que foi repassado à Igreja de Nossa Senhora de Fátima do Sumaré, onde permanece.

O Mosteiro é um caso raro na cidade, pois desde sua fundação, no século XVI, cumpre ininterruptamente sua função religiosa no mesmo local. Casas dependentes, como o Mosteiro de Sorocaba – sob cuja sombra surgiu a cidade – e o Mosteiro de Jundiaí, ambos do século XVII, são braços do Mosteiro paulistano que propagam fé, história e arte, garantindo memória para as futuras gerações.

Reconhecido como um dos mais importantes patrimônios históricos da cidade, o Mosteiro de São Bento é exemplo de conservação, um dos raros casos de casa religiosa no Brasil que mantém um conservador-restaurador/museólogo próprio para suas demandas. Ainda há muito o que fazer em relação ao restauro, porém preservar esse patrimônio é um desafio: as demandas são extensas.

Além da manutenção e restauro, a instituição possui projetos voltados à arte, cultura, memória e preservação, pois acredita que a conscientização gera pertencimento e zelo para com o patrimônio. Assim, a promoção de colóquios de arte-sacra, oficinas, cursos de restauro e debates sobre a função do patrimônio histórico têm trazido bons resultados, transmitindo ao público interno e externo conhecimentos que garantem o acesso e a continuidade da preservação.

Parceria entre o Mosteiro e a Faculdade de São Bento, o ateliê de restauro oferece cursos teóricos e práticos, abrangendo diversas áreas da conservação e intervenção em obras de arte. As atividades proporcionam aprendizado especializado, combinando técnica e experiência prática, e incluem, dentre outros:

- Conservação e restauro de escultura policromada;
- Conservação e restauro de pintura de cavalete (tela);
- Conservação e restauro de pintura mural;
- Iconografia da arte-sacra;
- História da arte-sacra;
- Arte beuronense.





Nos cursos práticos de restauro, são empregados materiais de primeira linha, reconhecidos internacionalmente, assegurando a excelência e a durabilidade das intervenções realizadas.

Existe um grupo de apoio voluntário para as obras de conservação preventiva da instituição, além de projetos em andamento para retomada dos restauros artísticos de grande porte por meio de leis de incentivo, oferta de estágios para alunos dos cursos de restauro, e propostas de parceria e colaboração para futuros restauros e atividades culturais.

Por estarem no Centro da cidade, local de grande circulação de veículos, as obras sofrem com a poluição e o desgaste natural. Daí a importância de manter as rotinas de conservação, que vão desde a higienização correta dos espaços e das obras de arte até as intervenções de restauro.

A riqueza religiosa, histórica e cultural do Mosteiro é um legado que atravessa gerações. Desenvolver mecanismos para a preservação desse monumento – que, pela arte, também se torna catequese e, pela liturgia, transmite os ensinamentos da Igreja – é inspirador.

São João Paulo II, em sua Carta aos Artistas, afirma que a beleza das coisas criadas suscita “aquela arcana saudade de Deus”. E cita Santo Agostinho, que descreveu a busca incondicional pelo belo e divino:

“Tarde Vos amei, ó Beleza tão antiga e tão nova, tarde Vos amei.”

Bibliografia:

COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA; MOSTEIRO DE SÃO BENTO. *São Paulo*. São Paulo: 1988.

ROSSI, João. *São Paulo: Cidade Imperial*. Museu de Arte Sacra, São Paulo: 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1954.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. São Paulo: José Olympio Editora, 1954.

TAUNAY, Affonso de E. *História Seiscentista da Villa de S. Paulo*. São Paulo: Editor L. Campos, 1928.





// ESPAÇOS INDEPENDENTES DE ARTE





// O que vemos agora é uma arte que não se apresenta de forma isolada, mas integrada em um movimento cultural amplo que atinge diferentes parcelas da sociedade, a partir de múltiplas origens e interesses.

LARA MIRANDA

Como marco zero de nossa cidade, o Centro Histórico – que é ao mesmo tempo bairro e patrimônio descoordenado – pode contar sua história através dos edifícios que o habitam, nos quais se observa, ao longo do tempo, um processo intenso e significativo de reapropriação contínua, demarcando jogos de poder na cultura e como estes se fazem da cidade de São Paulo o que ela é hoje.

A primeira reocupação da região se deu numa época em que ela foi destinada a tornar-se o epicentro de consumo burguês, levando à transformação dos antigos casarões, palacetes e edifícios imponentes do final do século XIX e começo do XX – ligados aos barões do café, à burguesia emergente e à vida social e política da cidade – para finalidades comerciais. Em seu lugar, surgiram lojas, bancos, sedes de empresas, cinemas e teatros, o que fez do Centro um espaço frequentado pelas parcelas mais ricas, mas também destino de trabalho para as demais esferas sociais.

FOTOGRAFIA OCUPAÇÃO 9 DE JULHO.
ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.

Assim, no final da década de 1980, essa dinâmica focada no comércio fez do Centro de São Paulo um lugar abarrotado durante o dia e vazio durante a noite. Com o esvaziamento nas horas escuras, iniciou-se um processo de ocupação do espaço por figuras marginalizadas da sociedade, e, simultaneamente, por movimentos culturais que enxergaram ali um território amplo e centralizado para integração e troca.

Em resposta à ocupação por estratos sociais indesejados e o crescente imaginário de abandono e insegurança do lugar, sedes de grandes empresas se mudaram para a Avenida Paulista, com o investimento na região progressivamente sendo abandonado e muitos prédios se deteriorando como consequência, o imaginário passou a ser de abandono e insegurança. Foi essa mudança econômica que determinou sua entrada no que vem a se chamar “era decadente”, uma impressão generalizada que se sustentou na boca do povo até os anos recentes (nos quais os governos municipais passam a investir na “revitalização” dos espaços do bairro, por meio do investimento e concessão privados). O apelido é inspirado pela paisagem arquitetonicamente suntuosa, mas abandonada, que se tornou característica e problemática.





Por outra perspectiva, essa noite deixada de lado pelo investimento de capital passa a ser palco cultural, dando uma nova cara ao Centro e transformando mais uma vez seus modos de ocupação urbana. Sua localização privilegiada favoreceu o desenvolvimento de cenas como o *punke* e o *hip-hop*, que se intensificaram a partir dos anos 1990, com a Batalha da São Bento, na saída do metrô, palco do crescimento do movimento *hip-hop* em São Paulo, e com as casas de festa que ocuparam prédios, armazéns e porões.

Mais recentemente, com a valorização do lugar, surgiram também iniciativas de ordem privada – espaços como a Redbull Station (2013) e o terraço do Edifício Martinelli (por concessão, 2024) – e, governamentais, como a Virada Cultural (a partir de 2005) e a controversa revitalização do Vale do Anhangabaú (2021), ambas destinadas à produção e difusão da cultura no local.

Quando se diz “reocupação do Centro” se pensa em movimento cultural pela luta por espaço, graças, em grande medida, à insistência cultivada por movimentos e coletivos, que conseguiram, ao mesmo tempo, alimentar a região e consolidar seus espaços de manifestação como lugares-chave da cultura paulistana, transformando a história da cidade e também a da arte como meio de produção e consumo.

Assim como a reocupação do Centro de São Paulo reconfigura o espaço urbano a partir da presença de coletivos e movimentos culturais, as iniciativas das galerias independentes acompanham um mesmo gesto: deslocar a lógica do espaço como mercadoria para o espaço como experiência compartilhada.

Quando pensamos em uma galeria de arte, logo surgem na mente salas frias, de paredes brancas e um público de comportamento retraído. Essa é a imagem ideal difundida a partir dos anos 1920, com os movimentos do concretismo e do minimalismo, e que se estabelece ainda mais nos anos 1970, quando o mercado de arte contemporânea ganha força e molda as exposições mais como vitrines de venda de obras do que como espaços de exibição pública.

Antes disso, as galerias passaram por outras fases. O termo começou a existir quando a arte servia a princípios religiosos e monárquicos, representando grandes feitos da História, figuras da nobreza e passagens dos livros sagrados da Igreja Católica. As exposições aconteciam quando colecionadores abriam suas portas ao público, e, assim, as galerias eram os corredores dos palácios, castelos e casarões, reforçando a nobreza daqueles que as possuíam.

A ocupação de edifícios históricos e praças, que desafia a tentativa de uma “revitalização” higienizada, reafirma o caráter vivo do Centro. As galerias refratárias à ideia do cubo branco, que questionam o modelo mercadológico baseado na redução da obra a mero produto, impulsionam o surgimento de ambientes híbridos, frágeis e mutáveis. A força está justamente na capacidade de reinvenção por meio da presença do público e do convívio de linguagens diversas, tornando a arte mais próxima do cotidiano, e não uma formalidade distanciada.





Mesmo que ainda prevaleça o ideal do espaço branco e estéril, a noção de galeria sempre reflete as demandas do público a que se destina. Tendências atuais que se afastam desse padrão *clean* dos anos 20 incluem, por exemplo, galerias em locais mais calorosos – como andares de edifícios históricos que evocam a aparência de uma casa e transmitem maior aconchego; a presença de instalações e obras *site-specific*, criadas para e segundo o espaço de exposição; e especialmente a predominância de lugares que unem, sem hierarquia, artes visuais, dança, música, cinema e performance em um só ambiente – programando festas, desfiles, *shows* e outros eventos que atraem um público ávido por reabilitar espaços carregados de história com a cultura que se expressa no presente.

O que vemos agora é uma arte que não se apresenta de forma isolada, mas integrada em um movimento cultural amplo que atinge diferentes parcelas da sociedade, a partir de múltiplas origens e interesses. Em contrapartida ao papel dos espaços institucionais na cultura brasileira, muito mais distantes do público em suas gestões, são os espaços independentes que, em sua fragilidade estrutural, permitem transformação constante pela presença do público.

Apesar disso, tais tentativas muitas vezes encontram barreiras financeiras que limitam suas ideias, assim como a contradição de transformar um espaço que, inevitavelmente, está inserido nas dinâmicas do mercado de arte, que, por sua vez, corresponde a instâncias mais amplas de distribuição de renda e determinação de tendências. Contudo, a produção de eventos culturais em ocupações, ateliês, residências e galerias independentes aponta para uma solução possível: a distribuição da administração entre artistas distintos, atraindo públicos diversos e criando ocasiões variadas de consumo cultural – não de luxo, mas cotidiano, acessível a uma parcela mais ampla da sociedade.

Se pesquisarmos os eventos realizados em galerias atualmente, encontraremos sobretudo a diversidade e a coexistência de múltiplas formas de arte: *DJ sets*, música, festas, quadros, esculturas, performances. Isso revela a necessidade contemporânea de pensar formas coletivas de ocupação urbana como soluções viáveis, tal como a história do Centro de São Paulo nos mostra ao longo do tempo: incompatível em se tornar um ponto cego, o Centro reafirma-se como marco zero, e, por isso, fadado a receber e espelhar as contradições da cidade que se encontram de forma inesperada, mas evidente.

P. 54 - FOTOGRAFIA OCUPAÇÃO 9 DE JULHO. ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.
P. 55 - FOTOGRAFIA 25 M - GALERIA METRÓPOLE. ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.
P. 56 - FOTOGRAFIA MATILHA CULTURAL. ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.



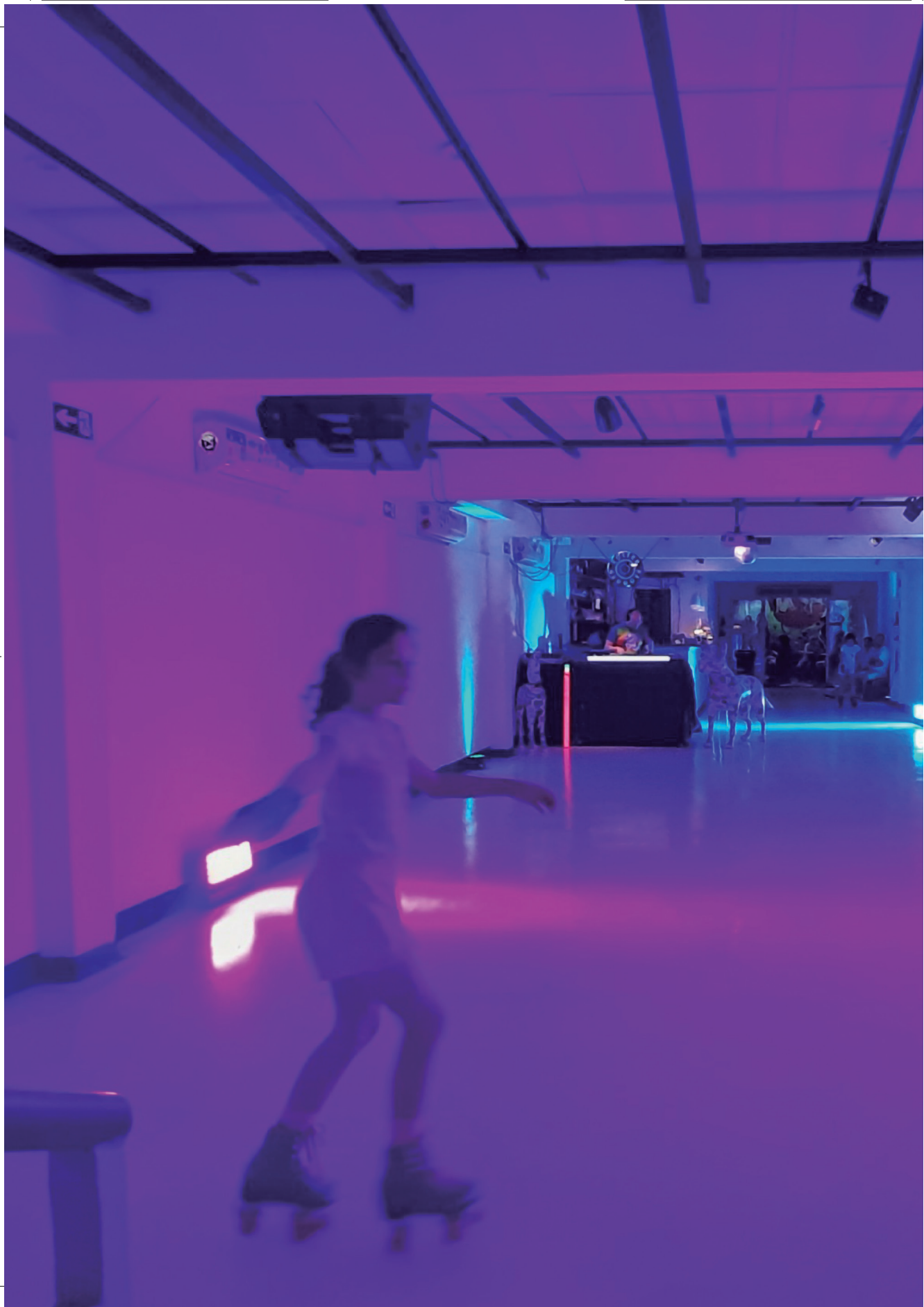




25M

JARDIM DAS DELÍCIAS
Frederico Bavares
e Ana Luiza Roman

16.08
00.09









SÃO PAULO PARA QUEM?

LINCOLN PAIVA

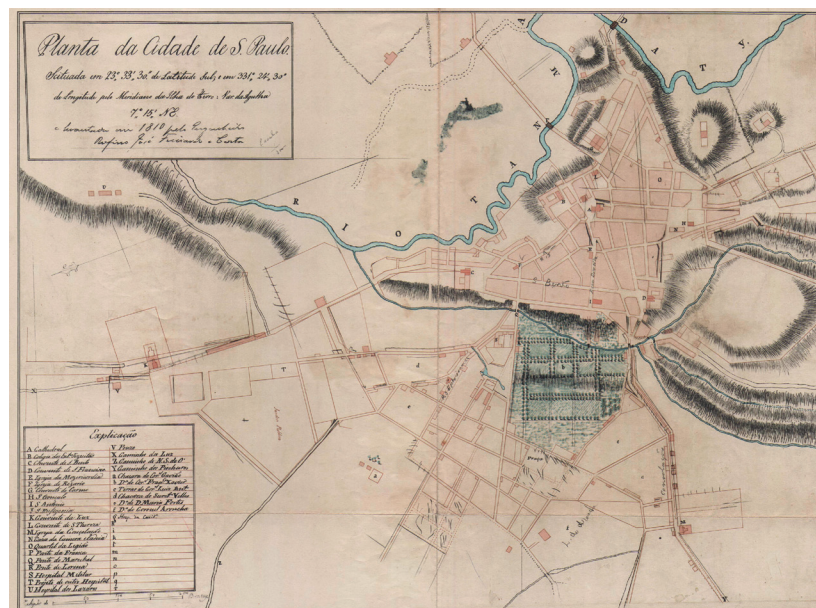
UMA CIDADE FEITA NO PAPEL ANTES DE EXISTIR NO CHÃO. DESENHADA, LOTEADA, VENDIDA.

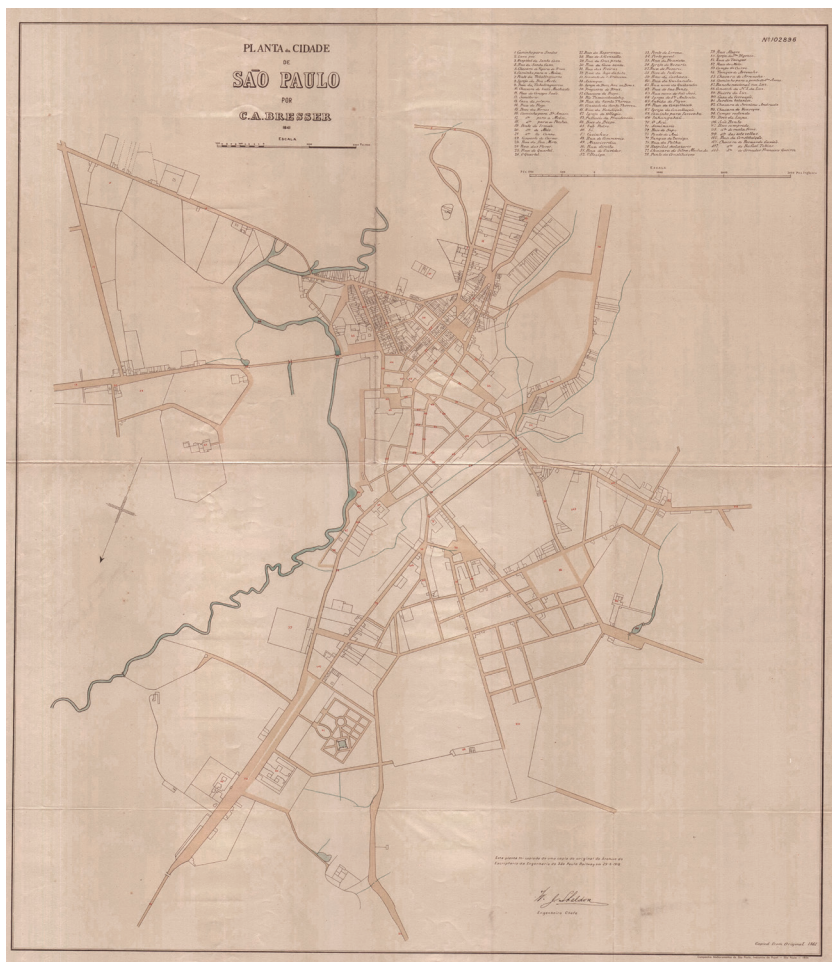
Mas... já foi pensada para ser de todos?

Por trás das linhas dos mapas, dos traçados de ruas e das ferrovias, há uma São Paulo que cresceu mais rápido do que conseguiu se organizar. Ao longo do século XIX, a cidade deixou de ser uma vila isolada, cercada por morros e várzeas, para se transformar em uma metrópole em expansão acelerada – sem nunca ter passado, de fato, por um planejamento urbano pensado para todos.

Os mapas produzidos entre 1841 e 1897 contam essa história com precisão. Cada linha, cada limite, cada lote demarcado revela não só onde estavam as ruas, mas, sobretudo, quem controlava a terra e quem desenhava os contornos de quem poderia, ou não, pertencer à cidade.

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO
 ANO: 1810 (LEVANTAMENTO INICIADO EM 1807)
 AUTOR: ENGENHEIRO MILITAR RUFINO JOSÉ FELIZARDO E COSTA
 TÉCNICA: TINTA FERROGÁLICA, NANQUIM E AQUARELA SOBRE PAPEL
 ESCALA: 1:3000 | ACERVO: MUSEU PAULISTA – USP
 CURIOSIDADE: O CÁLCULO DE LONGITUDE FOI FEITO A PARTIR DA ILHA DO FERRO, NAS CANÁRIAS — SÓ DEPOIS O MUNDO ADOTARIA GREENWICH.





PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO – 1841
ANO: 1841, CÓPIA DE 1861 (RECOPIADA EM 1918) | AUTOR: KARL ABRAHAM BRESSER
FINALIDADE: PLANTA CADASTRAL URBANA
ESCALA: PETIPE DE 2000 PALMOS (ORIGINAL) / 3000 PÉS INGLESES (CÓPIA)
ACERVO: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL; REPRODUÇÃO A PARTIR DA VERSÃO PUBLICADA PELA COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO, EM 1954
CURIOSIDADE: MAIS DE 100 CHÁCARAS MAPEADAS, VÁRIAS DELAS DARIAM ORIGEM AOS BAIRROS ATUAIS DE SÃO PAULO.

De vila esquecida à capital do café

Na primeira metade do século XIX, São Paulo ainda cabia no alto da colina onde foi fundada. Cercada por rios, encostas e terrenos alagadiços, a cidade permanecia pequena, desconectada, com uma economia tímida, marcada mais pela burocracia do que pelo comércio.

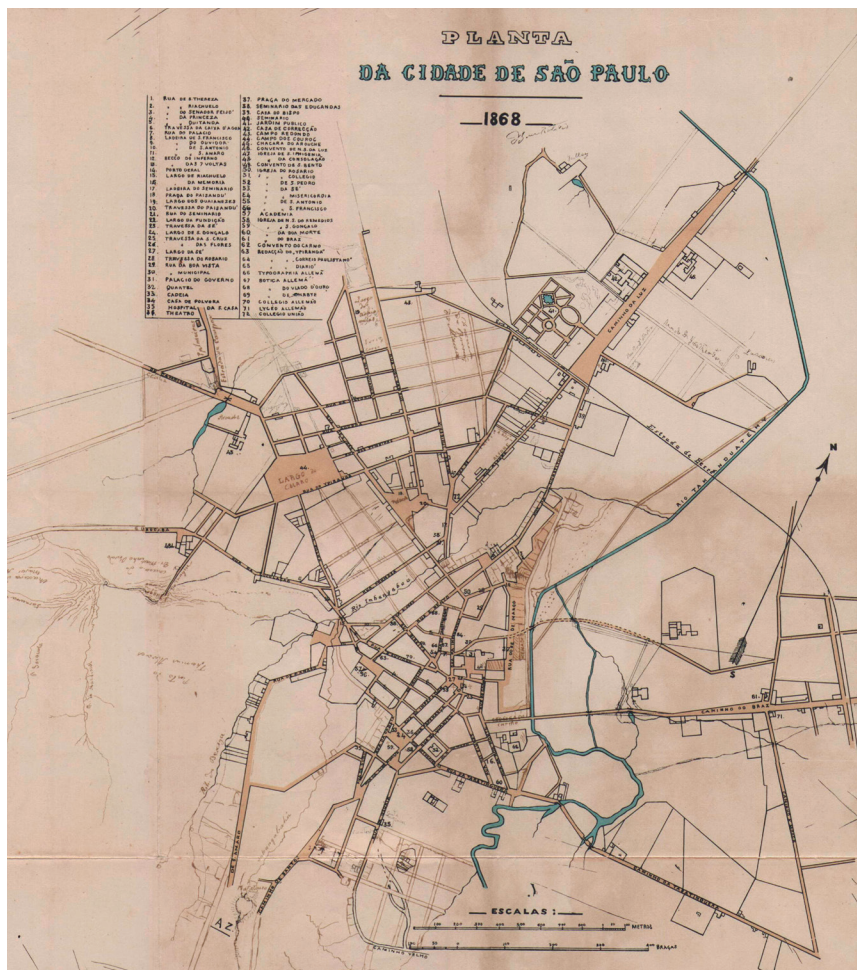
Essa realidade começa a mudar a partir de um divisor de águas: a chegada da ferrovia Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867. Se até então a cidade se resumia às suas colinas e várzeas, a ferrovia rompe esse isolamento, conectando São Paulo ao interior cafeeiro e ao porto de Santos.

A cidade, então, passa a ser atravessada não só pelos trilhos, mas por uma nova lógica: a do mercado, da expansão acelerada e da especulação imobiliária.





PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO — 1868
 AUTOR: ATRIBUÍDO A CARLOS FREDERICO RATH, ACERVO: MUSEU PAULISTA — USP
 ESCALA: 100 METROS E 400 BRAÇAS (DUPLA ESCALA)
 TÉCNICA: TINTA FERROGÁLICA E MANQUIM SOBRE PAPEL, COLADO EM TECIDO (RESTAURADO)
 DESTAQUE: PRIMEIRO MAPA A REGISTRAR A FERROVIA SANTOS—JUNDIAÍ ATRAVESSANDO A CIDADE.



O loteamento da cidade

Nas décadas seguintes, quem passa a desenhar a cidade não é mais o Estado — são os donos das terras. Antigas chácaras se transformam em quadras, ruas e bairros, muitas vezes antes mesmo de existirem fisicamente no terreno. São Paulo começa a ser feita no papel dos loteadores.

O mapa de 1877 já deixa isso claro: as colinas da Luz, da Consolação, do Arouche e os bairros ao redor do Centro passam a ser ocupados por palacetes e grandes residências, enquanto as áreas próximas às várzeas, aos trilhos e aos pátios ferroviários — como Brás, Pari, Bom Retiro e Mooca — são destinadas às fábricas e às moradias dos trabalhadores.

É um desenho urbano que carrega, desde seu princípio, uma hierarquia: onde moram os donos da cidade, onde se trabalha e onde se vive, ou sobrevive.



SÃO PAULO EM 1877

MAPPA DA CAPITAL DA Pcia de S. PAULO

seus Edificios publicos, Hotéis, Linhas, terras, Igrejas, Bendas, Passeiros, etc.

publicado por F. ALBUQUERQUE e J. MARTIN em Julho 1877

- A Igreja de S. (Cathedral)
 B de S. Pedro
 C de S. Paulo
 D de S. Francisco
 E de S. Antonio
 F de S. Joao
 G de S. Joao
 H de S. Joao
 I de S. Joao
 J de S. Joao
 K de S. Joao
 L de S. Joao
 M de S. Joao
 N de S. Joao
 O de S. Joao
 P de S. Joao
 Q de S. Joao
 R de S. Joao
 S de S. Joao
 T de S. Joao
 U de S. Joao
 V de S. Joao
 W de S. Joao
 X de S. Joao
 Y de S. Joao
 Z de S. Joao

GUIA Nº 1

(COMBORGÃO)

GUIA Nº 3

GUIA Nº 5

- | | |
|-----|------------|
| 31 | de S. Joao |
| 32 | de S. Joao |
| 33 | de S. Joao |
| 34 | de S. Joao |
| 35 | de S. Joao |
| 36 | de S. Joao |
| 37 | de S. Joao |
| 38 | de S. Joao |
| 39 | de S. Joao |
| 40 | de S. Joao |
| 41 | de S. Joao |
| 42 | de S. Joao |
| 43 | de S. Joao |
| 44 | de S. Joao |
| 45 | de S. Joao |
| 46 | de S. Joao |
| 47 | de S. Joao |
| 48 | de S. Joao |
| 49 | de S. Joao |
| 50 | de S. Joao |
| 51 | de S. Joao |
| 52 | de S. Joao |
| 53 | de S. Joao |
| 54 | de S. Joao |
| 55 | de S. Joao |
| 56 | de S. Joao |
| 57 | de S. Joao |
| 58 | de S. Joao |
| 59 | de S. Joao |
| 60 | de S. Joao |
| 61 | de S. Joao |
| 62 | de S. Joao |
| 63 | de S. Joao |
| 64 | de S. Joao |
| 65 | de S. Joao |
| 66 | de S. Joao |
| 67 | de S. Joao |
| 68 | de S. Joao |
| 69 | de S. Joao |
| 70 | de S. Joao |
| 71 | de S. Joao |
| 72 | de S. Joao |
| 73 | de S. Joao |
| 74 | de S. Joao |
| 75 | de S. Joao |
| 76 | de S. Joao |
| 77 | de S. Joao |
| 78 | de S. Joao |
| 79 | de S. Joao |
| 80 | de S. Joao |
| 81 | de S. Joao |
| 82 | de S. Joao |
| 83 | de S. Joao |
| 84 | de S. Joao |
| 85 | de S. Joao |
| 86 | de S. Joao |
| 87 | de S. Joao |
| 88 | de S. Joao |
| 89 | de S. Joao |
| 90 | de S. Joao |
| 91 | de S. Joao |
| 92 | de S. Joao |
| 93 | de S. Joao |
| 94 | de S. Joao |
| 95 | de S. Joao |
| 96 | de S. Joao |
| 97 | de S. Joao |
| 98 | de S. Joao |
| 99 | de S. Joao |
| 100 | de S. Joao |

GUIA Nº 2

- | | |
|----|------------|
| 1 | de S. Joao |
| 2 | de S. Joao |
| 3 | de S. Joao |
| 4 | de S. Joao |
| 5 | de S. Joao |
| 6 | de S. Joao |
| 7 | de S. Joao |
| 8 | de S. Joao |
| 9 | de S. Joao |
| 10 | de S. Joao |
| 11 | de S. Joao |
| 12 | de S. Joao |
| 13 | de S. Joao |
| 14 | de S. Joao |
| 15 | de S. Joao |
| 16 | de S. Joao |
| 17 | de S. Joao |
| 18 | de S. Joao |
| 19 | de S. Joao |
| 20 | de S. Joao |
| 21 | de S. Joao |
| 22 | de S. Joao |
| 23 | de S. Joao |
| 24 | de S. Joao |
| 25 | de S. Joao |
| 26 | de S. Joao |
| 27 | de S. Joao |
| 28 | de S. Joao |
| 29 | de S. Joao |
| 30 | de S. Joao |
| 31 | de S. Joao |
| 32 | de S. Joao |
| 33 | de S. Joao |
| 34 | de S. Joao |
| 35 | de S. Joao |
| 36 | de S. Joao |
| 37 | de S. Joao |
| 38 | de S. Joao |
| 39 | de S. Joao |
| 40 | de S. Joao |
| 41 | de S. Joao |
| 42 | de S. Joao |
| 43 | de S. Joao |
| 44 | de S. Joao |
| 45 | de S. Joao |
| 46 | de S. Joao |
| 47 | de S. Joao |
| 48 | de S. Joao |
| 49 | de S. Joao |
| 50 | de S. Joao |

LARGO DO LIVRARIOS

(BRAZ)

ESTACAO DE NAVE

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)

(BRAZ)



Uma cidade que cresce no papel antes de existir no chão

Enquanto isso, a população salta de 65 mil habitantes, em 1890, para 240 mil em 1900. Mas o crescimento não é uniforme: São Paulo cresce em manchas, separada por grandes vazios urbanos – vales, terrenos reservados para especulação ou áreas de difícil ocupação.

Na virada para o século XX, a explosão urbana é visível – pelo menos nos mapas. A planta de 1897, organizada por Gomes Cardim, expande os limites da cidade até Santana, Vila Clementino, Água Branca e Freguesia do Ó. Mas essa expansão é, em parte, apenas uma projeção: muitas das ruas e bairros que aparecem ali só existiam no papel, vendidos como promessa para futuros moradores e investidores.

O Estado sai de cena. A cidade vira negócio.

Até meados do século XIX, a Câmara Municipal ainda exercia certo controle sobre o solo urbano, distribuindo lotes, abrindo ruas e cuidando dos bens comuns. Mas isso muda radicalmente ao final desse século.

Em 1891, com o fim do antigo rossio – a terra pública, que desde o período colonial era gerida como patrimônio coletivo –, as terras passam a ser mercadoria. O Estado se afasta da função de produtor do espaço urbano e entrega à iniciativa privada o protagonismo sobre o crescimento da cidade.

MAPA DA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO — 1877 | AUTOR: FERNANDO DE ALBUQUERQUE |

DESENHO E LITOGRAFIA: J. LÉVES MARTIN

ACERVO: MUSEU PAULISTA — USP | TÉCNICA: IMPRESSÃO LITOGRAFICA COLORIDA SOBRE PAPEL COLADO EM TECIDO

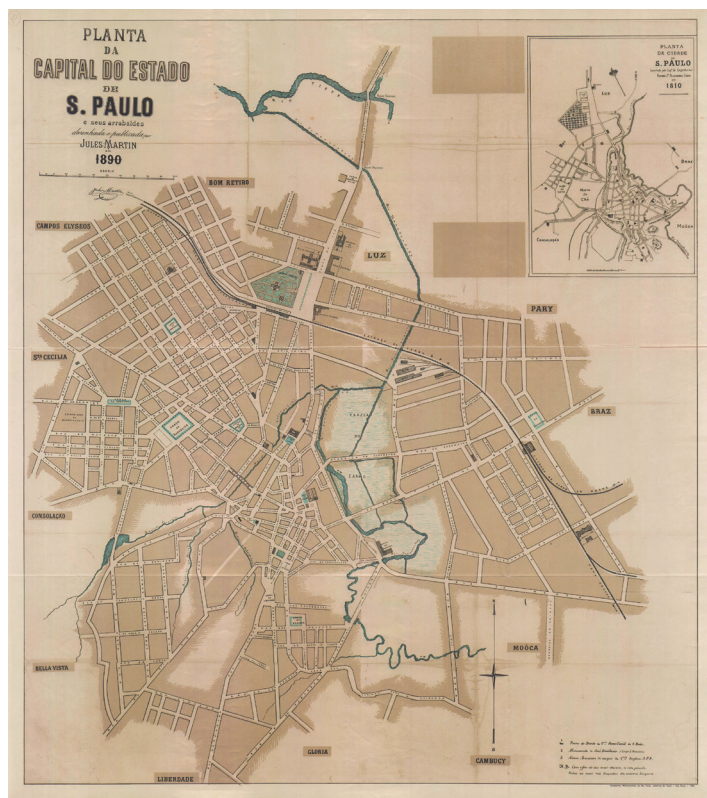
DESTAQUE: PRIMEIRO MAPA ILUSTRADO DA CIDADE, MOSTRANDO EDIFÍCIOS, INFRAESTRUTURA, LINHAS DE BONDE E DE TREM, JARDINS E PONTOS DE INTERESSE.

PLANTA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E SEUS ARRABALDES — 1890

DESENHO: JULES MARTIN (ENGENHEIRO E LITÓGRAFO FRANCÊS)

PETIPE: ESCALA DE 1000 METROS DIMENSÕES: 1000 X 870 MM (SEM MOLDURA)

ACERVO: MUSEU PAULISTA — USP | TÉCNICA: LITOGRAFIA COLORIDA SOBRE PAPEL.





7 OS MUITOS CAMINHOS DE SÃO PAULO

FOTOGRAFIA: RUBENS CHAVES



// Pode soar estranho, mas o Caminho do Peabiru resiste na capital paulista. Afinal, quantas pessoas percorrem caminhos para chegar e sair de São Paulo?

THEREZA DANTAS

Muitas das rotas viárias hoje ocupadas pelo trânsito da cidade percorrem antigos percursos provenientes do Peabiru, que se aproveitava da geografia e da rede hidrográfica para alcançar destinos ao longe.

A partir do litoral, e tendo como ponto de conexão o Pateo do Collegio, as trilhas se transformaram em grandes rodovias: a Anchieta, que subia e descia a serra até o mar; a Dutra, que seguia o Rio Tietê e chegava ao Vale do Paraíba; a Fernão Dias, que contornava a Serra da Cantareira e ia até as Minas Gerais; a Régis Bittencourt, que, das avenidas Consolação e Paulista, ia para o sul do país; ou, em derivação, a que, da Rebouças, descia pelo Rio Pinheiros até o longínquo Peru.

Essas rotas têm origem nas antigas trilhas indígenas, que serviram de base para o deslocamento dos primeiros colonizadores e, mais tarde, para as expedições rumo ao interior. Assim, pode-se dizer que São Paulo, na figura dos bandeirantes, foi fundamental para a ocupação colonial do interior do Brasil — a ponto de o historiador português Jaime Cortesão ter publicado o livro *A Fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*.

A datação das várias rotas do Peabiru segue incerta. Algumas pesquisas apontam para 400 ou 500 d.C., outras teorias definem essas trilhas como milenares. Mas todas estas pesquisas convergem para uma constatação: antes da chegada dos colonizadores europeus, os povos de Pindorama viajavam muito, e o Planalto Paulista, onde hoje está a cidade de São Paulo, era o cruzamento dos caminhos indígenas. Foi ponto de partida e de chegada dos povos pré-colombianos, dos catequizadores jesuítas, dos bandeirantes, imigrantes e migrantes — no nosso dia a dia, até hoje.

Para alguns pesquisadores, o trajeto principal ligava a região de São Vicente, no litoral sul paulista, cruzava a cidade de São Paulo, passava pelas atuais regiões de Sorocaba e chegava às paisagens naturais caracterizada por vales profundos, rios, cachoeiras e mirantes da região da Cuesta de Botucatu. A partir daí, seguia pelo Rio Tietê, percorrendo a encosta da Cuesta até o Rio Paranapanema, e seguia rumo ao estado do Paraná, penetrava no Chaco paraguaio, atravessando a Bolívia, ultrapassando os Andes e alcançando o Peru e a costa do Pacífico.





Para a pesquisadora Rosana Bond, autora da trilogia *História do Caminho de Peabiru*, a trilha milenar “desprezada” e pouco estudada, tem também um ramal litorâneo que começava na costa do Rio Grande do Sul e alcançava o Rio de Janeiro.

O que significa Peabiru?

O termo, de origem tupi-guarani, pode ser traduzido como “caminho de grama amassada” ou “caminho de ida e volta”. No artigo “Peabiru, a trilha misteriosa”, publicado na *Revista Problemas Brasileiros*, da Editora Sesc, a tradutora e escritora Cecília Prada cita uma outra possível tradução para a palavra Peabiru: “Caminho da Montanha do Sol”, defendida pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda e o pesquisador Luiz Galdino.

Para os Guarani, o Peabiru era mais do que uma rota física; tratava-se de um caminho sagrado em busca da “Terra Sem Males”, um lugar mítico onde não existia dor, fome ou morte. De fato, o Caminho de Peabiru serviu como via principal para o comércio e a comunicação entre diferentes civilizações, povos e aldeias indígenas, como os Guarani e os Incas, ligando o sistema de estradas andinas (*Qhapaq Ñan*) ao litoral atlântico.

Uma vila sem ostentação

Nos livros de História, aprendemos que São Paulo dos Campos de Piratininga - sua primeira denominação – foi uma vila da Capitania de São Vicente. Fundada em 25 de janeiro de 1554 como uma missão religiosa e um Colégio Real Jesuíta pelos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, a vila era habitada por gente pobre, que mais tarde formaria as Bandeiras e sairia em busca de pedras e metais preciosos.

Esses homens conhecidos como bandeirantes muitas vezes eram filhos de mães indígenas e incluíam também indígenas como aliados, utilizando a língua geral paulista para se comunicar, – um idioma derivado da mistura entre o tupi, o português e, em menor grau, o espanhol. As Bandeiras, expedições de desbravamento em direção ao interior do território, ampliaram os limites do Brasil colonial, capturaram e escravizaram indígenas, promoveram o comércio e a descoberta de metais preciosos, impulsionando a economia local. Ainda assim, a pobreza nos Campos de Piratininga persistiu, pois os ganhos eram concentrados, irregulares e não geraram desenvolvimento duradouro. A melhora só veio no século XIX, com o Ciclo do Café.

Vai um cafezinho?

Com o fim do Ciclo do Ouro, o café passou a impulsionar a economia brasileira no início do século XIX, tornando-se o principal produto de exportação. Ele gerou a renda e o capital necessários para o desenvolvimento de ferrovias, indústrias e outras atividades econômicas, sobretudo no estado de São Paulo, seu maior produtor. Com a industrialização, a cidade e o Estado de São Paulo tornaram-se um ímã para migrantes de todos os lugares. Ferrovias e estradas traçavam novos caminhos, conectando a capital às cidades do interior paulista.

PÁGINA DE ABERTURA:
FOTOGRAFIA DO CENTRO DE SÃO PAULO
ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.





O Centro testemunhou todas essas mudanças. Hoje, oferece caminhos que guardam as memórias de diversos momentos históricos. Ao lado destes prédios icônicos, restaurantes e bares nos oferecem vários tipos de comidas, proporcionando um caminho gastronômico da cidade de São Paulo.

Os muitos caminhos das Artes

Hoje, quando pensamos em Artes no Centro de São Paulo, os caminhos nos levam ao Centro Cultural Banco do Brasil ou às galerias da CAIXA Cultural São Paulo, localizada na Praça da Sé — onde está a Catedral da Sé, de arquitetura neogótica, que abriga o maior órgão da América do Sul.

Do Vale do Anhangabaú, passando pelo Museu Aberto de Arte Urbana (MAAU) localizado no Minhocão, até o *site* MAR 360 (Museu de Arte de Rua de São Paulo) que indica a localização de Artes públicas, são diversas as combinações de caminhos para se conhecer o Centro de São Paulo.

Além de todos esses prédios históricos e museus, a cidade de São Paulo também é considerada a “capital do grafite”, abrigando uma das maiores e mais vibrantes cenas de arte urbana do mundo. Artistas urbanos, como Rui Amaral, Mundano, Nunca, Cranio, Alex Senna, Paulo Ito, Daniel Melin, Mag Magrela, Soberana Ziza, Crica Monteiro, Os Gêmeos e Eduardo Kobra, dentre muitos que transformam os muros da cidade em verdadeiras galerias a céu aberto.

Enquanto edifícios e museus são estruturas permanentes que preservam a memória e a história da cidade, o grafite é uma forma de arte efêmera, sujeita ao tempo, às intervenções e até ao apagamento. No entanto, é justamente essa transitoriedade que faz do grafite uma expressão viva, pulsante e profundamente conectada ao cotidiano urbano e às transformações sociais e culturais de São Paulo.

E o seu tour está começando...

História, gastronomia e arte são algumas das possibilidades de caminhos pelo Centro de São Paulo. E se você optar pelo caminho da Arquitetura, não se esqueça de visitar o Largo de São Francisco: o principal conjunto de arquitetura barroca da cidade, que abriga a Faculdade de Direito da USP (FDUSP), a Igreja de São Francisco de Assis, a Igreja Chagas do Seráfico Pai São Francisco, e a antiga Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). O processo de tombamento do Conjunto do Largo de São Francisco, que durou 62 anos, foi iniciado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1962 e, em 2024, foi inscrito no *Livro do Tombo Histórico* e no *Livro do Tombo de Belas Artes*, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Bons passeios pelo Centro de São Paulo!

Saiba mais sobre os prédios históricos no texto *Tesouros do Triângulo SP*, na p. 40

PRÓXIMA PÁGINA:
FOTOGRAFIA DO CENTRO DE SÃO PAULO
ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.







VAMOS COMER CAETANO?

THEREZA DANTAS

É LUGAR-COMUM RECONHECER A DIVERSIDADE E A QUALIDADE DOS RESTAURANTES DE SP.

Podemos evocar o espetáculo *As bacantes*, dirigido por José Celso Martinez, do grupo Teatro Oficina Uzyna Uzona, em sua apresentação no Festival Rio Cena Contemporânea, em 1996, quando integrantes da mítica companhia de teatro “devoraram” o músico Caetano Veloso, autor de *Sampa*, o quase hino da cidade de São Paulo.

Essa confusão de confluências não é algo à toa e sem sentido — tanto neste artigo, quanto na cidade de SP.

Para conhecer SP é preciso estar com fome!

Para além do valor nutricional, a alimentação e suas formas de fazê-lo têm uma importante função social: a comida identifica uma sociedade. No prefácio do livro *Farinha, feijão e carne seca: um tripé culinário no Brasil Colonial* (Ed. Senac, 2010), a historiadora paulistana Lilia Schwarcz afirma que:

em um nível mais concreto simplesmente comemos — temos fome e nos saciamos —, de maneira mais abstrata produzimos valores e sentidos quando pensamos estar apenas lidando com a nossa satisfação e mera sobrevivência. Tudo isso porque o homem não sobrevive apenas, mas antes inventa significados para tudo que faz.

Na terra dos povos Guaianá, Tupinambá e Tupiniquim, a base da alimentação era a mandioca, o milho, o cará, pescas e caças. O antropólogo Luís Câmara Cascudo, em seu livro *História da Alimentação do Brasil* (Ed. Antunes, 1958), afirma que os alimentos dos povos indígenas eram assados, tostados, ou, “em menor escala, cozidos ou passados pela fervura”. Os pré-paulistanos desconheciam o sal, mas a pimenta — originária do continente americano — era cultivada e utilizada na alimentação nas formas verde, madura e seca.¹

1 - As pimentas do gênero *Capsicum* (em grego, *Kapso* significa picar ou arder) são procedentes do continente americano. Elas ganharam a culinária mundial depois de serem levadas para a Europa, África e Ásia a bordo dos navios dos exploradores europeus.





Os encontros produzem novos sabores

A história oficial afirma que os paulistanos descendem do náufrago, ou do degredado, ou do desertor, ou do aventureiro João Ramalho, que, ao se tornar genro do cacique Tibiriçá – liderança tupiniquim – construiu uma forte aliança com Martim Afonso de Souza, o primeiro donatário da Capitania de São Vicente. Mas a cidade de São Paulo adicionaria mais temperos neste caldo quando outros povos chegam ao país e contribuem para a formação da alimentação miscigenada brasileira.

Durante muito tempo, o milho foi a base da alimentação dos pré-paulistanos. Segundo a autora do livro *Farinha, feijão e carne seca: um tripé culinário no Brasil Colonial* (Ed. Senac, 2010), Paula Pinto e Silva, a alimentação indígena foi adaptada pelos portugueses com o uso da farinha de milho, do caldo de feijão e com a inserção do sal e da carne seca. Assim, criou-se um prato que agradava ao paladar de bandeirantes, tropeiros e os poucos moradores que habitavam a então Vila de São Paulo dos Campos de Piratininga. No livro *A culinária caipira na Paulistânia* (Ed. Três Estrelas, 2018), os autores Carlos Alberto Dória e Marcelo Corrêa Bastos, também defendem a importância do milho na alimentação dos caipiras da Paulistânia².

Existe uma linha do tempo na culinária paulistana, e a primeira representação da alimentação é a dos indígenas. A partir de 1550, acontece a fusão dos alimentos indígenas com a cultura alimentar portuguesa. Durante algum tempo, somente elementos da culinária espanhola, árabe e africana são adicionados ao cardápio. Com a imigração do final do século XIX e início do século XX italianos, japoneses, alemães e tantos outros povos que são convidados a recomeçar a vida no Brasil – trazem novos ingredientes. Atualmente, São Paulo tem influências de todo mundo com uma culinária autêntica, contemporânea e internacional, mas acredito que é necessário resgatar a sua culinária original (Produtor audiovisual e proprietário do restaurante Boteco do 28, Cassio Pardini).

Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC)³, o Brasil foi a região nas Américas que mais recebeu africanos escravizados, com cerca de 40% das pessoas que atravessaram o Atlântico forçadamente. Oficialmente, de 1530 até 1888, chegaram ao país povos de São Tomé e Príncipe, Benín, Guiné Equatorial, Moçambique, Gabão, Camarões, República do Congo e Angola, que trouxeram o inhame, o azeite de dendê e o quiabo.

2 - O sociólogo paulista Carlos Alberto Dória contesta a divisão da culinária brasileira segundo os estados da federação, e, a partir de um esforço de pesquisa que remonta à colonização, investiga os hábitos alimentares de uma região hoje correspondente a Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Tocantins.

3 - A escravidão deixou de ser permitida juridicamente no Brasil somente no ano de 1888, tornando-se este o último país a abolir o sistema escravista no mundo.





A partir dos alimentos que aqui encontraram, os africanos criaram pratos como a feijoada, o angu e a canjica, que hoje nos identificam como brasileiros⁴. Em 2021, a *Feijoada à Paulista* foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de São Paulo pelo PL Nº 324/2021, aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

São Paulo não para de crescer

Em 1800, a cidade de São Paulo ganha planos de reforma urbana⁵. Inicia-se a fase da preparação da cidade capitalista, com intensos fluxos migratórios de estrangeiros vindos de diversos países. A agricultura, com a exportação do café, elegeu presidentes da República e criou a política do café com leite, numa dobradinha com políticos de Minas Gerais.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, uma variedade de imigrantes – brasileiros de outros estados ou do próprio interior de São Paulo – chega à cidade, que vai tomando a forma dos dias atuais, caracterizando a globalização contemporânea. Esses imigrantes⁶, representando 70 países, e migrantes - grande parte composta por nordestinos – deixam sua marca na arquitetura, esportes, artes e causam um grande impacto na cultura alimentar e na gastronomia paulistana.

Hoje, grande parte dos restaurantes de São Paulo são de nordestinos ou seus descendentes. Baianos, cearenses e piauienses vieram para trabalhar, aprenderam nos restaurantes de portugueses, italianos e franceses, tornaram-se *chefs* e, por falta de continuidade na administração, compraram partes ou restaurantes inteiros. Posso dizer que a gente coloca amor, o nosso tempero, e isso agrada muito quem se alimenta nos nossos restaurantes (Osiel Silveira, o Dui, proprietário do Boteco Central e Prainha da Praça).

4 - Feijoada, acarajé, mocotó, angu, frango com quiabo, cuscuz, carne-seca, peixe assado na folha de bananeira, bolinho de chuva, entre tantos outros pratos, fazem parte do vasto repertório da culinária de matriz africana.

5 - 1850 – A organização do espaço urbano de São Paulo.

6 - Entretanto, uma de suas características mais marcantes é sua pluralidade, e essa característica é responsável por construir e erguer a cidade, tornando-a o que é hoje. Atualmente, são mais de 70 países que deixaram sua marca na arquitetura, culinária, esportes e em muitos outros aspectos da cidade.





São Paulo reúne culinária diversa e criativa⁷

Por conta desses encontros de povos do mundo, a cidade é um verdadeiro mosaico gastronômico, abrangendo influências de diversos cantos do planeta, como a cozinha italiana, japonesa, árabe, coreana, nordestina, chinesa, francesa e tantas outras. Dos restaurantes sofisticados com *chefs* renomados aos pequenos botecos de bairro, São Paulo oferece experiências culinárias para todos os gostos e bolsos.

Essa diversidade vai além das tradições culinárias: é também uma cidade que estimula a inovação na cozinha. Muitos *chefs* paulistanos misturam ingredientes típicos brasileiros com técnicas internacionais, criando pratos autorais e ousados. A cidade é berço de tendências gastronômicas, palco de eventos como a *São Paulo Restaurant Week* e a feira de comida de rua, que valorizam tanto a alta gastronomia quanto a comida popular. O *Guia internacional Bib Gourmand Michelin 2024*, indicou 15 restaurantes paulistanos que ostentam entre uma a duas estrelas do respeitado guia gastronômico francês⁸. Nenhum dos indicados está no perímetro do entro de São Paulo, mas isso não exclui a diversidade gastronômica existente na região central.

A comida, em sua dimensão cultural, é valorizada com seus componentes simbólicos, memoriais e afetivos, evidenciando seu vínculo entre território e cultura. A cultura alimentar do Centro de São Paulo nos permite o turismo gastronômico e seus desdobramentos, que promovem e agregam um novo valor ao território. Essa cena vibrante faz da capital paulista um destino para quem ama comer bem e explorar novos sabores.

Em São Paulo, cada refeição pode ser uma viagem diferente pelo mundo ou uma redescoberta da cultura local em forma de sabor... E assim, os versos de Sampa – “Que só quando cruza a Ipiranga e a avenida São João, É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi” – , canção de Caetano Veloso, lançada no disco *Muito*, em 1978, ganha mais um sentido: o do paladar. Vamos comer Caetano no Centro de São Paulo?

7 - São Paulo é a capital da culinária diversa e criativa. Em um mesmo dia, você pode dar um passeio por três continentes diferentes utilizando apenas o Metrô.

8 - Guia *Michelin* é um guia turístico publicado pela primeira vez em 1900 por André Michelin, um industrial francês fundador da Compagnie Générale des Établissements Michelin.





Rolêzinho no Centro de SP (O que temos para hoje!)

- ***Empada da Casa Godinho***

A tradicional empada da Casa Godinho (Leia mais em *Tesouros do Triângulo SP*) já foi degustada por várias bocas famosas da cidade. Feita com massa podre e irresistíveis recheios, dos tradicionais palmito e frango aos mais requintados, de bacalhau e camarão, enriquecidos com molho bechamel, que garante cremosidade ao salgado.

- ***Coxinha creme do Bar Guanabara***

Citada nas memórias do historiador Boris Fausto, a coxinha creme do Bar Guanabara é um imã que atrai trabalhadores, artistas, políticos e jornalistas. Esse bar foi fundado em 1910 pela família Ângelo Martinez, e ocupa, desde 1968, um salão comercial no térreo do Edifício José Moreira, na mítica Avenida São João, 128.

- ***Bauru do Ponto Chic***

Não se trata de qualquer bauru de padaria, mas da reunião de pão francês, rosbife, tomate e uma mistura de três queijos. Reza a lenda que o prato foi criado a partir de um pedido do jovem estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco Casimiro Pinto Neto, nascido na cidade de Bauru, localizada no interior de São Paulo. A cena cultural do movimento Modernista fervia nos anos 1920, quando o Ponto Chic abriu suas portas no Largo do Paiçandu, 27. O espaço ganhou este nome graças ao poeta Oswald de Andrade.





Associação Raiz



Associação Raiz



Associação Raiz



Associação Raiz



Associação Raiz



Associação Raiz



Associação Raiz



Associação Ruz

Associação Ruz



- **Churrasco grego**

A comida de rua é um clássico em todas as cidades do mundo, e o Centro de São Paulo tem no churrasco grego, também conhecido por *kebab*, o seu melhor representante. Localizado no Largo do Paçandu, entre a Galeria do Rock e a Galeria Olido, seus preços populares atraem os jovens consumidores e trabalhadores informais. E o que difere o churrasco grego do churrasco brasileiro? O tempero! No churrasco grego, além do sal, a carne é temperada com sálvia, alecrim e tomilho, muito bem misturados.

- **Farofa de tanajura ou içá**

Um prato com raízes indígenas é a farofa de içá, ou tanajura, que pode ser apreciado no Boteco do 28, localizado no Farol Santander. O escritor Monteiro Lobato a comparava com o caviar da Rússia. Uma içá demanda uma difícil caçada nos formigueiros, a retirada das suas perninhas, cabeças e a fritura de seus abdômens (ou “bundinhas”) em banha de porco. Até meados do século XIX, a famosa “içá torrada” era facilmente encontrada nas quitandeiras, no entorno das ruas Direita, São Bento e do Rosário – hoje, XV de Novembro.

- **Pudim de leite**

O pudim de leite é uma das sobremesas mais apreciadas pelos frequentadores do Centro. Cremoso, com gosto de caramelo, chegou ao Brasil pelas mãos dos portugueses e foi rapidamente aclimatado e adotado por brasileiros.





“Alguma coisa acontece no meu coração...”

No coração de São Paulo, a Praça da Sé carrega muitas histórias ligadas à fundação da cidade e abriga a Catedral Metropolitana Nossa Senhora de Assunção e São Paulo, a nossa Catedral da Sé⁹, onde podemos desfrutar de uma refeição conhecida como o *Brunch* na Catedral. Esse café da manhã (*breakfast*) e o almoço (*lunch*) turbinado, vem acompanhado de um *tour* guiado. O *Brunch* na Catedral, atualmente, está sob a responsabilidade da *chef* Gil Gondim.

A ideia surgiu da necessidade da Catedral da Sé manter os pagamentos dos funcionários, água, luz, entre outras demandas que o prédio exige. A construção foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em junho de 2016, tem 5 mil metros quadrados, com 30 funcionários na folha de pagamento que somam mais de R\$ 20 mil. Além disso, reformas e restauros em prédios tombados exigem permissões especiais e mão de obra especializada.

Por se tratar de uma igreja central, de passantes, a Catedral da Sé não consegue formar uma comunidade, e por isso, em 2017, a diretora da Associação Amigos da Catedral Metropolitana de São Paulo, Roseli Cáceres, teve a ideia do *brunch* e convidou Gil Gondim, uma das *chefs* mais requisitadas da cidade, para criar um cardápio especial que ajudasse no pagamento das contas e apoiasse a Missão Belém, um projeto social que acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade, auxiliando-as em um período de seis a doze meses.

Para a *chef* Gil Gondim, o fato de o *Brunch* da Catedral acontecer no Centro de São Paulo carrega inúmeras vantagens: “Você tem uma ótima infraestrutura no Centro de São Paulo. Você consegue chegar, de qualquer localização da cidade, mais rápido usando o transporte público”, avalia Gil. A região central foi requalificada em 2022, e o projeto Smart Sampa oferece policiamento efetivo 24 horas, e faz toda a parte de monitoramento de segurança da cidade de São Paulo. “É um local bem vigiado pelas câmeras com reconhecimento facial”, informa.

Mas a *chef* Gil Gondim se orgulha muito dos laços criados entre o *Brunch* na Catedral e a Missão Belém: “Nós ajudamos na compra de matéria-prima para produção dos cardápios diários. Por exemplo, quando nos informam que precisam de uma tonelada de arroz, nós compramos e enviamos para a Missão Belém. Isso é uma forma de levar um pouco de dignidade para essas pessoas.”

9 - No ano de 1588, os moradores da pequena vila de São Paulo do Campo disputavam com os jesuítas a permissão do poder real para construir uma Igreja Matriz. A permissão só veio em 1591, e a construção iniciou-se em 1598, sendo finalizada em 1612. Com a transformação de vila em cidade em 1740, a Capitania de São Paulo tornou-se a sede Episcopal, e, com isso, a matriz teve o seu verdadeiro valor. Contudo, a Igreja estava bastante destruída pela passagem do tempo e foi demolida para o início da construção do templo que temos atualmente.





// A CASA DE ADONIRAN BOTEÇO DO 28





// Advinda dos povos originários, a farofa de içá ganhou as ruas de São Paulo nos tabuleiros das quitandeiras [...]

CÁSSIO PARDINI

A cidade de São Paulo é conhecida por sua gastronomia ímpar, que possibilita uma volta ao mundo munido somente de talheres e taças. Mesmo dentro do espectro da culinária brasileira, mais uma vez as ofertas são completas. O Centro de São Paulo não é diferente, dos tradicionais PFs à cozinha *gourmet* as opções à mesa são fartas.

Mas, quando falamos da cozinha tradicional paulista, nosso pensamento aponta sempre para o interior do estado. Esquecemos que foi no Triângulo Histórico da cidade o ponto de partida para o desenvolvimento dessa cozinha típica.

Um lugar abraça essa temática como poucos, A Casa de Adoniran – Boteco do 28. Um pequeno restaurante que, com muito sabor e pesquisa, preserva a tradição culinária paulista com apelo histórico e identitário, das origens indígenas à sua evolução bandeirantista e imigratória.

É o único lugar do país que oferece diariamente em seu cardápio a farofa de içá, formiga fêmea alada da saúva (gênero *Atta*), também conhecida como tanajura. A captura dessas formigas acontece durante a época do acasalamento, entre os meses de setembro e outubro, quando elas perdem as asas para formar novas colônias. A içá é considerada um alimento nutritivo, saboroso, rico em proteínas e minerais. Com sabor característico, meio cítrico e crocante, é tradicionalmente consumida na forma de farofa com farinha de mandioca ou refogada com outros temperos. O primeiro crítico gastronômico dessa iguaria foi o Padre José de Anchieta que escreveu nos idos de 1550: “Quão deleitável é essa comida e como é saudável, sabemo-lo nós, que a provamos!”

Na capital paulista, o hábito de comer içás persistiu por séculos, sendo sua relevância reconhecida por diversos historiadores e folcloristas como Roberto Pompeu de Toledo, Sérgio Buarque de Holanda, Rossini Tavares de Lima, Luís da Câmara Cascudo, Monteiro Lobato, dentre outros autores.

PÁGINA ANTERIOR:
FOTOGRAFIA INTERNA DE A CASA DE ADONIRAN – BOTEÇO DO 28
COM ACERVO ADONIRAN BARBOSA.
ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.





Advinda dos povos originários, a farofa de içá ganhou as ruas de São Paulo nos tabuleiros das quitadeiras que perambulavam no entorno das ruas Direita, São Bento e do Rosário (atual XV de Novembro), junto com o cuscuz de bagre, da empadinha de lambari, do biscoito de polvilho, pés de moleque, furrundum de cidra, pinhão quente, batata assada, cará cozido... Coincidência oportuna: é a mesma região geográfica onde hoje fica A Casa de Adoniran – Boteco do 28, nas alturas do edifício do Farol Santander.

Com o desenvolvimento urbano, as formigas foram sendo esquecidas na culinária e associadas a um certo preconceito, embora haja indícios de que tenham sido apreciadas até fins do século XIX. Mas, eis que estão de volta, no mesmo local, com o mesmo preparo e sabor inigualáveis. Da terra para o prato, com uma passagem pela frigideira quente, farofa e um tiquinho de sal para temperar.

A Casa de Adoniran oferece, além do cardápio típico paulista, ingredientes criolos como os feijões mãezinha, cara-suja e serra-azul, oriundos da agricultura familiar do Vale do Paraíba. Insumos que o local ajuda a desenvolver, manter e comercializar nos pratos que oferece, sempre com receitas e preparos tradicionais: torresmo à pururuca, virado à paulista, quirera com ragu de carne, entre outros.

A Casa de Adoniran também faz jus ao nome que carrega do icônico artista paulistano Adoniran Barbosa. No estabelecimento encontramos muitas peças originais de acervo, como fotos, documentos e objetos, que ilustram e encantam o lugar. Vale dizer que os proprietários são os detentores da *memorabilia* completa de Adoniran, adquirida junto à sua filha e única herdeira.

Lá podemos ver a camisa autografada que o jogador Sócrates deu ao cantor, que era corintiano roxo; a lanterna que iluminava a famosa estação de trem do Jaçanã, tema de famosa canção do artista; o guardanapo de papel com o poema que o cantor Antônio Marcos escreveu para o amigo, na ocasião de seu falecimento; e o título de cidadão paulistano que Adoniran, nascido no interior do estado, recebeu da Câmara de Vereadores da capital. Muitas relíquias e histórias para contar estão presentes nesse espaço de memória.

Finalmente, temos uma imperdível vista aérea da cidade de São Paulo. Afinal, A Casa de Adoniran é o boteco do 28.º andar do Farol Santander, situado a mais de 100 m do solo, com suas janelas voltadas para a zona Sul e Leste da cidade.

Enfim, um lugar único e particular que guarda muito da identidade paulistana, em especial aquela formadora do Triângulo Histórico de São Paulo.





// SUBSIDIARIEDADE NO CORAÇÃO DA CIDADE





// No Triângulo Histórico de São Paulo, onde a cidade nasceu e ainda pulsa com suas contradições, um princípio silencioso rege a vida comum: a subsidiariedade.

OPINIÃO:
MARCONE MORAES

Não é palavra de gabinete nem termo guardado em livros de gestão. É prática – discreta, cotidiana – que se manifesta no entrelaçar de mãos entre o público e o privado, entre o comércio e a cultura, entre a fé e a boemia.

Quando a prefeitura decide renovar um calçadão, não o faz de costas para quem ali resiste há décadas. Chama os comerciantes à mesa, porque são eles que conhecem o compasso do fluxo humano, as dores de cada interrupção. A administração assume a obra, mas confia ao comércio a sabedoria de atravessar o desconforto sem sufocar a vida que brota do chão.

Na cultura, o princípio floresce em rede. Museus, teatros e centros culturais – públicos e privados – trocam experiências, sustentam-se mutuamente. Mesmo com divergências, buscam soluções que beneficiam a todos: colaboram. Sabem que o visitante que entra no CCBB pode, na mesma tarde, subir ao Mosteiro de São Bento, visitar o Farol Santander e encerrar o percurso nas várias opções de gastronomia oferecidas.

Ali, brigadeiro não é só doce: é ponte. O doce servido com o cafezinho vem da cozinha da Brigaderia do Gil, também do Triângulo, assim como o pão da Padaria Santa Tereza, com seus mais de 150 anos de fornadas. O café que desperta os visitantes do CCBB é o mesmo aroma que atravessa o Café Girondino, ao lado do Mosteiro, onde fiéis e turistas se misturam depois da missa beneditina.

O Triângulo não é apenas memória: é movimento

Ali se consulta advogado e dentista, compra-se remédio, consertam-se óculos, relógios e canetas. Há quem entre para comprar um chapéu, quem estude, quem pinte, quem dance. Há gente da manhã, do dia, da noite e da madrugada. Um território que respira 24 horas, sem jamais adormecer.

A zeladoria do espaço público é outro gesto de partilha. O comércio cuida, o poder público mantém, e juntos preservam os calçadões onde milhares de passos recontam, todos os dias, a história da maior cidade da América Latina.

Quando os equipamentos culturais abrem suas portas em conjunto, atraem turistas, que consomem nos bares, lotam os restaurantes, enchem as ruas – e, sem perceber, produzem segurança pelo simples fato de estar.

PÁGINA DE ANTERIOR:
FOTOGRAFIA DO CENTRO DE SÃO PAULO
ACERVO ASSOCIAÇÃO RAIZ.



Assim, no Centro da metrópole, a vida se organiza como numa pequena vila. Empresários, lojistas, artistas e servidores públicos sabem que nenhum deles, isolado, poderia sustentar o peso – e a beleza – do Triângulo.

O princípio da subsidiariedade revela-se na concretude da convivência: cada qual faz sua parte, e o todo floresce.

O que é subsidiariedade?

O termo deriva do latim *subsidiarius* (ajuda, reforço) e está presente em áreas como governança, direito e organizações sociais. Em essência, significa que problemas sociais ou políticos devem ser resolvidos no nível mais próximo possível da comunidade, por aqueles que estão diretamente envolvidos. Embora nem sempre aplicável a todas as situações, esse princípio valoriza a força da coletividade, a autonomia e o bem comum. É um princípio democrático, que torna a participação do indivíduo mais representativa. Extrapolando para além do Triângulo Histórico, esse princípio ainda carece de apresentação. A capital paulista, bem como o Brasil, poderiam ser melhor geridos e obterem melhores soluções se, em maior grau, levássemos à frente tal princípio.

Para todos

O Brasil é um país enorme, diverso e desigual. Pensar que um único modelo serve para todos pode levar a enganos nas tomadas de decisão. A subsidiariedade é um dos caminhos concretos para se mudar o país – um município, uma comunidade, uma escolha de cada vez. O princípio da subsidiariedade revela-se no concreto da convivência: cada qual faz a sua parte, e o todo floresce. Exemplos práticos seriam o voto distrital, a descentralização tributária e judicial, a municipalização da segurança pública e um federalismo em grau maior.

O Triângulo Histórico mostra que revitalizar e fortalecer o Centro de São Paulo vai muito além de investimentos em infraestrutura: depende, sobretudo, da colaboração entre pessoas, instituições e negócios locais. O princípio da subsidiariedade, aplicado nesse contexto, revela-se uma estratégia poderosa de desenvolvimento urbano e cultural, capaz de gerar impacto positivo não apenas no Centro, mas em toda a cidade e no país.





REFUGIADOS AFRICANOS E SUA RELAÇÃO COM O CENTRO PAULISTANO

O Centro de São Paulo é um território de intensos contrastes: lugar de memória histórica, dinamismo econômico e, sobretudo, de encontros multiculturais. É ali que se concentram fluxos migratórios de diferentes épocas e, hoje, entre camelôs, restaurantes, igrejas e feiras, faz-se visível a presença de refugiados africanos. Eles chegam movidos por múltiplas razões: fuga de crises políticas, busca de sustento, desejo de recomeçar. Mas, quando atravessam o Atlântico, suas histórias particulares são, muitas vezes, reduzidas ao rótulo genérico de “africanos”.

Esse texto nasce da escuta e da convivência. Durante a realização da série de pinturas *Rostos invisíveis da imigração no Brasil* e do documentário *Sonhos exilados*, recolhi vozes e trajetórias que ajudam a compreender o que significa ser um refugiado africano no coração da maior metrópole da América do Sul.

Eliman: entre a saudade e a sobrevivência

Chegado do Senegal em 2015, Eliman desembarcou em São Paulo sem falar português. Encontrou no Brás seu espaço de sobrevivência, vendendo óculos no comércio informal. “Quando eu cheguei, não entendia nada da língua, não sabia nem passar o troco; os amigos me ajudaram. Agora consigo, já conheço todo mundo aqui”, contou em entrevista. Eliman vive a tensão entre sustentar a própria vida em São Paulo e enviar dinheiro para sua família no Senegal. Trabalha todos os dias na rua, sem registro, enfrentando olhares de estranhamento e, ao mesmo tempo, construindo redes de apoio com outros imigrantes. Para ele, São Paulo é oportunidade, mas também exílio.





Haruna: o peso das expectativas

De Gana, Haruna chegou ao Brasil nos anos 2000 carregando sonhos. Imaginava comprar uma casa, construir família e prosperar. Apaixonado pelo futebol e pelas novelas brasileiras, encontrou aqui uma realidade muito diferente do que imaginava: “A gente vem com objetivo. Quer mandar dinheiro para a mãe, para o pai, para a avó. Mas, quando não consegue, é uma vergonha. Você fica triste, porque lá acreditaram em você.”

Haruna fala de um cotidiano incerto: ganha por dia apenas o suficiente para comer no dia seguinte. A pandemia agravou ainda mais a precariedade, deixando-o meses sem trabalhar. O Centro paulistano, para ele, é ao mesmo tempo espaço de acolhida e de frustração, um lugar onde sonhos de mobilidade social convivem com a dura experiência da exclusão.

Mama Diop: permanência e cultura

No Brasil desde 2007, Mama Diop, do Senegal, encontrou no Centro não apenas dificuldades, mas também caminhos de permanência. Vendeu comida, depois tecidos, e construiu laços fortes com brasileiros e africanos. “Eu não fiquei milionária, mas com a minha cultura consegui ajudar muita gente. Em 2019, eu estava na Feira Preta e estava muito colorida, bem colorida com tecido africano. Lá você não vai saber quem é brasileiro ou africano”. Sua história mostra como mulheres migrantes articulam estratégias de sobrevivência, enfrentando racismo, machismo e xenofobia, mas também afirmando identidades. Hoje, Mama Diop conquistou seu próprio ateliê e uma loja na Praça da República.

Imigração, Centro e identidade

O Centro de São Paulo, historicamente, foi espaço de chegada de imigrantes: italianos, espanhóis, japoneses, bolivianos, haitianos e africanos. Cada fluxo deixou marcas na arquitetura, na gastronomia, nos sons das ruas. Mas a presença africana contemporânea carrega um peso singular: a memória de uma diáspora forçada pela escravidão e a experiência de novas diásporas marcadas pela precariedade econômica.

Essa hostilidade leva esses imigrantes a criar comunidades fortes como forma de se blindar das dificuldades: um fortalece o negócio do outro, vão à mesquita juntos, quando um sai, um cuida da barraca do outro, quando alguém fica doente, os outros compram remédios para ajudar. Ser africano em São Paulo, portanto, é viver o entre-lugar. É, ao mesmo tempo, carregar estigmas e criar novas formas de pertencimento. É resistir coletivamente ao racismo e à xenofobia, mas também afirmar a potência das culturas africanas no coração da metrópole.

OBRA DE PAULO CHAVONGA: PEQUENA ÁFRICA EM SÃO PAULO, 2021, ACRÍLICO SOBRE TELA.





O filme *Sonhos exilados* surgiu dessas observações e do encontro com as narrativas de Eliman, Haruna, Mama Diop e tantos outros. A câmera e o pincel tornaram-se formas de contato, devolvendo dignidade e visibilidade a quem é cotidianamente invisibilizado. Ao optar pelo retrato em pintura e pelo testemunho audiovisual, busquei construir um espaço de respeito. Nas telas, os migrantes encaram o observador de igual para igual, em fundos monocromáticos que destacam sua presença. No filme, suas vozes ecoam sem mediação, revelando medos, dores, mas também força e esperança. Assim, a arte se torna documento, não apenas registro estético, mas ferramenta política.

Falar de refugiados africanos no Centro paulistano é falar de cidadania, de direito à cidade e de luta contra o racismo estrutural. É reconhecer que, para além das estatísticas, existem vidas concretas que resistem diariamente em meio à precariedade. Minha arte, seja nas telas ou no cinema, busca ser um gesto de encontro. Como já disse em outras ocasiões: a arte é uma luta constante. E, neste caso, é também um convite para olhar de frente aqueles que caminham todos os dias entre a Praça da Sé, a República e o Brás, trazendo consigo as múltiplas Áfricas que habitam São Paulo.



Quer conhecer mais?
Site oficial do artista
Paulo Chavonga





O BRIGADEIRO SAIU DA BICICLETA E FOI PARA A LOJA

ENTREVISTA:
GILMAR ALVES, O
GIL DO BRIGADEIRO

A vida de uma cidade é definida por muitos atributos, mas, sem dúvida, são os personagens que por ela transitam e atuam que mais contribuem para a sua identidade e formação. São esses indivíduos que constroem e moldam as histórias dos edifícios e equipamentos urbanos, que se entrelaçam com as outras *personas*, e, assim, fazem de um ponto no mapa um local com identidade e personalidade própria.

Nessa cartografia poética, o ser humano é a pedra de toque que sustenta toda a simbologia urbana.

Gil do Brigadeiro, o Gilmar Alves, agora é a Brigaderia do Gil. O empreendedor, que por nove anos pedalou e vendeu os seus doces no Centro de São Paulo, agora tem uma loja fixa na região central. Seu ponto de venda móvel, onde distribuía sorrisos, frases estimulantes e os doces brigadeiros de mão em mão, teve que se adaptar à evolução urbana do Centro, especialmente aos calçadões do Triângulo Histórico. Agora Gil atende na Rua Álvares Penteado, 200, com a mesma simpatia que o tornou um personagem querido e reconhecido.

O brigadeiro tem uma história bastante particular, pois é um doce que nasceu da política, e não de experimentos culinários.

Criado no ano de 1945 pela doceira Heloísa Nabuco de Oliveira com o objetivo de arrecadar fundos para a campanha presidencial do candidato Brigadeiro Eduardo Gomes. Durante a campanha, os apoiadores distribuía o novo quitute, que ficou conhecido como o “doce do brigadeiro”; e, posteriormente, apenas “brigadeiro”. A receita original – feita com leite condensado, cacau, açúcar e manteiga – popularizou-se e tornou-se um ícone da cozinha brasileira. Apesar de Eduardo Gomes não ter vencido as eleições, o brigadeiro se consolidou como um doce nacional, presente em todas as celebrações e eventos.





Essa magia do brigadeiro está presente na vida do Centro paulistano e, voltando ao Gil, foi o doce que lhe permitiu passar da falência ao sucesso. Uma história de um batalhador que começou a empreender cedo — aos 12 anos de idade.

Nesta entrevista, Gilmar Alves apresenta em detalhes como a frase dita por seu filho no Dia dos Pais o transformou no Gil do Brigadeiro, mudando, de forma adocicada, a sua vida e também a da cidade.

Entrevista com Gilmar Alves

Fui criado no Jardim Ângela e entendia que ali não era o meu lugar. Assim, já comecei a empreender aos 12 anos, embora não fosse confortável. Com 14 anos, já tinha dois funcionários. Eu comecei com jardinagem. Do Jardim Ângela, fui para Mairinque, no interior de São Paulo; morava no Condomínio Castelo Branco. Ali, peguei uma chácara, sem saber direito essa vida de empreendedor. Simplesmente trabalhava, e já era alguma coisa. E fui crescendo, entendendo a vida, fui me formando.

No decorrer dos anos, eu tentei trabalhar em administração, mas não gostei. Então, aos 23 anos, comprei minha primeira pizzaria no Bairro de Interlagos. Também, na época, abri uma *Lan House* por lá.

Tenho um filho de 23 anos, o Gabriel, que me animava muito. Ele sempre foi meu maior combustível, para estar sempre procurando, para não ficar estagnado. Após o seu nascimento, eu fui empreender realmente. E aí eu tive outras pizzarias.

Cheguei a estudar em faculdade de gastronomia, mas não terminei. Eu trabalhei na Pizzaria 1900 em 2006, quando fui convidado para fazer a faculdade de gastronomia. Mas apareceu a oportunidade de ter outra pizzaria, e fui mais à frente.

Quem é o Gil? Uma pessoa que nunca ficou parada, uma mente inquieta. Eu nunca me acomodei. Hoje posso falar de boca cheia e de peito aberto que, depois de conhecer o Centro de São Paulo, pude ter essa resposta que tanto procurava no meu inconsciente. Hoje está tudo bem, está tudo legal.

O Gil do Brigadeiro tem várias camadas do ser humano empreendedor, com altos e baixos. Tive uma falência em 2014-2015. Naquela época estava tendo ascensão de *food trucks* e *food bikes* em São Paulo, então eu buscava uma fonte de paz. Mas eu não sabia qual. Eu sabia que queria ter uma *food bike*. Comprei ela, mas eu não tinha ideia, não montei *display*, estava esperando vir alguma ideia não é?

Então veio a falência do meu bistrô, fiquei devendo, perdi meu apartamento. Eu, que tinha o meu apartamento, que tinha o meu restaurante, estava indo para a rua. Tive que fazer mudança com as minhas roupas em sacos de lixo, minhas coisas em caixas de papelão. Tinha R\$ 2 mil no bolso e mais nada.

Certo dia, meu filho foi em casa e fez um almoço para ele e um amigo. Resolvi fazer um brigadeiro, só que eu fiz do meu jeito. Daí meu filho falou: “Nossa, pai, está uma delícia! Por que você não vende brigadeiros na bicicleta?”





Com pouco dinheiro que tinha, foi o suficiente para comprar umas latas de leite condensado, ver algumas receitas, elaborar outras a partir do que eu já sabia. E pé na estrada.

Então, eu trabalhei durante dois meses no bairro do Jardim Marajoara, que era onde eu residia. Até que fui convidado por uma cliente, minha vizinha, para entregar uma encomenda no Centro da cidade. Eu não conhecia o Centro no horário comercial, só como turista, para visitar os *brunchs* da Catedral da Sé, o Pateo do Collegio, o Café Girondino, o Salve Jorge. Na Copa de 2014, assisti a um jogo da seleção no Bar Central. Então, eu conhecia muito o Centro como passagem. Aí, quando vim no horário comercial, achei maravilhoso esse mundaréu de pessoas e pensei: “Eu preciso vir para cá”. Antes, tinha só pensado ir aos domingos na Paulista, estava indo aos domingos lá. Mas quando eu vim para o Centro, senti que era o meu lugar. Então, por uma visão financeira de poder ter uma ascensão muito maior do que eu já estava tendo, eu cheguei ao Centro de São Paulo.

As coisas aconteceram de maneira muito rápida nessa transformação. Eu decretei falência em 24 de julho de 2015. Foi no dia 24 de julho que fechei as portas. O almoço com meu filho do Dia dos Pais foi em 9 de agosto. No dia 10 setembro a bicicleta estava pronta, as encomendas estavam prontas e eu já estava saindo. Então, em meados de outubro, eu vim para o Centro, no ano de 2015. No primeiro dia de trabalho aqui na região central, fiz mais de R\$ 300 vendendo brigadeiros. Era uma boa resposta - há 10 anos esse valor correspondia a mais ou menos R\$ 700 nos dias de hoje. Coloquei um desafio para eu continuar vindo para cá, no Centro: queria chegar a R\$ 1 mil por dia. E, ao longo do tempo, até expandi essa meta.

Aluguei um estacionamento mensal para a bicicleta. Trazia as coisas em bolsas térmicas mesmo, entendeu? Trazia a bolsa no ônibus, pois onde eu estava não tinha metrô. E assim foi indo. A minha meta era realmente pagar a dívida. Eu fiquei devendo R\$ 170 mil e me lembro que parcelei tudo em 10 anos, mas consegui pagar a dívida inteira em três anos.

Estar aqui hoje, em um lugar de 200 m², e ter aberto essa cafeteria foi um processo que me incomodou, não vou mentir. Porque eu sempre tive o controle das coisas, fui gerenciando o controle de tudo dessa maneira. Agora, não. Fui convidado a não renovar mais a licença da prefeitura, porque eles precisavam liberar o calçadão por conta da reestruturação do Centro Histórico. Era uma questão muito plausível. Eu tinha dinheiro guardado e tergiversei: começo do zero em algum outro lugar, pegando uma licença na Berrini, Vila Olímpia ou qualquer outro lugar; ou arriscaria montar um negócio aqui no Centro mesmo?

E a resposta dos meus clientes foi: “Gil, você não vai sair daqui!” Foi muito gostoso, sabe? Foi muito amor envolvido. É uma coisa mágica que aconteceu. Estou falando da minha pessoa, porque eu entrei em depressão na época da falência. Infelizmente, eu passei por uma derrota. Eu fui quebrado em todas as camadas que existem dentro de mim. Então, passei a oferecer para o pessoal aqui o melhor que eu podia, adoçando tanto o coração das pessoas, quanto o estômago e o paladar delas.





Digo isso porque escrevia muitas frases na lousa-*display* da bicicleta e tinha muita resposta direta dos meus clientes. As pessoas começaram a me conhecer e falavam: “A gente não quer um brigadeiro gourmet, a gente quer o brigadeiro do Gil!”

Foi uma junção de vários fatores para me estabelecer aqui. Foi algo natural. Não está só nas receitas - a gente consegue inúmeras delas na *Internet*. Tem uma cliente que falou uma vez para mim: “Gil, o que você faz, a frase que você coloca na lousa, como você fala com a gente, coloca a importância da gente estar aqui na sua frente, comendo um brigadeiro ou pegando uma caixa com 100.”

Nunca é só pensar no dinheiro. É gostar realmente do que está fazendo, entendeu? Eu acho que o segredo, ao acordar às quatro horas da manhã, enquanto todo mundo está dormindo, é fazer as coisas como a gente sente que tem que fazer. Eu trabalho o dia inteiro, desde quando acordo até a hora de dormir. Passei praticamente nove anos sozinho. Eu comprava, administrava, lavava louça, fazia tudo. Teve uma época que resolvi morar atrás de um hipermercado, só para ficar mais fácil comprar as coisas para poder produzir. Então, é toda uma estratégia, tentando facilitar a minha vida de alguma forma. Às vezes acertava, às vezes errava. Então, acho que a receita é realmente: qual o motivo que te move?

E aí, quando resolvi montar uma cafeteria aqui no Centro, foi incômodo demais, mas foi um convite para eu sair de uma zona de conforto. É uma frase meio clichê, mas ela é real. Tenho clientes na Faculdade de São Francisco, uma das faculdades mais antigas de São Paulo. Tenho clientes no Farol Santander, tenho clientes no Mosteiro de São Bento também. Tenho muitos clientes aqui no Centro, nas repartições públicas, são 27 mil pessoas com trabalho fixo na região. Conheço muita gente aqui no Centro, você anda comigo durante 10 minutos, parece que sou político. Nem parece um vendedor de brigadeiro, não é?

Como turista, quem não conhece o Centro venha, porque ele é muito rico! É uma magia. O Centro também traz muitas histórias de São Paulo: o primeiro prédio, a primeira faculdade, a primeira cafeteria. Tanto que descasquei a parede aqui da loja porque eu queria trazer a raiz desse prédio. Ele não é um dos prédios mais antigos aqui do Centro, mas é um prédio que também tem uma história. De uma década para cá, a região central saiu de uma margem um pouco cinza e foi ganhando vida, uma segurança que a gente não estava tendo. É uma das coisas que eu gosto muito: a questão da reconstrução do Centro. Coisas sempre convidativas para eu permanecer aqui. Eu posso falar, sem hipocrisia nenhuma, que hoje eu encontrei o meu lugar de sonhos e propósito. Pareço uma criança falando, uma criança de 43 anos. O Centro me traz uma história mágica como ser humano, como empreendedor, devo muito a esse Centro.

Quer conhecer mais?
Entrevista com Gilmar Alves





O CASO DA JACINTA

ENTREVISTA:
LÍVIA MARIA TIEDE

Todo local tem personagens que, de tão particulares e diferenciados, acabam tornando-se ícones representativos do território que habitam. No caso de Jacinta Maria de Santana, moradora do Centro de São Paulo no início do século XX, sua história começa com a morte — e com as consequências do tratamento dado ao seu corpo. Antes disso, dela, nada se sabe.

São Paulo era uma cidade com quase 250 mil habitantes, impulsionada pela chegada de imigrantes de todos os cantos do mundo no final do século XIX, em um crescimento de 270% em relação ao recenseamento anterior, de 1890, que registrava apenas 64 mil moradores. Nesse novo cenário caminha Jacinta, uma mulher negra e pobre, que, no dia 26 de novembro de 1900, vem a óbito por “lesão cardíaca”, conforme registrado pelo necrotério.

A partir daí, inicia-se a saga de 30 anos de Jacinta — tempo em que seu corpo embalsamado vaga, exposto, primeiro na Tabacaria Gomes, na Rua XV de Novembro, e depois nas arcadas da Faculdade de Direito, no Largo de São Francisco. Menos uma pessoa e mais um objeto, torna-se fruto de um experimento para lá de duvidoso, mas alinhado à filosofia higienista dominante na época, sob os cuidados do Dr. Amâncio de Carvalho.

Jacinta não possui fotos em vida. Seu passado, seu endereço, os parentes que nunca vieram reclamar seu corpo, seus pensamentos — tudo permanece incógnito. Nenhum atributo de humanidade lhe foi conferido, tendo se tornado sobretudo objeto de curiosidade mórbida.

A peregrinação do corpo de Jacinta só tem fim após a morte de Amâncio de Carvalho, em 17 de julho de 1928, por um ataque cardíaco. Em abril de 1929, Emília da Silva Carvalho, viúva de Amâncio, solicita à direção da faculdade que dê a Jacinta uma “sepultura cristã”. Dois meses depois, com apoio do Centro Acadêmico XI de Agosto, Jacinta foi enterrada no aristocrático Cemitério São Paulo, inaugurado três anos antes, na atual Rua Cardeal Arcoverde, em Pinheiros.





A seguir, a entrevista com a historiadora Dra. Lívia Maria Tiede, que desde 2016 se dedica a estudar o jornalismo e a imprensa negra. Com olhar atento e sensível, ela nos conduz por essa história repleta de vozes, silêncios e resistências, desvendando essa história tão intrigante e incômoda de Jacinta. Ao longo da conversa, reconstrói o cenário da época, o movimento em defesa do justo descanso de Jacinta e, já em nossos dias, a simbólica remoção da placa que homenageava o médico que manipulou seu corpo até o falecimento: Amâncio de Carvalho.

Entrevista com Lívia Maria Tiede

Trabalho com jornais da imprensa negra há 20 anos. Foi assim que comecei a fazer a biografia histórica de um sujeito chamado Frederico Batista de Souza, que escreveu para jornais como *Clarim da Alvorada*, *Progresso* e *A Liberdade* – jornais extremamente importantes no período do pós-abolição.

Frederico Batista de Souza escreveu uma série de artigos sobre comportamento, racismo, terminologia, sobre ser negro, ser preso, entre outros temas. Mas, além de escrever esses artigos, é importante notar que ele era trabalhador e funcionário público da Faculdade de Direito do Largo São Francisco por 43 anos.

Foi a partir da atuação de Frederico Batista de Souza nos jornais da imprensa negra e na Faculdade de Direito que cheguei à história de Jacinta, também conhecida como Raimunda.

O caso

Basicamente, é a história de uma mulher negra que, em 1900, foi encontrada morta no Centro de São Paulo e teve seu corpo guardado pela polícia. Posteriormente, a polícia decide entregar o corpo a um médico eugenista, o professor da Faculdade de Direito, Dr. Amâncio de Carvalho.

Claro que Jacinta tem uma vida pregressa, não é? Uma vida de uma mulher negra em uma sociedade recém-liberta da escravidão, na cidade de São Paulo. Mas ela só começa a ser registrada quando seu corpo – seu cadáver – é entregue pela polícia ao professor Amâncio de Carvalho.

O cenário

A Faculdade de Direito do Largo São Francisco, desde sua fundação em 1827 até a década de 1930, funcionava em um prédio diferente, de um andar, com saída para o Largo São Francisco e também para a Rua Riachuelo. Era um prédio de taipa de pilão, com características bem distintas do moderno edifício que temos hoje, embora o prédio atual faça algumas referências arquitetônicas ao primeiro. Esse lugar tinha grande importância para a sociedade paulistana da época, pelo desenvolvimento intelectual, muito ligado aos alunos e professores, além de pessoas importantes que estudaram na faculdade, como Júlio Prestes, entre outros.





Havia um folclore envolvendo esses estudantes, que faziam caminhadas e festas, e tinham grande protagonismo na cidade nessa virada de século. A faculdade era voltada para o público masculino, majoritariamente homens brancos, muitos descendentes da elite cafeicultora paulistana.

Esse período, do final do século XIX ao início do século XX, também é extremamente importante do ponto de vista do desenvolvimento de ideologias eugenistas pseudocientíficas, o que explica o forte apoio das ciências médicas às questões criminológicas. A Faculdade de Direito, portanto, tinha sua área dedicada à criminologia, sendo o início, por exemplo, da cadeira de direito penal. Acontece que, nesse período, a criminologia estava completamente ligada à ciência, especialmente à ciência médica, e aos preconceitos que permeavam o entendimento dessa ciência.

Dr. Amâncio de Carvalho

Então, em 1897, ele vai para a Faculdade de Direito para cuidar especificamente da cadeira de medicina legal. Traduzindo para os termos atuais, seria o equivalente à medicina forense, ou seja, a que faz a análise de indícios para a detecção criminológica.

Amâncio de Carvalho era muito conhecido dos alunos. Dava aulas, principalmente, para os alunos do quarto ano. Tinha uma característica retórica e certa exigência. Existem fábulas que dizem que ele era extremamente pontual. Andava pelo Centro de São Paulo, onde morava, na Rua XV de Novembro, no triângulo, e ia a pé para a faculdade, como todo mundo, basicamente, fazia.

Julieta Chaves de Sorocaba

Nesse recorte temporal, o Amâncio de Carvalho vai ser chamado na cidade de Sorocaba para ajudar a desvendar algumas questões relacionadas a um crime que chocou a cidade no final do século XIX, que foi o crime da menina Julieta, Julieta Chaves.

Julieta era uma menina de 7 para 8 anos que foi brutalmente assassinada e violada sexualmente, e cujo corpo só foi encontrado algumas semanas depois. Pela lei da época, era importante detectar se a violência sexual havia ocorrido. Foi antes ou depois da morte? E para saber disso, chamaram o Amâncio de Carvalho. O cadáver foi exumado e ele fez as avaliações necessárias para chegar ao veredito. E a partir de então, o Amâncio de Carvalho se torna um sujeito famoso na sociedade Paulistana e Paulista em geral.

Um corpo que navega

Para a época, autópsia pública, investigação cadavérica – tudo isso era normal. O que é muito diferente de hoje em dia é a eugenia, que fazia com que a criminalística buscasse, nas características físicas dos sujeitos, as indicações de que eles seriam criminosos. Nesse sentido, tanto a questão racial quanto a questão de gênero acabavam tomando contornos racistas e extremamente preconceituosos. Foi nessas circunstâncias que o corpo de Jacinta foi doado a Amâncio de Carvalho.





Nesse contexto, então, a polícia de São Paulo encontra esse corpo de uma mulher negra e jovem na região central e encaminha para o Dr. Amâncio de Carvalho. Amâncio leva o corpo para sua casa, obviamente na companhia de sua mulher e filho, que habitavam a residência. Lá, ele realiza uma série de experimentos para buscar uma conservação cadavérica ideal.

Ao invés de levar o cadáver conservado para um museu ou mesmo para a faculdade, ele acaba levando – e o chama de “mumificado”, embora o que ele tenha feito tenha sido, na verdade, embalsamamento – para uma tabacaria na Rua XV de Novembro, chamada Tabacaria Gomes.

É um ambiente majoritariamente masculino, onde os homens da cidade – tanto estudantes quanto outros profissionais liberais ou até aristocratas – frequentavam no final do dia para beber, fumar, conversar, ler jornais e falar sobre política. Não é um ambiente feminino. Quando Amâncio de Carvalho, portanto, leva o corpo, ele está expondo-o diretamente à observação e ao olhar masculino paulistano.

O ambiente da Rua XV de Novembro, no ano de 1900, é um ambiente muito requintado. Era o lugar onde se vendiam charutos, luvas, chapéus, roupas vindas da Europa, e havia alfaiatarias. Ou seja, era um comércio de luxo. E aí, mulheres e crianças passavam em frente daquele corpo embalsamado, colocado em uma vitrine. Isso gerou uma reação contrária da sociedade paulistana, com muitos protestos e reclamações.

29 longos anos

Amâncio de Carvalho retira o corpo embalsamado da tabacaria e o leva para a Faculdade de Direito, ainda no prédio antigo. Naquela época, cada docente tinha a sua própria sala de aula, e a sala dele era a de número sete. E o que ele faz? Deixa o corpo dentro dessa sala de aula, como parte da manutenção e base de suas aulas para o 4.º ano.

O corpo de Jacinta permanecerá na Faculdade de Direito por 29 anos.

O corpo de Jacinta torna-se muito acessível para os estudantes e para as outras pessoas que frequentavam a faculdade. Ele permanecia ali na sala de aula, onde todos passavam, incluindo os alunos que estavam em constante contato com ele.

Com o tempo, os alunos começam a se incomodar com o corpo, pois a conservação era bastante questionável. Amâncio fez uma mistura de diversos componentes químicos, mas ela não foi um pleno sucesso. Assim, o corpo começa a desprender um cheiro muito forte. Modifica-se de cor, ficando com uma tonalidade esverdeada. Talvez alguns óleos utilizados nesse embalsamamento façam com que o corpo comece a ter a característica de ser pegajoso ao toque.





É importante notar que Amâncio ganha notoriedade profissional ao longo desses anos. Faz parte, politicamente, da organização e criação da Faculdade de Medicina em São Paulo, que ainda não existia. Também é o criador e fundador da primeira Escola de Farmácia e Odontologia na cidade. O possível sucesso desse experimento com o corpo de Jacinta era extremamente importante, do ponto de vista profissional e intelectual, para ele.

Se o embalsamamento não foi um sucesso e claramente o corpo dava sinais de decomposição, por que isso não foi alterado? Porque o cadáver se tornou famoso na cidade. Devemos considerar que se tratava de uma cidade pequena, onde circulavam muitos comentários. Começam a surgir histórias de assombração e terror vinculadas a esse corpo, que passam a ser publicadas nos jornais e nos panfletos literários, além de pequenas fábulas sobre a presença do corpo daquela mulher negra ali.

A ótica jocosa dos estudantes começa a ser vinculada à presença do corpo dessa mulher negra na faculdade. Esses estudantes passam a vilipendiar e a fazer retaliações com o corpo. Isso ocorre, por exemplo, quando colocam objetos nas mãos do cadáver de Jacinta, colocam chapéus em sua cabeça e realizam outras ações das quais não temos acesso documental. No entanto, há insinuações de que coisas piores ocorreram com o corpo. Não podemos afirmar isso categoricamente por enquanto, mas sabemos que esse corpo não foi manipulado apenas durante as aulas de medicina legal.

Como podemos provar isso? Houve um episódio que ficou conhecido como o “rpto”, em que alguns estudantes entram à noite na faculdade, pegam o corpo e o levam para fora. Eles deixam uma carta na sala de aula de Amâncio de Carvalho, sugerindo que ela tivesse se suicidado por não aguentar mais a exposição na faculdade. E, por outro lado, ela também deixaria uma carta de amor direcionada a um dos únicos alunos negros da faculdade, acrescentando mais uma camada de racismo sobre a situação.

A polícia encontra o corpo em um terreno baldio na Rua Riachuelo. Eles retornam o cadáver à faculdade, e Amâncio, então, coloca o corpo em um armário com vidro fechado.

Caminhando para o destino final

Em 1928, o Dr. Amâncio de Carvalho morre. Só que a partir do momento que ele falece, não tem quem cuide do corpo, que faça a sua manutenção para que o corpo não se decomponha de vez.

O professor que entra em lugar do Amâncio não tem interesse em manter esse corpo. E a viúva do Amâncio, de nome Maria Emília, começa a se constranger com essa situação. Ela vai enviar mais de uma carta para os estudantes da Faculdade de Direito pedindo ajuda para se realizar um enterro cristão para Jacinta, que nessa época não é chamada de Jacinta, era chamada de Raimunda.





Os estudantes acolhem a viúva e, o interessante é que esses estudantes vão se vincular ao movimento negro, como com o ativista que citamos no início dessa entrevista, Frederico Batista de Souza, funcionário com 43 anos da faculdade. Juntos vão dialogar com o poder público municipal para conseguir um jazigo. Eles conseguem essa sepultura na necrópole de São Paulo, que era um cemitério requintado, chique, de pessoas ricas.

Em julho de 1929 acontece esse enterramento do corpo da Jacinta na Necrópole de São Paulo, com uma presença maciça de estudantes e muitos líderes do movimento negro.

Fake news

Apesar do clima de respeito por parte do movimento negro e dos estudantes, esse clima não é mantido pela imprensa paulista. Quando a notícia sobre o enterro de Jacinta é divulgada, começam a surgir uma série de especulações sobre quem ela teria sido. Muitas dessas especulações estão muito distantes de qualquer informação que comprove sua identidade. Vale lembrar que, para um corpo ser utilizado para fins científicos, ele deve permanecer anônimo, a menos que haja consentimento.

O fato é que, em 1929, no momento do enterro, essas especulações ganham uma forma jocosa e violenta. Diziam, por exemplo, que o corpo não teria sido alterado pelo processo de Amâncio de Carvalho, mas sim que Jacinta era uma pessoa viciada em álcool, e que o consumo do álcool teria alterado seu corpo. Havia também especulações de que ela fosse profissional do sexo, ou que trabalhasse na prostituição. Há todo um movimento nessas notícias para desqualificar quem ela teria sido em vida, com o intuito de justificar o embalsamamento e a exposição por 30 anos. Assim, começa uma verdadeira campanha de difamação sobre quem essa mulher teria sido há 40 anos atrás.

Tudo isso ocorre em um clima de racismo recreativo muito forte. Para os jornais, era divertido especular sobre quem teria sido essa mulher, sugerindo que ela fosse uma boêmia pobre e negra. Era tratada de forma jocosa e engraçada, mas isso não deveria ser engraçado. É mais uma violência contra a existência dessa mulher. O que nos faz pensar: jamais teria sido uma mulher branca ou de elite a ser embalsamada e colocada naquela sala de aula.

Essa história acontece em 1929 e, novamente, Frederico Batista de Souza, de quem fiz a biografia histórica, escreve um texto sobre o enterro de Jacinta, chamando-a de Jacinta, em um jornal chamado *Clarim da Alvorada*. Outros escritores da imprensa negra também escrevem sobre o caso. Precisamos entender que estamos falando de um período muito próximo da abolição. Na época, os direitos ainda eram muito recentes, e não havia a certeza de que nada seria revogado, ou de que as pessoas teriam seus direitos assegurados.





Nesse período, o movimento negro destaca a importância dessa mulher negra para a ciência nacional. Vai afirmar que ela foi uma patrícia, uma igual, e que teve relevância, e a sociedade reconhece e louva a sua existência. No entanto, o movimento negro não repete nada do que a grande imprensa diz sobre ela, como suas supostas inclinações para o alcoolismo ou a prostituição. Obviamente, porque essas características eram pejorativas, usualmente atribuídas a pessoas negras, indígenas e pobres em geral.

Então, o associativismo negro, como era chamado, desempenha um papel importante nesse momento. Se eles não tinham condições de liberdade suficientes para denunciar, também não foram condescendentes com as violências sofridas por Jacinta. Especialmente Frederico Batista de Souza, que teve um papel fundamental ao colocar Jacinta no mesmo plano de outras mulheres negras. E isso, na minha análise como historiadora, é significativo porque ele está dizendo: “Esta foi uma mulher negra encontrada morta, cujo corpo foi vilipendiado e exibido de forma grotesca. Poderia ser qualquer outra mulher negra.” Assim, surge a ideia de uma certa proteção, a partir de uma história. Qual é a movimentação necessária para que isso não se repita? Tudo isso aconteceu em 1929.

A contrapartida

Em 2021, essa história vem a público por intermédio de outra historiadora¹, que vai publicar, em portais abertos, a história de Jacinta. Essa publicação gera uma mobilização nos estudantes da Faculdade de Direito, especialmente nos coletivos negros. A história de Jacinta incomoda profundamente, principalmente pelo fato de que, até 2021, existia uma sala de aula com o nome do professor Amâncio de Carvalho como um dos homenageados da escola. A sala ficava no terceiro andar, era pequena e pouco utilizada. Vale destacar que essa sala não deve ser confundida com a sala onde Jacinta foi exposta. Essa última sala não existe mais, tendo sido demolida junto com o primeiro prédio da faculdade.

É importante notar que, até o momento, não temos nenhum texto de Amâncio – nenhum artigo acadêmico, livro ou qualquer outra publicação – em que ele fale explicitamente sobre a importância da pesquisa científica realizada com o corpo de Jacinta. Amâncio publicou diversos outros artigos sobre outros aspectos de seu trabalho, mas não escreveu nada academicamente sobre a experiência com Jacinta. Ele publicou apenas um texto no jornal se defendendo das acusações de exibir um cadáver de forma inapropriada, exposto na rua e acessível aos transeuntes. Mas, em termos de trabalho científico, nada. Isso é constrangedor, não é? Ele utilizou esse corpo por quase 30 anos e não escreveu nada sobre isso? Então, foi realmente uma utilização científica? Ou foi um fetiche? Um fetiche partilhado pela sociedade paulistana – algo para se pensar.

1 - Historiadora Suzane Jardim





O ponto é que, no século XXI, os alunos entenderam que a homenagem a Amâncio de Carvalho era descabida, especialmente para alguém que expôs o corpo de uma mulher negra em uma situação tão vexatória. Houve uma mobilização desses estudantes junto à direção da Faculdade. Eles recorreram, em especial, à professora doutora Eunice Prudente, para reunir forças e pressionar os docentes e a comunidade acadêmica para que retirassem a placa de homenagem a Amâncio de Carvalho. Foi uma grande batalha dentro do meio acadêmico, algo que diz respeito às tradições da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, à história da faculdade.

Isso gerou um grande debate, e os estudantes conseguiram, finalmente, em 2021, retirar a placa de homenagem a Amâncio de Carvalho, que não está mais lá hoje em dia.



CENAS DA OBRA “DOCUMENTA JACINTA”, 2025.
UM FILME DE LÍVIA MARIA TIEDE, DIRIGIDO POR FABRÍCIO VIANNA,
BASEADO NA PESQUISA DA HISTORIADORA O DOCUDRAMA NARRA A HISTÓRIA DE JACINTA MARIA SANTANA.

Quer conhecer mais?
Entrevista com Lívia Maria Tiede





A ECOLOGIA DO CERRADO PAULISTANO

ENTREVISTA:
DANIEL CABALLERO

Daniel Caballero, em uma abordagem particular e relevante, afirma que, se existisse uma grande Mata Atlântica em São Paulo, a cidade que conhecemos hoje jamais teria se formado.

Baseando-se em extensa pesquisa e observação *in loco*, ele destaca a importância do bioma onde a cidade se desenvolveu: o Cerrado. Esse ambiente e clima eram mais adequados ao domínio do europeu, já que, no calor úmido da mata, os estrangeiros não dispunham nem da tecnologia, nem das vestimentas adequadas, e até mesmo a pólvora, e umedecida pelo clima, tornava-se ineficaz.

Daniel, artista plástico, desenhou e escreveu uma importante publicação sobre a arqueologia da cidade de São Paulo intitulada *Guia de campo dos Campos de Piratininga ou o que sobrou do Cerrado paulistano ou como fazer o próprio Cerrado infinito*, cuja edição já está esgotada. Nesse livro, ele relata e ilustra 50 espécies do Cerrado – dentre as 350 mapeadas – que compunham a paisagem anterior ao processo de colonização e extintas com o avanço do desenvolvimento urbano.

Na publicação, podemos encontrar espécies como o capim rabo-de-burro e barba-de-bode, lobeira, araçá-do-campo, ananás, milho-de-grilo, pequi, entre muitas outras, todas cuidadosamente classificadas e ilustradas por Caballero.

Para ele, as plantas são as únicas que não tem como “reagir” ao progresso; são o elo mais fraco e, por isso, elementos que conduzem o seu trabalho. Iniciativa que não parou com o *Guia de campo dos Campos de Piratininga* e continua em pleno vigor no *Projeto Cerrado Infinito*, que pode ser encontrado nas redes sociais e em praças da capital paulista. O objetivo é criar territórios autônomos, onde vai plantando sementes e mudas até se tornarem autossuficientes, como uma homenagem ao Cerrado paulistano extinto como bioma ativo.





O trabalho de Daniel vai além, pois desmistifica as representações dos artistas coloniais europeus que aqui vieram para mostrar a natureza “exuberante” e os seus habitantes indígenas – retratados com descaso pelo meio ambiente e por culturas que eles próprios desconheciam e pouco compreendiam.

Nesta entrevista, Daniel Caballero compartilha todo o processo e os aprendizados de sua pesquisa, que ajudam a ampliar a compreensão sobre como passamos dos campos cerrados de Piratininga à metrópole com milhões de habitantes.

Entrevista com Daniel Caballero

Comecei a andar nos entulhos, comecei a andar nessas demolições pela cidade. E aí, a me interessar pelos jardins. Fiquei pensando que na cidade, na relação de poderes que definem os territórios, existe uma hierarquia de classe social. Aí comecei a pensar: quem seria o que tem menos poder dentro do território? Animais, pássaros, plantas? Animais ainda conseguem escapar, mas a planta fica lá. Então, as plantas não têm nenhum poder de negociação desse lugar que a gente ocupa e define como tem que ser.

E fiquei pensando: o que tinha antes da cidade? Que vegetação tinha aqui na época colonial? E se tinha sobrado alguma coisa. Comecei a entrar em terrenos baldios e pesquisar as vegetações que nascem nos terrenos baldios, que são completamente diferentes da jardinagem, o uso das espécies de plantas dentro da cidade como equipamento. É verdade que as plantas são meramente um equipamento urbano, né? Todos os discursos ecológicos colocam o uso das plantas na cidade como algo para as mudanças climáticas. Todos os discursos ecológicos colocam o uso das plantas na cidade como algo para a métrica. Para nós, essa é a colonização completa, suprema: você não é nada. E aí, nos terrenos baldios, comecei a olhar para as vegetações.

E passei a emular um tipo de artista que são os artistas viajantes – para reconhecer os territórios, os seus recursos naturais. Então, fazia desenhos naturalistas dessa vegetação nas situações atuais, que são bem agressivas, como plantas em jardineiras em que elas mal cabem. Fiz o mesmo na pesquisa dos terrenos baldios, tentando identificar as espécies. Entre essas espécies, comecei a entender que tinham algumas que eram de fato nativas e que estavam aqui desde antes da cidade. São vegetações que sobrevivem apesar do entulho, apesar da destruição. Essas plantas eram capins, arbustos, rizomas com capacidade de rebrotar ao corte. E aí fui entendendo que essa vegetação é uma vegetação de campos.

Não conhecia nada, mas escolhia vegetação que colhia: tirava fotos, pegava sementes para cultivar, seus galhos para ter em casa e continuar desenhando. Aos poucos, fui identificando essas plantas, porque a gente tem, hoje em dia, uma ferramenta que se chama *Internet*. A maioria delas são espécies razoavelmente comuns, que não precisam de um taxonomista. Alguns amigos um pouco mais experientes no campo da botânica me ajudaram a identificar algumas.





Então sempre foi assim: eu tenho a planta, quero saber mais, chamo um amigo. O amigo não sabe nada, mas ele é botânico — pega as chaves de identificação até concluir qual é a espécie.

Cheguei a contar em torno de 180 espécies encontradas nas minhas andanças e pesquisas pela cidade. Acho que a lista de espécies de São Paulo é de cerca de 350, das quais 180 eu percebi e me interessei. Muitas, a gente não se ocupa por vários motivos: algumas porque são da Mata Atlântica e estão fora do meu objeto de abordagem, que é o Cerrado; outras, porque a gente tem um senso estético comissionado, e algumas espécies simplesmente não nos interessam a princípio. Mas muitas dessas espécies começaram a habitar minha casa, e eu tive tempo de me acostumar com a estética delas.

As Américas do Norte, do Sul e Central são habitadas por seres humanos que se adaptaram ao contexto ecológico ao qual foram submetidos. Tiveram que aprender, para sobreviver, como viver naquelas condições, com aquele tipo específico de vegetação. A nossa ideia de geografia, disseminada desde os colonizadores europeus — e presente até mesmo em muitas representações atuais — colocam os indígenas sempre numa floresta amazônica. Mas a verdade é que muitos indígenas habitam, ainda hoje, o Cerrado. Conhecem suas plantas, seus animais, sua ecologia. E trabalham de acordo com esse meio ambiente. Cada grupo humano, cada povo, vai se desenvolver em conjunto com a ecologia do local.

O Cerrado é um bioma muito antigo, talvez um dos mais antigos do planeta. Ele é um dos primeiros biomas a surgir depois do colapso causado pelo meteoro que dizimou os dinossauros e afetou todos os ecossistemas. Ao longo de milênios, a vida foi se estabelecendo e vários biomas foram surgindo, como o Cerrado, que é uma savana. Ele é um bioma muito antigo, o processo florestal é mais recente, a Mata Atlântica como uma floresta é um processo recente. O Cerrado é considerado um dos biomas mais antigos do Brasil, com uma idade estimada em aproximadamente 65 milhões de anos.

O fato é que você encontra, em São Paulo, fragmentos de Cerrado no meio da floresta: isso se chama *relictos*. São os *remixes*. São Paulo é um *relictos*: é uma vegetação que sobreviveu a essas mudanças por características do solo vermelho, mineralizado etc. Mas também por conta da ocupação humana. Os indígenas de então usam e preservam o Cerrado com as queimadas, para limpar, para caçar. Por exemplo, quando usam o fogo para cercar e caçar uma anta. Isso é documentado no norte do país e imagino que aqui em São Paulo era a mesma coisa. Esse movimento faz parte da ecologia do Cerrado — isso não é nocivo. Sem o fogo, as plantas nem se reproduzem; elas evoluíram pegando fogo.

E aí, quando chega o colonizador, ele sobe a Serra do Mar e encontra muitas dificuldades, pois é um lugar muito terrível para um português subir. Afinal eles não têm a menor habilidade tropical — nem equipamentos, nem vestimentas adequadas, nem nada. Não sabem muito da floresta úmida tropical; a pólvora molha. Se tivesse uma grande Mata Atlântica aqui, nunca existiria a cidade de São Paulo.





Então a cidade de São Paulo só existe porque o português, subindo a Serra do Mar, finalmente consegue chegar na borda do campo, ao final da Mata Atlântica e ao começo desse Cerrado. Aí ele finalmente encontrou um ecossistema que ele conhecia. Porque esse ecossistema é mais parecido com Portugal, Itália, França, Espanha... com o Mediterrâneo, enfim. Assim, o colonizador consegue competir.

E é por isso que as coisas aconteceram como aconteceram. A primeira cidade, a primeira vila instaurada quando os portugueses subiram do mar foi Santo André da Borda do Campo, que está nesse limite entre a Mata Atlântica e o Cerrado. E aí, as alianças indígenas que eles fizeram orientaram a mudança para a colina onde hoje é o Pateo do Collegio, nos Campos de Piratininga. Os povos originários locais sabem que ali teriam alguma chance de se manter.

Tem a questão do Rio Anhangabaú, que é um rio dito mal-assombrado pela entidade Anhangá. É a origem das lendas que falam que aquela região do Centro é pesada, mal assombrada, mil coisas. Por outro lado, era um pantanal, uma área de várzea. Campos úmidos e várzea são muito complementares. Isso é Cerrado. O Pantanal do Mato Grosso que a gente imagina, vê nas novelas, no turismo, onde chegam aquelas garças voando... tudo isso existia em São Paulo. Então existe um pantanal paulistano. São as lanças dos rios Tietê, Anhangabaú, Tamandateí. Uma área bem considerável da cidade, que abarca um pouco mais da metade da metrópole. Então, você tem uma área campestre úmida muito difícil de avançar no meio do pântano. De outro lado, uma colina no alto. Onde passava o Peabiru, que é um caminho indígena que ia de São Vicente até Machu Picchu, que é o principal motivo de São Paulo — esse caminho, essa tentativa de chegar no Peru antes do espanhol.

Então, por ali se estabelece uma conexão com o litoral. E por ali eles continuariam a sua jornada até chegar ao Peru. E por ali fariam os confrontos contra os inimigos que viessem atacá-los, em posição geográfica favorável. E assim começa em São Paulo, começa a partir da ecologia desse lugar. A ecologia desse lugar determina exatamente onde começa a cidade de São Paulo. São Paulo é uma cidade do Cerrado, dentro de uma área de Mata Atlântica. É uma coisa muito inusitada realmente.

A partir dessas histórias, fui desenvolvendo um *site* específico. Uma instalação de arte pública aberta urbana que é o *Cerrado Infinito — uma reconstrução dos Campos de Piratininga* com plantas que eu salvei de terrenos baldios transformados em condomínios. E ali tem uma trilha que simbolicamente comenta o Peabiru. Fica na Pompéia, na Praça da Nascente, aberto para quem quiser conhecer, onde estou cultivando essa vegetação. É paralela à Avenida Pompeia, perto do metrô Vila Madalena. Todos estão convidados.

Quer conhecer mais?
Entrevista com Daniel Caballero





CERRADO INFINITO - FOTOGRAFIA: THIAGO QUEIROZ







// POSFÁCIO

UMA CARTOGRAFIA DO TEMPO:
O TRIÂNGULO HISTÓRICO PAULISTANO





// Como em toda cidade, o Centro guarda as origens — e em São Paulo não é diferente. O charme do Triângulo Histórico nasce de uma vida repleta de acontecimentos, no alto do planalto, onde se entrelaçam a história milenar dos caminhos do Peabiru e a pulsação dos dias atuais.

EDGARD STEFFEN JR.

Aqui, não pretendemos esgotar o tema, mas apresentar uma pequena parte de um universo múltiplo e em constante transformação. Procuramos, nestas páginas, reconhecer os traçados que antecedem a cidade — caminhos e presenças anteriores, que resistem, de forma simbólica e concreta, nos trajetos percorridos todos os dias por seus moradores. Entre o que se apaga e o que insiste em permanecer, a cidade revela camadas que se entrecruzam: memórias, traços, vozes que moldaram o território muito antes de se chamar São Paulo. É uma cidade que viveu certo isolamento durante sua formação — foi murada, tinha idioma próprio — e que, pelos rios e trilhas, avançou para o interior, transformando-se, com suas aldeias e igrejas, no grande centro urbano de hoje.

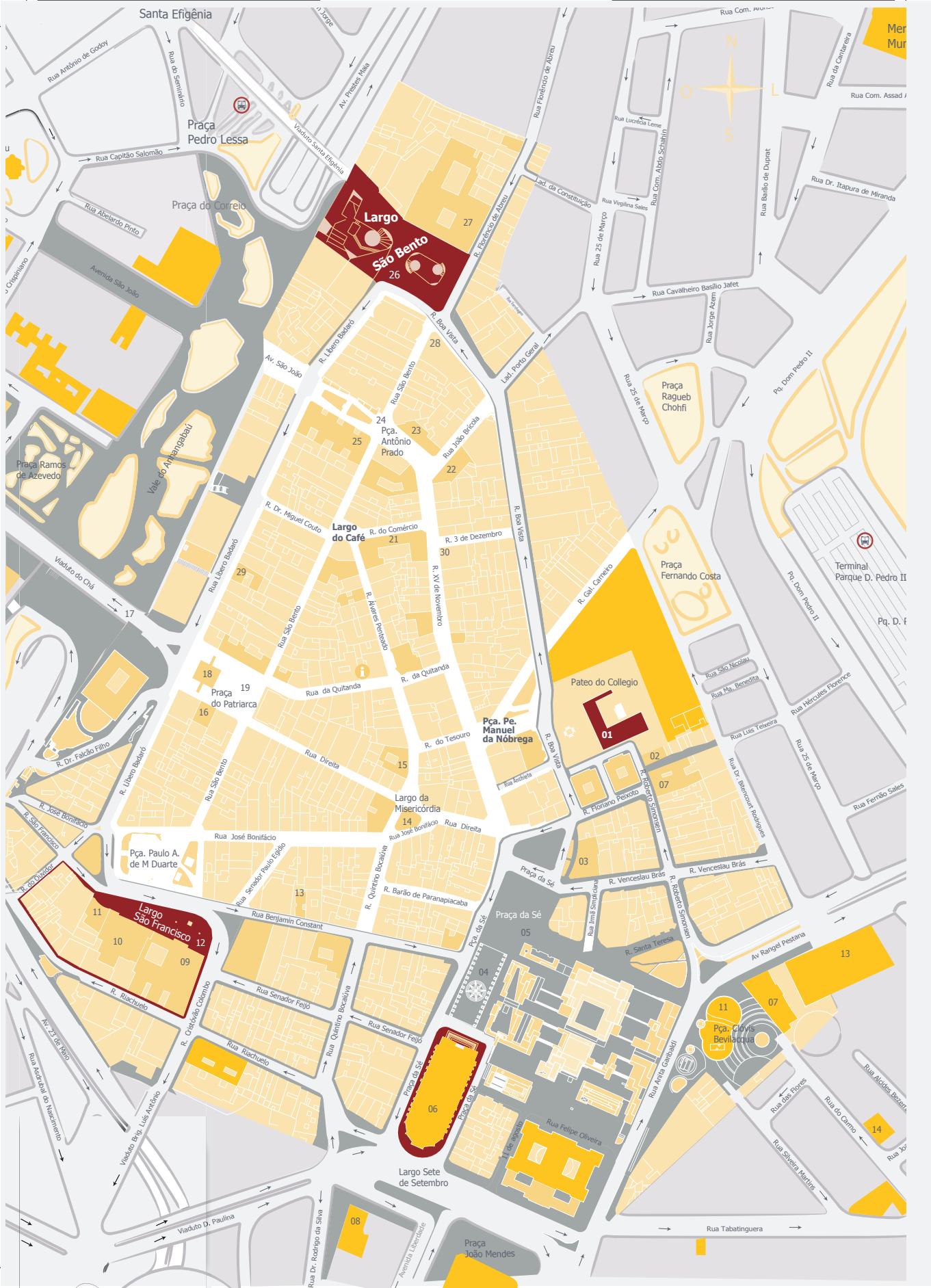
Nesse universo, o fator humano dá vida à cidade. Entre o ancestral e o contemporâneo, ideias e realizações se entrelaçam, sustentando o movimento contínuo que faz do Triângulo Histórico um território vivo. Assim, buscar a visão do indivíduo e apresentar personagens que atuam na vida do Centro acabou por formar um painel que se aprofunda na diversidade temática — espelho da região central — que o livro aborda.




Em termos editoriais, a acessibilidade orienta a experiência. *Cartografia poética de São Paulo – Triângulo Histórico* desdobra-se em formatos que permitem ler, ouvir e assistir — do livro impresso e digital ao audiolivro, passando por *podcasts* e vídeos.

Códigos QR espalhados pelas páginas conduzem o leitor ao sítio **raizsp.com.br**, *hub* do projeto, onde se encontram conteúdos ampliados e materiais que deram origem aos artigos.

Esta cartografia é o registro de um momento que começou há muito tempo, mas que permanece na história viva que se desenha, a cada dia, no Centro de São Paulo.





- 
- 
- 
- 01 - Pateo do Collegio e Igreja São José de Anchieta
02 - Solar da Marquesa de Santos
03 - Edifício da Caixa Econômica Federal
04 - Marco Zero
05 - Praça da Sé
06 - Catedral da Sé
07 - Igreja do Carmo
08 - Igreja de S. Gonçalo
09 - Faculdade de Direito da USP
10 - Igreja das Chagas do Seráfico Pai S. Francisco
11 - Igreja de São Francisco de Assis
12 - Largo de São Francisco
13 - Instituto Histórico e Geográfico (IHGSP)
14 - Edifício Triângulo
15 - Edifício Ouro para o Bem de São Paulo
16 - Igreja de Santo Antônio
17 - Viaduto do Chá
18 - Galeria Prestes Maia e Pórtico
19 - Praça do Patriarca
20 - Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB)
21 - Prédio Praça | Arena B3
22 - Edifício Altino Arantes - Farol Santander
23 - Prédio XV | Espaço B3
24 - Praça Antônio Prado
25 - Edifício Martinelli
26 - Largo São Bento
27 - Mosteiro, Igreja e Colégio de São Bento
28 - Café Girondino
29 - Casa Godinho
30 - Smart Sampa



SOBRE OS AUTORES

CÁSSIO PARDINI REDAÇÃO

Produtor da Nation Filmes, atuou em longas como *Turma da Mônica - Laços* e *Saudosa Maloca*, além da Plataforma Adoniran Barbosa. Trabalhou em coproduções internacionais e séries para Discovery, Canal Brasil e History. Premiado no Grande Prêmio do Cinema Brasileiro.

LARA MIRANDA REDAÇÃO

Estudante de Artes Plásticas (Unesp), com formação em Filosofia (UBA e PUC-SP). Poeta e tradutora publicada em coletâneas e portais literários. Participou de oficinas com Claudio Willer e Fernando Paixão. Colabora com a Plataforma RAIZ desde 2022.

JOÃO ROSSI COLABORAÇÃO ESPECIAL

Museólogo e restaurador do Mosteiro de São Bento há mais de dez anos. Especialista em arte sacra e história da Igreja, atua em acervos públicos e privados, ministra cursos e coordena projetos de conservação e restauro de bens culturais.

EDGARD STEFFEN JUNIOR PUBLISHER

Arquiteto com MBA pelo IBMEC/INSPER e formação em Marketing pela FGV. Curador de eventos e mostras culturais pelo MinC e Petrobras. Editor da RAIZ e presidente da Associação RAIZ, dirigiu séries e publicações dedicadas à cultura popular brasileira.

THEREZA DANTAS REDAÇÃO

Comunicadora e pesquisadora das culturas populares, atua desde 2005 em pautas sobre povos e comunidades tradicionais. À frente da Comunicadora, em Paraty (RJ), desenvolve estratégias de comunicação cultural com foco em impacto social e visibilidade comunitária.

LINCOLN PAIVA COLABORAÇÃO ESPECIAL

Mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo, fundador da Área Central, dedicada à reabilitação urbana do Centro de São Paulo. Autor do livro *Cosmovisão Paulista*, pesquisa o patrimônio, a memória e a identidade urbana paulista.

PAULO CHAVONGA COLABORAÇÃO ESPECIAL

Artista plástico, poeta e cineasta nascido em Benguela (Angola, 1997). Expôs em diversos países e lançou o documentário *Sonhos Exilados* (2023), exibido no SpCine Olido, Museu da Imigração e Sesc Paulista. Atua entre arte, cinema e educação.





CRISTINA ASTOLFI CARVALHO EDIÇÃO

Mestre em História Social (USP) e graduada em Antropologia (Unicamp). Editora e autora com passagem por Instituto Alana e Fundação Roberto Marinho. Publicou *Racista, eu?* e *Almanaque afro-indígena*. Atua no projeto Animafro e colabora com a Revista Raiz.

RUBENS CHAVES FOTOGRAFIA

Fotógrafo desde os anos 1980, com trabalhos em Folha de S. Paulo, Veja SP e IstoÉ Dinheiro. Realizou mostras no MIS e no MASP. Atua em documentação fotográfica voltada à educação e produz imagens aéreas com drone profissional há quase uma década.

CÉLIA HARUMI SEKI DIREÇÃO DE ARTE

Doutora em Cinema e Literatura pela Unicamp, diretora da Primavera Produções e educadora do Sesc Sorocaba. Coordena o projeto *Animafro: Mitologia Afro-Brasileira* e atua em design, curtas e produções culturais que integram cinema, literatura e experimentação artística.

FEDERICO DE AQUINO ILUSTRAÇÃO

Artista visual, bacharel em Gravura pela ECA-USP. Atua com ilustração, quadrinhos e design. Publicou em fanzines, revistas, publicações independentes e online. Trabalha na série *Marino da Sonhadora*, finalista do 35.º Troféu HQMix, e publica *Ygarapé do Federix*, na internet.

ENTREVISTAS

Gilmar Alves – A brigaderia do Gil

Conhecido como Gil do Brigadeiro, transformou sua tradicional bicicleta de doces do Centro paulistano na Brigaderia do Gil. Após nove anos vendendo nos calçadões do Triângulo Histórico, abriu loja fixa na Rua Álvares Penteado, mantendo o carisma que o consagrou.

Lívia Maria Tiede – O caso da Jacinta

Doutora em História pela Unicamp e Rice University, é a primeira vencedora do Henrietta Wood Memorial Prize (2020). Pesquisa a militância negra, com foco em experiências de indivíduos e coletivos no pós-abolição, e na história dos associativismos e biografias negras.

Daniel Caballero – O Cerrado Infinito

Artista visual e pesquisador paulistano, atua como observador ativo da cidade em múltiplos suportes – desenho, instalação, vídeo e ações urbanas. Idealizador do projeto Cerrado Infinito (desde 2015), propõe práticas decolonizantes que aproximam o urbano do campestre.





ASSOCIAÇÃO RAIZ

FAZER VER E CONSUMIR A CULTURA POPULAR BRASILEIRA

Fundada em 2007, a Associação Raiz dedica-se à valorização, difusão e reflexão sobre a cultura popular e tradicional brasileira.

Sua principal iniciativa é a *Revista Raiz* – impressa e digital – que, desde dezembro de 2005, mantém-se como um baluarte da abordagem simbólica e identitária do Brasil profundo: aquele que pulsa nas tradições, nos saberes e nas expressões do povo.

Com mais de 20 anos de atuação ininterrupta, a Raiz consolidou uma ampla rede de conteúdo, pesquisa e relacionamento com artistas, mestres, comunidades e instituições culturais em todo o território nacional.

Além da revista, a Associação amplia sua presença por meio da produção de livros, debates, exposições, podcasts e produções audiovisuais – incluindo as centenas de programas da TV Raiz, que dão voz e visibilidade às expressões culturais brasileiras.

Entre as realizações promovidas pela Associação, destacam-se:

Ciclo de Debates do Programa Cultura e Pensamento (MinC);

Ciclo de Debates *Raiz da Questão* (Petrobras);

Série de podcasts *e-Vento – Sacudindo a Poeira da Cultura Brasileira* (Petrobras/MinC);

Mostra de Pintura Brasileira *Tesouro Escondido – Hidden Treasures*, parte da programação cultural oficial da Copa do Mundo de 2014;

Planejamento e curadoria cultural em grandes carnavais brasileiros – como os de Olinda (PE), Juazeiro (BA), Guarujá (SP) e São Paulo (SP) – com ações voltadas à valorização das origens, das identidades locais e da sustentabilidade cultural desses eventos.





Plataformas e Museus Digitais

Em 2015, a Associação lançou o portal “Brasil Bom de Boca”, dedicado à antropologia alimentar brasileira.

Desde 2018, desenvolve o Museu do Açúcar e Doce, um museu digital que investiga e celebra a Civilização do Açúcar e suas influências na cultura, na economia e na formação simbólica do país.

Publicações

Entre as publicações da Associação Raiz, destacam-se:

Almanaque Cultura e Transformação Social – Sesc SP, 2009 (Português/Espanhol);

A Arte Visionária de Ranchinho – Associação Raiz, 2011 (Português/Inglês);

Almanaque Cultura Viva – MinC, 2012;

E livros como *Kamikazes: Em Nome da Paixão, Doce ou Salgado?*, *A Estética do Sabor, O Traço da Terra, Desconstruindo o Médico, Mojubá – Mãe Stella – 100 anos, Culinária Líbano-Brasileira e Ilê Obá Ogunté – 150 anos*.

Essas obras estão disponíveis no *site* da Revista Raiz e sob demanda na Amazon.

Missão e Alcance

A Associação Raiz atua em todo o território nacional, revelando e valorizando as práticas e manifestações que expressam a diversidade simbólica e criativa do Brasil.

Cada projeto busca tornar visível, compreender e difundir a cultura popular brasileira, promovendo encontros entre tradição e contemporaneidade, e fortalecendo uma cultura que se reconhece, se afirma e se transforma.





LEGENDAS FOTOS¹

Folio 1 (entre a p. 8 e 9) – Fotografias de prédios pb - Rubens Chaves

Folio 2 (entre a p. 24 e 25) – aba externa
Igreja do Carmo - Fotografia Acervo Associação Raiz
Mosteiro São Bento - Fotografia Rubens Chaves
Pateo do Collegio - Fotografia Rubens Chaves

Folio 2 (entre a p. 24 e 25) – aba interna
Interna do MUB3 - Fotografia Acervo Associação Raiz
Praça do Pateo do Collegio com o Museu da Favelas - Fotografia Acervo Associação Raiz
Farol Santander - Fotografia Rubens Chaves
Catedral da Sé - Fotografia Acervo Associação Raiz
Café Girondino - Fotografia Acervo Associação Raiz
Claraboia CCBB - Fotografia Acervo Associação Raiz

Texto Tesouros do Triângulo Histórico

P. 29 – Solar da Marquesa de Santos/Museu da Cidade de São Paulo - Fotografia Acervo Associação Raiz
P. 30 – Interna do Café Girondino - Fotografia Acervo Associação Raiz
P. 31 – Vitral da Caixa Cultural - Fotografia Acervo Associação Raiz
P. 31 – Interna do Acervo do IHGSP - Fotografia Acervo Associação Raiz
P.33 – Edifício Martinelli - Fotografia Rubens Chaves
P. 37 – Casa Godinho - Fotografia Acervo Associação Raiz
P. 37 – Fachada Smart Sampa - Fotografia Acervo Associação Raiz
P. 38 – Detalhe mosaico Emiliano Di Cavalcanti - Fotografia Acervo Associação Raiz
P. 38 – Fachada Edifício Ouro para o Bem de São Paulo - Fotografia Acervo Associação Raiz

Folio 4 (entre a p. 56 e 57) – aba externa
Galeria Prestes Maia - Fotografia Acervo Associação Raiz
Plano aberto Anguabaú - Fotografia Acervo Associação Raiz
Rua do Centro de São Paulo - Fotografia Acervo Associação Raiz

Folio 4 (entre a p. 56 e 57) – aba interna
4 imagens do Centro de São Paulo - Fotografias Acervo Associação Raiz

Folio 5 (entre a p. 72 e 73) – aba externa
Fachada Ponto Chic e Lanche Bauru - Fotografia Acervo Associação Raiz
Interna do Restaurante Guanabara e Coxa Creme - Fotografia Acervo Associação Raiz
Entrada Casa Godinho e Empada - Fotografia Acervo Associação Raiz
Arcos da Catedral da Sé - Fotografia Acervo Associação Raiz

Folio 5 (entre a p. 72 e 73) – aba interna
Detalhe da Farofa de Iça do Boteco 28 - Fotografia Acervo Associação Raiz
Fachada do Rei do Mate - Fotografia Acervo Associação Raiz
Churrasco Grego - Fotografia Acervo Associação Raiz
Brigadeiros da Brigaderia do Gil - Fotografia Acervo Associação Raiz

1 - As legendas desta página foram criadas para as fotografias que não possuem legenda ao longo da publicação, por questões estéticas.





FICHA TÉCNICA

Organização e Edição
Associação Raiz

Publisher
Edgard Steffen Junior

Produção Executiva
Cássio Pardini

Preparação, Projeto Gráfico e Capa
Célia Harumi Seki

Preparação e Editoria
Cristina Astolfi Carvalho

Jornalismo
Thereza Dantas

Pesquisa e Redação
Lara Miranda

Revisão
Ana Beatriz Silva dos Santos

Ilustração
Federico de Aquino

Fotografias
Rubens Chaves
Acervo Associação Raiz

Colaborações e Consultorias Especiais
Paulo Chavonga - Refugiados
Lincoln Paiva - Centro Histórico
João Rossi - Igrejas e patrimônio histórico
Cássio Pardini - Centro Histórico

Plataforma Digital e *Internet*
Ricardo Albuquerque

Assessoria Contábil
Rodrigo Martins

Gráfica
Gráfica Igil - Indústria Gráfica Itu Ltda.

Papel
Capa: Supremo Duo Design 300g
Miolo: Offset Alta Alvura 120g
Flap: Offset Alta Alvura 120g

Pôster - Ilustração Federico de Aquino
Couchê Brilho Nac. 115 g/m², 4x0 cores

Famílias tipográficas
Kelson e Benton

Realização:



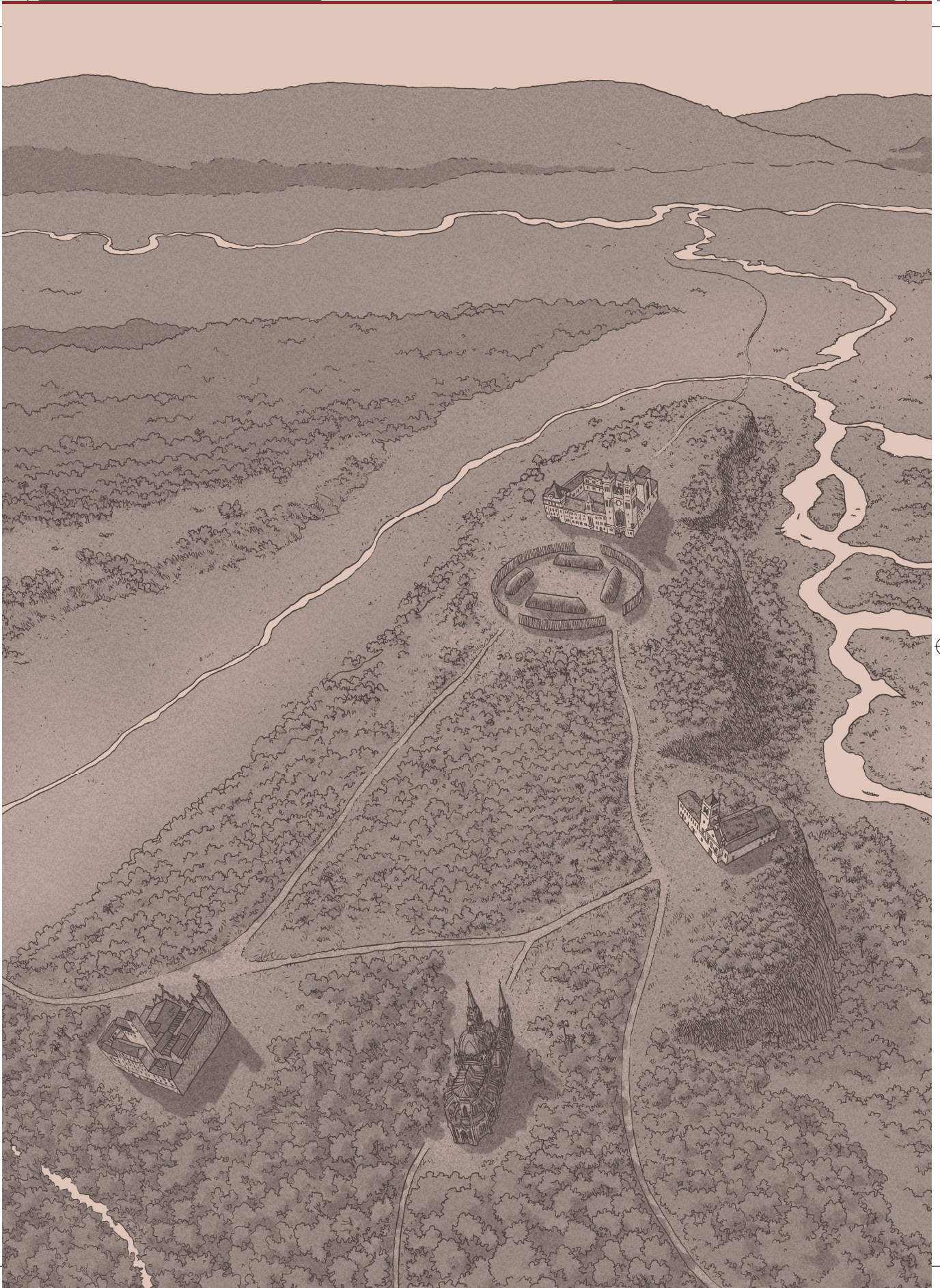
Apoio:

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Secretaria de Formação
Artística e Cultural,
Livro e Leitura





Esta publicação propõe um percurso sensível pelo coração de São Paulo, o Triângulo Histórico — território ancestral onde os caminhos indígenas, as fundações coloniais e a pulsação contemporânea se entrelaçam.

Entre aldeias e arranha-céus, igrejas e centros culturais, o livro mapeia poeticamente os espaços, personagens e histórias que moldaram a cidade ao longo de séculos de transformações.

Trata-se de um convite à escuta e ao olhar: a perceber as camadas de tempo e memória que habitam o centro, seus edifícios, sabores, sons e vozes.

A *Cartografia poética de São Paulo* é uma experiência multiplataforma que une passado e presente, revelando a força humana, cultural e simbólica que mantém vivo o coração paulistano.

ISBN: 978-65-01-78832-6



CD

9 786501 788326

Realização:



RAIZ.SP

Apoio:

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Secretaria de Formação
Artística e Cultural,
Livro e Leitura